



VERSÃO SUJEITA A APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

Lugar do Espido, Via Norte, Maia

Capital Social: 250.000.000 Euros

Matriculada na CRC da Maia

Número único de matrícula e de pessoa colectiva 508 276 756

Sociedade Aberta

RELATÓRIO E CONTAS 31 DE DEZEMBRO DE 2008

Índice

I. Relatório de Gestão	
1. O Grupo	4
2. Sumário Executivo	6
3. Enquadramento Conjuntural	7
4. Principais Eventos	9
5. Análise das Demonstrações Financeiras Consolidadas	12
6. Análise das Áreas de Negócio	19
7. Comportamento Bolsista	40
8. Sustentabilidade	40
9. Demonstrações Financeiras Individuais	42
10. Actividade desenvolvida pelos Membros Não Executivos do Conselho de Administração	42
11. Proposta de Aplicação de Resultados	43
12. Agradecimentos	43
- Glossário	44
II. Relatório sobre o Governo da Sociedade	50
III. Demonstrações Financeiras Consolidadas	102
IV. Demonstrações Financeiras Individuais	154
V. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	177
VI. Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	180



RELATÓRIO DE GESTÃO
31 DE DEZEMBRO DE 2008

Relatório de Gestão Ano de 2008

Nota prévia:

A não ser quando especificado em contrário, os valores comparativos (colocados entre parêntesis) e as variações percentuais ou absolutas apresentadas neste relatório reportam-se ao período comparável do ano anterior, no caso dos indicadores de desempenho, e a 31 de Dezembro de 2007, nos indicadores de situação financeira.

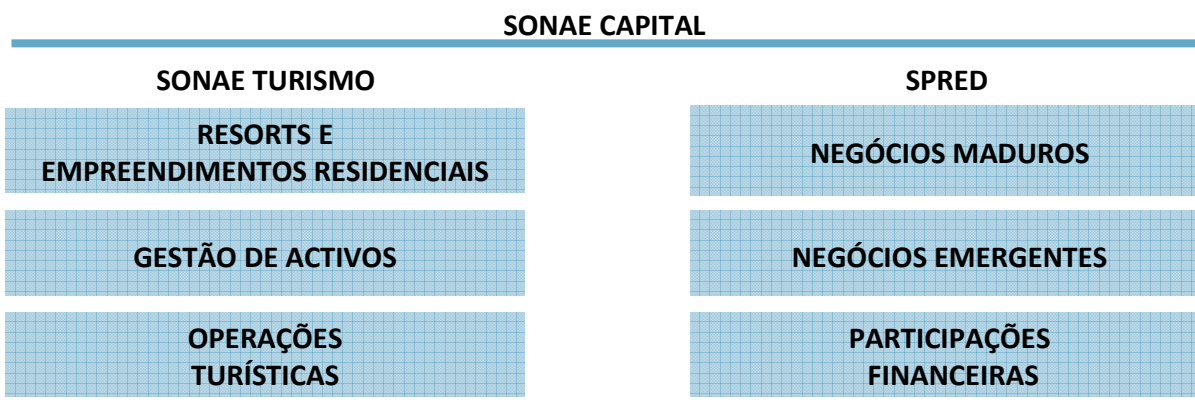
A análise numa base comparável não considera o contributo do Grupo Plysorol e da Elmo (actividades descontinuadas) para as demonstrações financeiras de 2008, como explicitado no capítulo 5 deste relatório.

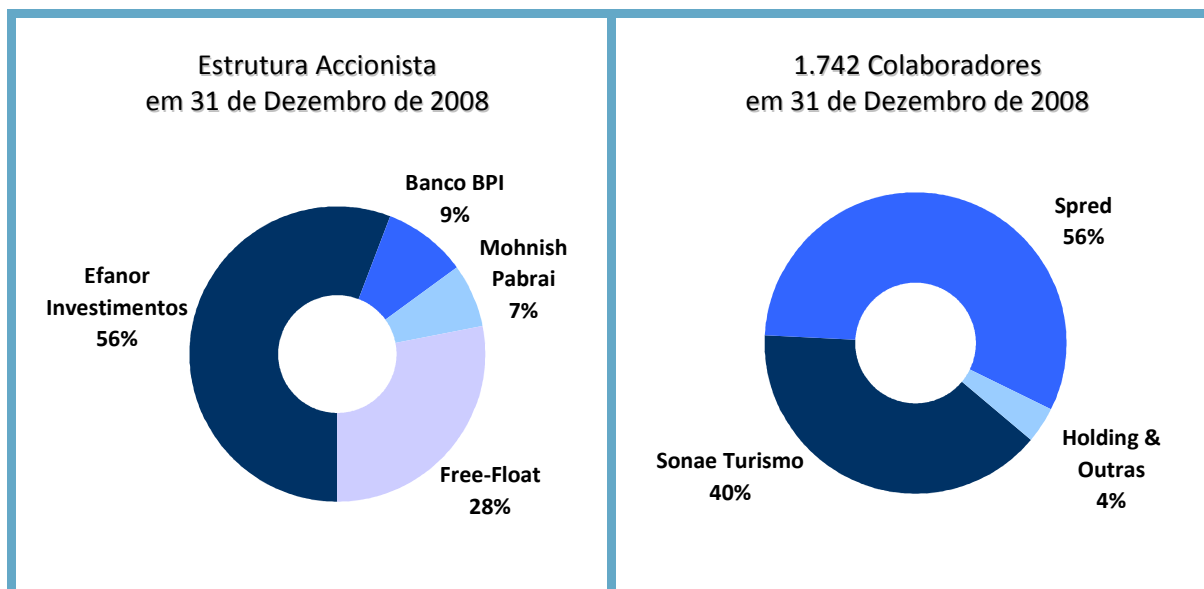
1. O Grupo

A Sonae Capital, SGPS, SA (Sonae Capital) é uma sociedade gestora de participações sociais, constituída em 14 de Dezembro de 2007, através da cisão da participação da Sonae, SGPS, SA, correspondente à totalidade do capital social e direitos de voto da empresa anteriormente designada Sonae Capital, SGPS, SA (actualmente SC, SGPS, SA). As 250.000.000 de acções representativas do capital social da Sonae Capital estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon desde o dia 28 de Janeiro de 2008.

O portfolio de negócios da Sonae Capital, ainda numa fase incipiente da sua história, tem evoluído de uma estrutura fragmentada para uma estrutura mais focada. Desde a sua constituição, vários negócios foram alienados, em virtude de não se enquadrarem nas novas directrizes estratégicas, e novas oportunidades de negócio estão a ser avaliadas.

Os negócios da Sonae Capital estão agrupados em duas *sub-holdings* distintas, de acordo com o âmbito das suas actividades, como segue:





Durante o ano de 2008, os negócios da Spreid foram objecto de reorganização de forma a reflectir a dimensão relativa das operações e as novas áreas em que a Sonae Capital pretende avaliar novas oportunidades de negócio.

Nesse âmbito, os Negócios Maduros incluem os negócios com cash-flows estáveis, sendo o Grupo Selfrio (*Facility Management*) o único actualmente enquadrável neste grupo, fruto da sua significativa dimensão relativa (cerca de 100 milhões de euros de volume de negócios e 640 colaboradores).

Nos Negócios Emergentes, a Energia e o Ambiente representam o compromisso da Sonae Capital em crescer nestas actividades. Em 2008, a Sonae Capital adquiriu a Edifícios Saudáveis, uma empresa de consultadoria dedicada a edifícios sustentáveis, certificação nas áreas de eficiência energética, controlo da qualidade do ar e áreas relacionadas. A operação tem ainda dimensão reduzida, com um volume de negócios de 0,8 milhões de euros e 10 colaboradores. Outras oportunidades estão actualmente a ser equacionadas, nomeadamente nas áreas de eficiência energética e produção de energias renováveis.

Finalmente, as Participações Financeiras agregam diversas empresas integralmente detidas de dimensão mais reduzida, tais como a Box Lines e a Atlantic Ferries, ou participações em empresas relevantes (Sonae Indústria, Norscut e TP).

2. Sumário Executivo

- Numa base comparável, o volume de negócios consolidado cresceu 17% no ano para 230,5 milhões de euros, beneficiando do impacto das 52 escrituras de venda celebradas no último trimestre de 2008 relativas a unidades residenciais no Troiaresort. O menor volume de vendas de activos imobiliários e de apartamentos City Flats / City Lofts atenuaram parcialmente o efeito de tais vendas. No âmbito da Spred, o Grupo Selfrio e a Atlantic Ferries (cuja operação teve início em Outubro de 2007) foram os principais responsáveis pelo crescimento registado tanto no ano de 2008 como no quarto trimestre do mesmo.
- Numa base comparável, o cash-flow operacional (EBITDA) consolidado ascendeu a 13,6 milhões de euros, um crescimento de 50% impulsionado pelo impacto das vendas, no quarto trimestre de 2008, de apartamentos e de lotes de terreno do Golfe e da Praia no Troiaresort, e por ligeiros acréscimos de margem no Grupo Selfrio e na Atlantic Ferries. O EBITDA anual foi negativamente afectado pelo encerramento das operações no Troiaresort durante a maior parte do ano e pelos custos de pré-(re)abertura.
- Numa base comparável, o resultado líquido do ano totalizou 28,4 milhões de euros (9,4 milhões de euros), incluindo 53,1 milhões de euros de resultados relativos a investimentos cujos principais contributos correspondem às mais valias apuradas na venda da Contacto Construções (46,4 milhões de euros) e da Choice Car (9,1 milhões de euros) e ao impacto negativo estimado decorrente da desconsolidação do negócio de Contraplacados (9,3 milhões de euros negativos).

Principais indicadores financeiros

Valores em 10⁶ euros

	4T			Acumulado		
	2008 ¹	2007 ¹	% Var.	2008 ¹	2007 ¹	% Var.
Volume de Negócios	87,0	60,1	44,7%	230,5	197,3	16,9%
EBITDA	15,6	4,6	>100%	13,6	9,1	49,7%
EBIT	3,1	2,3	33,1%	-7,8	1,6	-
Resultado Financeiro	-2,3	-1,7	-38,5%	-11,0	-10,0	-10,2%
Resultados de Investimentos	-6,6	2,6	-	53,1	12,1	>100%
Resultado Líquido	-8,1	5,6	-	28,4	9,4	>100%

¹ Actividades Continuadas.

	31.12.08	31.12.07	30.09.08	% Var. Anual	% Var. Trimestre
Investimento Bruto	119,6	104,3	79,2	14,7%	51,1%
Endividamento Líquido	273,8	172,2	284,0	58,9%	-3,6%

	# Total de Unidades (Escrituras + CPCV)	# Total de Unidades Disponíveis
Total Troiaresort	200*	220
City Flats/Lofts - Edifício E	7	99
City Flats/Lofts - Edifício F	88	18
Efanor - Edifício Delfim Pereira da Costa	-	40

*Inclui 22 unidades turísticas alienadas a uma filial da Soares da Costa, como parte do acordo assinado relativo ao pagamento, já em 2009, da última parcela do valor dos trabalhos de construção na UNOP 1. Informação mais detalhada sobre as vendas no capítulo 6.2 deste relatório.

3. Enquadramento Conjuntural

A **Economia Mundial** desacelerou em 2008, invertendo a tendência registada nos últimos dois anos. Este abrandamento foi mais acentuado nas economias avançadas, nomeadamente Estados Unidos, Japão e União Europeia, tendo as economias emergentes e em desenvolvimento, sobretudo as asiáticas (China e Índia), evidenciado um esmorecimento na dinâmica de crescimento. No *World Economic Outlook Update*, de Janeiro deste ano, as projecções do FMI (Fundo Monetário Internacional) apontam para um crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) mundial em 2008 de 3,4% (1,8 p.p. abaixo do valor registado em 2007), sendo que nas economias desenvolvidas a actividade deverá abrandar para 1,0% (2,7% em 2007) e nas restantes o ritmo de expansão será de 6,3% (8,3% em 2007).

A deterioração do crescimento mundial resultou de uma série de factores adversos que provocaram a diminuição da confiança e o adiamento das decisões de investimento por parte dos agentes económicos, nomeadamente a incerteza e volatilidade associada à crise dos mercados financeiros internacionais cuja génese assentou na crise imobiliária do *subprime*. Embora tenha tido início no mercado financeiro, esta crise rapidamente alastrou à economia real. A queda acentuada dos preços do imobiliário e a consequente desvalorização dos activos, implicou uma maior restrição da concessão de crédito. Para trás ficou um ciclo de liquidez disponível e de forte crescimento do crédito a baixos preços. Actualmente vive-se num ambiente marcado por menor confiança e por critérios de financiamento mais restritivos e pela maior aversão ao risco que provocou subidas dos *spreads*. Por outro lado, a subida do preço das matérias-primas energéticas e dos produtos alimentares durante a primeira metade do ano de 2008, teve efeitos negativos na evolução do rendimento disponível das famílias, com os níveis de confiança dos consumidores a atingirem níveis mínimos históricos.

O ano de 2009 e, muito provavelmente também o de 2010, serão marcados por uma recessão forte e simultânea nas principais economias desenvolvidas e um abrandamento

maior que o esperado nas economias emergentes. Reflectindo a deterioração do enquadramento macroeconómico global, as principais organizações internacionais têm vindo a rever sucessivamente em baixa as suas previsões de crescimento. Segundo as projecções mais recentes do FMI, divulgadas em Março deste ano, a economia mundial deverá contrair-se entre 0,5% e 1%, recuperando para crescimento de 1,5% a 2,5% em 2010. As economias desenvolvidas deverão continuar a contribuir negativamente, com os indicadores económicos entretanto divulgados a sugerirem uma maior queda da actividade. Estima-se que a actividade económica recue para um valor entre -3% e -3,5%. Nas economias emergentes, a actividade económica deverá apresentar um abrandamento mais forte que o esperado, entre 1,5% e 2,5%.

2009 arrisca-se a ser um ano de recessão generalizada e o pior desde a década de 40. Resta a dúvida quanto à capacidade de recuperação em 2010.

A **Economia Portuguesa**, após ter registado um período de crescimento razoável, durante o qual a actividade se expandiu a um ritmo de 1,4% em 2006 e 1,9% em 2007, continuando, ainda assim, abaixo do PIB potencial, começou a denotar em 2008, e à semelhança da generalidade das economias mundiais, uma tendência de abrandamento, reflectindo a deterioração do enquadramento macroeconómico desencadeada pela crise do sistema financeiro internacional.

As estimativas mais recentes apontam para que o PIB tenha registado em 2008 um crescimento de 0,3%. Nos três primeiros trimestres do ano, o crescimento do PIB evidenciou uma deterioração contínua, cifrando-se, em termos médios, em 0,7%. Esta evolução da actividade económica tem sido determinada sobretudo pelo comportamento do investimento e da procura externa. No que se refere ao investimento, a trajectória positiva observada em 2007 foi interrompida e deu lugar a um decréscimo em 2008 (estima-se para este ano uma contracção para -0,8%, depois de uma evolução favorável de 3,2% em 2007), com um abrandamento generalizado das suas componentes. O comportamento da procura externa líquida caracterizou-se por uma dinâmica adversa das exportações, cujo crescimento deverá ter desacelerado para 0,6% (7,5% em 2007). As importações mantiveram-se contidas, durante o ano de 2008 (crescimento de 2,4%), em linha com o contexto internacional e de contracção da procura interna. O crescimento da procura interna deverá abrandar para 1,0% no final de 2008 (1,6% em 2007). Para esta evolução contribuiu o comportamento desfavorável do consumo privado que deverá ter abrandado este ano para 1,4%, reflexo do clima de incerteza que caracteriza a actual conjuntura macroeconómica e das perspectivas pouco favoráveis para a actividade económica e o mercado de trabalho Português. Pela positiva destaca-se o consumo público, que tal como em 2007, continuou a evidenciar uma quebra (estima-se em 2008 um crescimento de 0,2%), prosseguindo a trajectória de consolidação orçamental necessária para equilibrar as contas públicas. Como resultado, o défice público em 2008, deverá apresentar um valor de 2,4% do PIB (2,6% do PIB em 2007). Com um comportamento distinto ao longo do ano, a primeira metade marcada pela manutenção

do movimento de subida iniciada ainda no 3º trimestre de 2007 e na segunda metade do ano por descidas sucessivas, a inflação situou-se no final do ano em cerca de 2,6% (2,5% em 2007). Apesar do abrandamento da actividade económica em 2008, a taxa de desemprego recuou para 7,8% (8,0% em 2007).

Em 2009, o actual cenário macroeconómico, marcado pelo pessimismo e pela incerteza será ainda mais profundo, prevendo-se uma contracção do PIB para, pelo menos, -0,8%. O sector externo português deverá ser penalizado, perspectivando-se uma desaceleração das exportações. A deterioração da confiança dos agentes económicos, a redução do acesso ao crédito e o agravamento do desemprego deverão pressionar a procura interna, reduzindo o consumo e as importações. A queda dos preços dos combustíveis e dos bens alimentares a par com a queda das taxas de juro, deverá proporcionar um ligeiro alívio nos orçamentos familiares e também nas estruturas de custos das empresas. Do consumo público espera-se uma evolução contra-cíclica de apoio à economia. Por último, o investimento deverá apresentar uma tendência descendente que a incerteza da envolvente externa e o aperto do crédito tenderão a acentuar.

4. Principais eventos

Alienação de activos
3 de Janeiro de 2008 Acordo para a alienação da totalidade da participação na Contacto – Sociedade de Construções, SA à Soares da Costa, Construção, SGPS, SA.
21 de Fevereiro de 2008 Contrato de venda da totalidade da participação na Contacto – Sociedade de Construções, SA à Soares da Costa, Construção, SGPS, SA, seguindo os termos do acordo inicial estabelecido em 3 de Janeiro de 2008. O preço de venda foi de 81,5 milhões de euros, gerando um encaixe de 17,5 milhões de euros.
31 de Março de 2008 Alienação de 12,25% do capital social da Spinveste – Promoção Imobiliária, SA e de 12,25% do capital social da Spinveste – Gestão Imobiliária, SGII, SA por 5 milhões de euros, à Espimaia (detida por ex-gestores da Sonae). Adicionalmente, foi concedida à Espimaia uma opção de compra sobre a restante participação em ambas as empresas, a ser exercida até 31 de Dezembro de 2011. Esta transacção pressupôs um valor líquido dos activos de 40,8 milhões de euros.
1 de Abril de 2008 Acordo celebrado com Salvador Caetano Auto, SGPS, SA sobre os termos para a venda definitiva da participação de 50% na Choice Car, SGPS, SA por um preço total de 12,5 milhões de euros.
5 de Maio de 2008 Negociação do fim do acordo relativo à alienação faseada da totalidade da sua participação na Elmo, SGPS, SA, empresa que controla 100% da Plysorol, SAS e suas subsidiárias.

14 de Maio de 2008

Contrato promessa de compra e venda celebrado com uma empresa integralmente detida pela Hagen Imobiliária, SA relativo à venda de uma parcela de terreno onde o Hotel Resort, contemplado no projecto Troiaresort, será construído. A venda acordada terá um impacto estimado de 13 milhões de euros nos resultados consolidados da Sonae Capital, a ser reconhecido na data do contrato de venda definitivo.

2 de Setembro de 2008

Conclusão da venda da Choice Car, SGPS, SA. O preço de venda foi de 12,5 milhões de euros, gerando uma mais valia de 9,1 milhões de euros com impacto nos resultados consolidados da Sonae Capital em 2008.

4 de Dezembro de 2008

Alienação de vários activos imobiliários, com um impacto positivo estimado de cerca de 0,9 milhões de euros nos resultados consolidados da Sonae Capital em 2008.

Aquisições**30 de Setembro de 2008**

A Contacto Concessões, SGPS, SA, subsidiária da Sonae Capital, SGPS, SA, adquiriu à Eiffage, SA e suas subsidiárias 5.500 acções, representativas de 11% do capital social da Norscut – Concessionária de Auto-estradas, SA, aumentando a sua participação nesta sociedade de 25% para 36%.

Outra informação privilegiada**3 de Março de 2008**

A SC, SGPS, SA, filial da Sonae Capital, SGPS, SA, emitiu um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 50 milhões de euros, sem garantias, pelo prazo de 10 anos e com *put option* a partir do final do oitavo ano.

11 de Junho de 2008

Anúncio de notificação feita pela Autoridade da Concorrência Francesa (“*Conseil de la Concurrence*”) à Plysorol para o pagamento de uma coima de cerca de 4,2 milhões de euros relativa à prática de actos de coordenação de preços no período de 1995 a 2004 e à participação na elaboração de uma tabela de preços comum no período de 1987 a 2004.

25 de Novembro de 2008

Sonae Capital, SGPS, SA informou sobre requerimento de recuperação judicial da Plysorol, SAS.

2 de Dezembro de 2008

Sonae Capital, SGPS, SA informou sobre decisão do Tribunal relativa ao processo de recuperação judicial da Plysorol, SAS.

Participações Qualificadas*

1 de Fevereiro de 2008

A Sonae Capital, SGPS, SA informou que os direitos de voto relativos a 138.890.609 acções representativas de 55,5562% do capital social da Sonae Capital, SGPS, SA são imputáveis à Efanor Investimentos, SGPS, SA.

2 de Fevereiro de 2008

A Sonae Capital, SGPS, SA informou que os direitos de voto relativos a 22.589.704 acções representativas de 9,036% do capital social da Sonae Capital, SGPS, SA são imputáveis ao Banco BPI, SA.

23 de Junho de 2008

A Sonae Capital, SGPS, SA informou que os direitos de voto relativos a 17.166.440 acções representativas de 6,8666% do capital social da Sonae Capital, SGPS, SA são imputáveis ao Sr. Mohnish Pabrai.

* Informação exigida pelo Artigo 17º do Código dos Valores Mobiliários. Para informação actualizada sobre participações qualificadas por favor consulte o capítulo III.2 do Relatório sobre o Governo da Sociedade.

Orgãos Estatutários

9 de Abril de 2008

Divulgação das deliberações aprovadas na Assembleia Geral de Accionistas, incluindo o aumento no número de membros do Conselho de Administração de 3 para 7 e eleição de novos membros para integrar os lugares em aberto no Conselho de Administração, até ao termo do mandato em curso.

Divulgação das deliberações do Conselho de Administração, nomeadamente nomeação de uma Comissão Executiva, de uma Comissão de Auditoria e Finanças e de uma Comissão de Nomeação e Remunerações.

17 de Setembro de 2008

A Sonae Capital, SGPS, SA informou sobre renúncia do Presidente do Conselho Fiscal, tendo ocupado o lugar em aberto no Conselho Fiscal o respectivo membro suplente.

11 de Novembro de 2008

A Sonae Capital, SGPS, SA informou sobre eleição do Presidente do Conselho Fiscal.

Pagamento de juros

5 de Junho de 2008

A Sonae Capital, SGPS, SA informou sobre pagamento de juros do primeiro cupão do empréstimo obrigacionista SONAE CAPITAL SGPS 2007/2012 – 1ª e 2ª Emissões.

20 de Novembro de 2008

A Sonae Capital, SGPS, SA informou sobre pagamento de juros do segundo cupão do empréstimo obrigacionista SONAE CAPITAL SGPS 2007/2012 – 1ª e 2ª Emissões.

5. Análise das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Notas:

- Atendendo a que a Sonae Capital, SGPS, SA foi constituída no âmbito da operação de cisão-simples da Sonae, SGPS, SA, não existem demonstrações financeiras consolidadas históricas da empresa por estar dispensada de as elaborar enquanto sociedade integralmente detida pela Sonae, SGPS, SA.

Assim, no sentido de assegurar a comparabilidade dos agregados financeiros, foram elaboradas demonstrações financeiras consolidadas pró-forma para o exercício de 2007 (demonstração de resultados para o ano findo em 31 de Dezembro de 2007 e balanço reportado a 31 de Dezembro de 2007), tendo por base um portfolio de negócios histórico equivalente ao portfolio de negócios da Sonae Capital, SGPS, SA nessa data.

As demonstrações financeiras consolidadas pró-forma não incluem o contributo da Contacto – Sociedade de Construções, SA, alienada em 21 de Fevereiro de 2008.

- As demonstrações financeiras consolidadas da Sonae Capital a 31 de Dezembro de 2008, incluem os seguintes contributos do Grupo Plysorol (unidade de contraplacado) e da Elmo (accionista único da Plysorol):
 - a demonstração de resultados consolidada inclui o contributo de 3 meses (terceiro trimestre de 2008) da Plysorol (e filiais) e de 6 meses (segundo semestre de 2008) da Elmo;
 - o balanço consolidado inclui a posição financeira da Elmo em 31 de Dezembro de 2008 e a posição financeira da Plysorol em 30 de Setembro de 2008 (última informação disponível).

Nas demonstrações financeiras de 2008, estes contributos são identificados como actividades descontinuadas, em resultado dos seguintes acontecimentos, anunciados pela Sonae Capital em devido tempo:

- Maio de 2008: anúncio de negociação da cessação do contrato relativo à venda faseada da participação da Sonae Capital na Elmo e conseqüente recuperação do controlo por parte da Sonae Capital;

- Novembro de 2008: início do processo de recuperação judicial da Plysorol SAS, decidido pelo Tribunal Comercial de Lisieux, e nomeação de dois administradores judiciais com a responsabilidade de acompanhar a equipa de gestão tendo em vista a alienação dos activos da Plysorol, no todo ou em parte, numa perspectiva de continuidade das operações.

As demonstrações financeiras consolidadas da Sonae Capital incluem também uma perda de 9,3 milhões de euros que pretende reflectir a melhor estimativa do impacto da desconsolidação destes negócios, que ocorrerá logo que a Sonae Capital perca em definitivo o controlo da Plysorol e a Elmo (accionista único da Plysorol) seja liquidada.


Face às considerações supra, as análises numa base comparável das demonstrações financeiras consolidadas não têm em consideração as actividades descontinuadas e são usadas consistentemente ao longo do relatório sempre que aplicável.

5.1. Demonstração Consolidada de Resultados

5.1.1. Demonstração Consolidada de Resultados Trimestral

Valores em 10³ euros

	4T 08 Total Acumulado	4T 08 Actividades Descontinuadas	4T 08 Actividades Continuadas	4T 07 Actividades Continuadas	Δ (A/B)
			(A)	(B)	
Volume de Negócios	87.039,4	0,0	87.039,4	60.136,9	44,7%
Outros Proveitos Operacionais	3.341,1	0,0	3.341,1	3.724,8	-10,3%
Total de Proveitos Operacionais	90.380,5	0,0	90.380,5	63.861,7	41,5%
Custo das Mercadorias Vendidas	-17.064,4	0,0	-17.064,4	-14.026,6	-21,7%
Variação da Produção	9.861,9	0,0	9.861,9	5.963,6	65,4%
Fornecimentos e Serviços Externos	-53.304,7	-4,8	-53.299,9	-39.178,4	-36,0%
Custos com o Pessoal	-12.323,0	0,0	-12.323,0	-10.002,0	-23,2%
Outros Custos Operacionais	-3.689,0	5,8	-3.694,8	-1.755,2	<-100%
Total de Custos Operacionais	-76.519,3	0,9	-76.520,3	-58.998,6	-29,7%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	15.557,8	0,9	15.556,9	4.592,4	>100%
Amortizações e Depreciações	-2.896,3	0,0	-2.896,3	-2.008,1	-44,2%
Provisões e Perdas por Imparidade	-7.846,3	0,0	-7.846,3	-511,8	<-100%
Resultados Operacionais (EBIT)	3.118,6	0,9	3.117,7	2.343,2	33,1%
Resultados Financeiros	-2.354,6	-46,1	-2.308,5	-1.666,8	-38,5%
Resultados relativos a Empresas Associadas	961,2	0,0	961,2	159,1	>100%
Resultados relativos a Investimentos	-6.553,6	0,0	-6.553,6	2.562,7	-
Resultado antes de Impostos	-4.828,5	-45,2	-4.783,3	3.398,1	-
Imposto sobre o Rendimento	-3.348,9	0,7	-3.349,6	2.193,6	-
Resultado Líquido	-8.177,3	-44,5	-8.132,8	5.591,8	-
Atribuível a Accionistas de Empresa-Mãe	-10.774,9	-44,2	-10.730,7	5.024,6	-
Atribuível a Interesses Minoritários	2.597,6	-0,3	2.597,8	567,1	>100%



A demonstração consolidada de resultados trimestral, numa base comparável, está significativamente influenciada pela venda, no último trimestre do ano, de 52 apartamentos e de lotes da Praia e do Golfe no Troiaresort:

- O volume de negócios consolidado cresceu 44,7% para 87,0 milhões de euros (60,1 milhões de euros), tendo o segmento de Resorts e Desenvolvimento Residencial contribuído com um aumento de 24,4 milhões de euros;
- O cash-flow operacional (EBITDA) consolidado ascendeu a 15,6 milhões de euros (4,6 milhões de euros), sendo que 11,3 milhões de euros de aumento são imputáveis ao segmento de Resorts e Desenvolvimento Residencial, reflectindo uma margem líquida média de 45% na venda de apartamentos no Troiaresort.

O volume de negócios trimestral dos restantes negócios aumentou marginalmente em comparação com o último trimestre do ano anterior.

O cash-flow operacional (EBITDA) trimestral, numa base comparável, inclui 1,3 milhões de euros de custos não-recorrentes associados ao abate de activos que foram substituídos e alienados em consequência dos trabalhos de remodelação levados a cabo nas unidades hoteleiras da Península de Tróia.

O resultado líquido do trimestre diminuiu 13,7 milhões de euros, ascendendo a 8,1 milhões de euros negativos, numa base comparável, tendo as melhorias operacionais sido anuladas pela perda estimada de 9,3 milhões de euros que decorrerá da desconsolidação do negócio de Contraplacado, pelas perdas por imparidade de 8,1 milhões de euros reconhecidas em activos imobiliários, e registadas no período, e por um menor nível de impostos diferidos activos associados a prejuízos fiscais reportáveis.

5.1.2. Demonstração Consolidada de Resultados Anual

Valores em 10³ euros

	2008 Total Acumulado	2008 Actividades Descontinuadas	2008 Actividades Continuadas	2007 Actividades Continuadas	Δ (A/B)
			(A)	(B)	
Volume de Negócios	250.845,3	20.307,7	230.537,6	197.277,2	16,9%
Outros Proveitos Operacionais	8.763,7	513,5	8.250,2	8.202,3	0,6%
Total de Proveitos Operacionais	259.609,0	20.821,2	238.787,8	205.479,5	16,2%
Custo das Mercadorias Vendidas	-66.745,9	-11.150,9	-55.595,0	-51.004,3	-9,0%
Varição da Produção	57.293,7	-703,5	57.997,2	32.409,3	79,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	-181.586,9	-6.534,1	-175.052,7	-132.258,6	-32,4%
Custos com o Pessoal	-50.256,5	-4.857,6	-45.398,9	-38.554,4	-17,8%
Outros Custos Operacionais	-8.919,7	-907,0	-8.012,7	-6.401,8	-25,2%
Total de Custos Operacionais	-250.215,2	-24.153,1	-226.062,1	-195.809,7	-15,4%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	10.235,0	-3.404,8	13.639,8	9.112,8	49,7%
Amortizações e Depreciações	-10.941,4	-1.104,1	-9.837,4	-7.324,1	-34,3%
Provisões e Perdas por Imparidade	-10.694,8	4,6	-10.699,4	-722,7	<-100%
Resultados Operacionais (EBIT)	-12.242,4	-4.431,3	-7.811,1	1.622,9	-
Resultados Financeiros	-11.948,6	-932,0	-11.016,6	-9.998,2	-10,2%
Resultados relativos a Empresas Associadas	-2.099,8	0,0	-2.099,8	857,3	-
Resultados relativos a Investimentos	53.084,7	0,0	53.084,7	12.142,0	>100%
Resultado antes de Impostos	26.793,9	-5.363,3	32.157,2	4.624,1	>100%
Imposto sobre o Rendimento	-3.842,2	-77,5	-3.764,7	4.809,2	-
Resultado Líquido	22.951,7	-5.440,8	28.392,5	9.433,2	>100%
Atribuível a Accionistas de Empresa-Mãe	21.393,6	-3.274,5	24.668,1	8.579,4	>100%
Atribuível a Interesses Minoritários	1.558,1	-2.166,2	3.724,3	853,8	>100%

Numa base comparável, o volume de negócios anual ascendeu a 230,5 milhões de euros, um aumento de 33,3 milhões de euros explicado pelas seguintes alterações ao nível dos contributos anuais:

- +25,7 milhões de euros em Resorts e Empreendimentos Residenciais, em virtude das 52 escrituras de venda no Troiaresort, incluindo apartamentos da Praia e da Marina e lotes de terreno da Praia e do Golfe, aumento que foi parcialmente compensado pelo menor ritmo de vendas de apartamentos City Flats / City Lofts (-6 milhões de euros);
- +10,5 milhões de euros no Grupo Selfrio, justificado pela Sistavac (ar condicionado, ventilação e instalações eléctricas relacionadas) em resultado da execução de contratos significativos angariados nos segmentos industrial e hoteleiro;
- +4,2 milhões de euros na Atlantic Ferries, representando um ano integral de operação, face a três meses em 2007;
- -6,9 milhões de euros nos restantes segmentos de negócio, dos quais -5,6 milhões de euros na Gestão de Activos Imobiliários, em virtude de um menor nível de vendas de activos, que ascenderam a 2,9 milhões de euros (8,2 milhões de euros).

O cash-flow operacional (EBITDA) consolidado aumentou 4,5 milhões de euros no ano, para 13,6 milhões de euros, tendo sido positivamente impactado por:

- Aumento de 10,9 milhões de euros no contributo dos Resorts & Desenvolvimento Residencial, justificado pelo resultado gerado nos projectos residenciais do Troiaresort;
- Aumento marginal de 1,1 milhões de euros no Grupo Selfrio, reflectindo uma ligeira melhoria nas margens operacionais.

A contribuir negativamente para a evolução do cash-flow operacional (EBITDA), encontra-se o segmento de Operações Turísticas, com um contributo negativo de 1,6 milhões de euros, uma queda de 4,9 milhões de euros, incluindo 1,3 milhões de euros de custos não-recorrentes com o abate de activos que foram substituídos ou alienados em consequência dos trabalhos de remodelação levados a cabo nas unidades hoteleiras do Troiaresort, o impacto do encerramento das operações no resort durante os primeiros oito meses do ano e dos custos de pré-(re)abertura. O contributo da Gestão de Activos Imobiliários diminuiu 2,6 milhões de euros, para 3,6 milhões de euros, em consequência do menor volume de vendas de activos imobiliários.

As provisões e perdas por imparidade do ano incluem 6,2 milhões de euros relativos a activos imobiliários e 2,2 milhões de euros relativos a outros devedores (primeiro trimestre de 2008), acarretando uma diminuição no resultado operacional que se cifrou em 7,8 milhões de euros negativos (1,6 milhões de euros positivos).

O resultado financeiro diminuiu cerca de 1,0 milhão de euros, sendo negativo em 11,0 milhões de euros.

O resultado relativo a investimentos ascendeu a 53,1 milhões de euros, incluindo: mais valia de 46,4 milhões de euros na venda da Contacto – Sociedade de Construções, SA em Fevereiro; mais valia de 9,1 milhões de euros na venda da Choice Car, SGPS, SA em Setembro; e perda estimada de 9,3 milhões de euros decorrente da saída do negócio de Contraplacados. Em 2007, esta rubrica incluía essencialmente as mais valias da venda da ba Vidro e da venda de 75% da Cinclus.

Consequentemente, o resultado líquido do período ascendeu a 28,4 milhões de euros, um aumento de 19 milhões de euros comparativamente com 2007.

5.2. Balanço Consolidado

Valores em 10³ euros

	31.12.2008 Total	31.12.2008 Actividades Descontinuadas	31.12.2008 Actividades Continuadas	31.12.2007 Actividades Continuadas
Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas	415.181,7	28.944,4	386.237,3	328.841,8
Diferenças de Consolidação	61.766,6	0,0	61.766,6	62.517,5
Investimentos Não-Correntes	44.230,6	1,5	44.229,1	96.171,9
Outros Activos Não-Correntes	39.590,0	343,9	39.246,1	38.429,6
Existências	241.382,4	18.663,1	222.719,3	142.074,7
Clientes e Outros Activos Correntes	106.803,4	26.692,2	80.111,2	83.788,0
Caixa e Equivalentes de Caixa	19.317,0	1.383,5	17.933,4	43.957,0
Total do Activo	928.271,7	76.028,6	852.243,1	795.780,5
Capital Próprio atribuível a Accionistas da Empresa Mãe	306.845,8	-12.816,9	319.662,7	321.033,2
Capital Próprio atribuível a Interesses Minoritários	49.319,4	-8.619,8	57.939,2	36.758,8
Total do Capital Próprio	356.165,2	-21.436,7	377.601,9	357.792,0
Empréstimos Não-Correntes	151.811,1	1.578,8	150.232,3	191.453,6
Outros Passivos Não-Correntes	69.381,3	41.038,2	28.343,1	36.768,4
Provisões	23.456,8	4.431,3	19.025,5	11.442,2
Total de Passivos Não-Correntes	244.649,2	47.048,3	197.600,9	239.664,2
Empréstimos Correntes	141.262,5	12.151,1	129.111,4	24.751,0
Fornecedores e Outros Passivos Correntes	184.896,6	38.266,0	146.630,6	169.757,9
Provisões	1.298,2	0,0	1.298,2	3.815,5
Total de Passivos Correntes	327.457,3	50.417,0	277.040,3	198.324,3
Total do Passivo	572.106,5	97.465,3	474.641,2	437.988,5
Total do Capital Próprio e do Passivo	928.271,7	76.028,6	852.243,1	795.780,5

O ano de 2008 foi marcado pelo forte ritmo de investimento nos projectos em desenvolvimento, nomeadamente Troiaresort e Efanor, e no Fundo Imosede.

O investimento bruto ascendeu a 119,6 milhões de euros no ano, tendo os principais contributos sido:

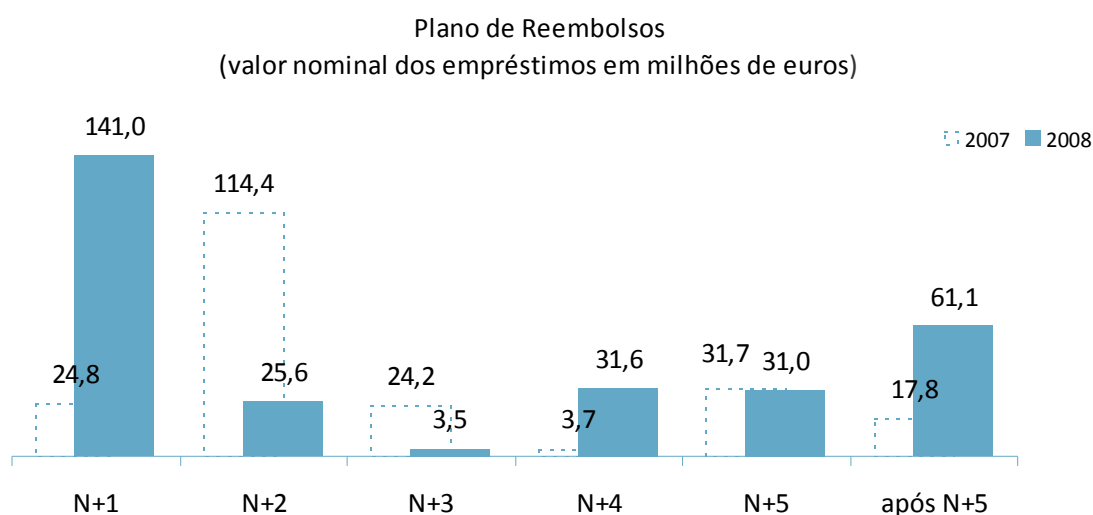
- 78,3 milhões de euros nos aparthotéis e infraestruturas no Troiaresort;
- 26,1 milhões de euros no Parque de Negócios da Maia;
- 5,4 milhões de euros na Atlantic Ferries.

Adicionalmente, os projectos imobiliários em desenvolvimento representaram um investimento de 61,0 milhões de euros, registado como variação da produção, dos quais 50,7 milhões de euros respeitam às unidades residenciais no Troiaresort e 6,1 milhões de euros ao edifício de 40 apartamentos, *Delfim Pereira da Costa*, no empreendimento Efanor.

A diminuição ocorrida na rubrica de Investimentos Não-Correntes evidencia a redução de 50,0 milhões de euros no justo valor da participação (7,846%) na Sonae Indústria, penalizada pela evolução negativa dos mercados bolsistas no ano de 2008.

Em 31 de Dezembro de 2008, o endividamento líquido (incluindo actividades descontinuadas) ascendeu a 273,8 milhões de euros, um aumento de 101,9 milhões de euros comparativamente com o final do ano de 2007 (total de operações), reflectindo o investimento no desenvolvimento de resorts. O endividamento líquido reduziu 10,2 milhões de euros quando comparado com 30 de Setembro de 2008, em resultado da maior geração de fundos de tesouraria associada à concentração das escrituras relativas ao Troiaresort no último trimestre de 2008.

Em 31 de Dezembro de 2008, o perfil de maturidade da dívida era o seguinte:



N: Data de Reporte

O valor de 141 milhões de euros com vencimento em 2009, inclui um programa de papel comercial no valor de 110 milhões de euros. Actualmente, a Sonae Capital está a negociar a renovação deste programa por mais dois anos conforme previsto no contrato inicial.

O rácio de *gearing* alcançou 76,9% (48,1%) e a cobertura de juros foi de 1,0, acima dos 0,6 alcançados em 2007.

6. Análise das Áreas de Negócio

Os valores apresentados na Análise das Área de Negócio, relativos ao ano de 2007, respeitam aos contributos para o consolidado Sonae Capital e portanto podem diferir dos valores relativos a contas de gestão ou contas sociais que foram reportados no Relatório de Gestão de 2007.

6.1. Principais indicadores

Numa base comparável, os contributos totais dos segmentos Turismo e Spred para o volume de negócios e para o cash-flow operacional (EBITDA) consolidado repartem-se como segue, e são explicados em detalhe nos parágrafos seguintes:

Volume de Negócios

Valores em 10³ euros

	4T 08	4T 07	Δ	2008	2007	Δ
Resorts e Empreendimentos Residenciais	31.016,5	6.618,7	>100%	33.375,3	7.744,2	>100%
Gestão de Activos Imobiliários	3.428,9	2.921,2	17,4%	9.700,5	15.307,0	-36,6%
Operações Turísticas	8.913,5	8.400,7	6,1%	34.852,9	33.782,3	3,2%
Outros	0,1	1,0	-89,1%	9,0	6,5	38,4%
Contributo do Turismo	43.359,1	17.941,7	>100%	77.937,7	56.839,9	37,1%
Grupo Selfrio	27.389,7	25.446,2	7,6%	84.720,6	74.232,4	14,1%
Box Lines	10.851,0	10.318,9	5,2%	45.596,3	44.954,9	1,4%
Atlantic Ferries	896,3	630,3	42,2%	4.849,8	630,3	>100%
Outros	4.334,1	4.626,2	-6,3%	17.309,2	18.448,6	-6,2%
Contributo da Spred	43.471,2	41.021,6	6,0%	152.476,0	138.266,3	10,3%

Cash-Flow Operacional (EBITDA)

Valores em 10³ euros

	4T 08	4T 07	Δ	2008	2007	Δ
Resorts e Empreendimentos Residenciais	13.032,1	1.660,8	>100%	4.781,8	-6.028,4	-
Gestão de Activos Imobiliários	1.240,4	595,3	>100%	3.631,0	6.206,5	-41,5%
Operações Turísticas	-1.828,2	64,7	-	-1.559,9	3.337,9	-
Outros	-478,6	-72,1	<-100%	-770,2	-973,9	20,9%
Contributo do Turismo	11.965,7	2.248,8	>100%	6.082,7	2.542,1	>100%
Grupo Selfrio	2.803,0	2.578,9	8,7%	8.073,4	6.984,8	15,6%
Box Lines	-106,9	-177,3	39,7%	1.487,7	1.213,0	22,6%
Atlantic Ferries	-268,2	-200,3	-33,9%	157,1	-378,2	-
Outros	213,0	-20,3	-	-161,0	97,7	-
Contributo da Spred	2.641,0	2.181,0	21,1%	9.557,2	7.917,2	20,7%

6.2. Resorts e Empreendimentos Residenciais

O Troiaresort é o primeiro projecto da Sonae Turismo na área de desenvolvimento de resorts e será o projecto de referência da empresa nos próximos anos.

O Troiaresort está a ser desenvolvido no extremo norte da península de Tróia, a menos de uma hora de Lisboa, estando localizado entre a Reserva Natural do Estuário do Sado e o Parque Natural da Serra da Arrábida. O projecto está a ser desenvolvido numa área de 486 hectares, correspondentes a 380 mil m² de área de construção, e posiciona-se como um resort orientado para famílias, oferecendo uma vasta gama de produtos e serviços ao longo do ano, beneficiando das excepcionais localização e património cultural da península.

O projecto segue um conceito diversificado, compreendendo apartamentos turísticos e moradias, hotéis, uma marina, um campo de golfe, um casino, centro de congressos e de exposições e área comercial.

A área de desenvolvimento residencial está focada no desenvolvimento de projectos residenciais de alta qualidade, orientados para os segmentos de mercado alto e médio/alto nos centros urbanos mais importantes.

O principal projecto em desenvolvimento é o projecto Efanor em Matosinhos (Área Metropolitana do Porto), que abrange uma área de 12 hectares, correspondendo a uma área de construção de cerca de 110 mil m², e envolve a construção de um máximo de 700 apartamentos de alta qualidade, divididos por 6 edifícios. A construção do primeiro edifício está em curso.

Em Junho de 2007 foram concluídos os trabalhos de construção no projecto City Flats / City Lofts, também em Matosinhos, e os dois blocos que compõem o edifício incluem 212 apartamentos, com uma área média de 50 m².

	4T 2008	4T 2007	Δ
Volume de Negócios	31.016,5	6.618,8	> 100%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	13.032,1	1.660,8	> 100%

Contributo para o consolidado.

2008	2007	Δ
33.375,3	7.744,2	> 100%
4.781,8	(6.028,4)	-

Unidade 10³ Euros

Em 2008, o crescimento no volume de negócios foi explicado pelas 52 escrituras de venda dos apartamentos da Praia e da Marina e dos lotes de terreno da Praia e do Golfe no Troiaresort, todas realizadas no último trimestre do ano. A venda de apartamentos City Flats, que em 2007 explicava a totalidade do volume de negócios deste segmento, permaneceu abaixo do nível do ano anterior, devido a um abrandamento no ritmo de vendas, depois do volume significativo registado no segundo semestre de 2007, logo após a conclusão dos trabalhos de construção (76 escrituras assinadas em 2007 face a 16 escrituras assinadas e 16 contratos de arrendamento em 2008).

O cash-flow operacional (EBITDA) do ano reflecte o impacto da venda de apartamentos e lotes de terreno da Praia e do Golfe no Troiaresort, representando uma viragem face ao EBITDA negativo registado no ano anterior, ainda influenciado pelos custos de desenvolvimento e marketing do Troiaresort. A margem média no ano (líquida de custos de comercialização e marketing) foi de 45%, estando dependente do mix de projectos e tendo associada uma margem mais elevada na venda de lotes de moradias.

6.2.1. Desenvolvimento de Resorts



No dia 8 de Setembro de 2008 o Troiaresort foi oficialmente inaugurado, três anos depois da implosão das torres que marcou o início dos trabalhos de construção na península.

À data deste relatório, diversos trabalhos de construção e projectos chave estão concluídos, nomeadamente:

- Apartamentos da *Marina, Praia Sado, Praia Arrábida e Praia Atlântico*, estando já a ser realizadas escrituras de venda, depois de obtidas as necessárias autorizações e licenças;
- Aparthotel Aqualuz *Tróia Mar*, oficialmente inaugurado no terceiro trimestre de 2008, incluindo o restaurante Azimute, um centro de *wellness* e 35 apartamentos para venda;
- Aparthotel Aqualuz *Tróia Rio*, oficialmente inaugurado em Janeiro de 2009 com salas de reunião e clube para crianças;
- Aparthotel Aqualuz *Tróia Lagoa*, oficialmente inaugurado em Março de 2009, incluindo o restaurante Península;
- Infraestruturas gerais da península, numa extensão de 20 km;
- Requalificação urbana e intervenção paisagística na área Central (UNOP 1) e na área da Praia (UNOP 2);
- *Clubhouse* do Golfe e trabalhos de requalificação no campo de Golfe;
- Marina de Tróia;
- *Tróia Market*;

- Parques de estacionamento subterrâneo (P1, P3 e P5);
- Bar da Praia e Restaurante *100 Nós*;
- Algumas lojas na área comercial do resort.

Os trabalhos e projectos em curso incluem:

- Na área Central, conclusão do edifício Ácala, um edifício residencial que compreende 71 unidades e uma área comercial de 2.285,33 m² com 16 lojas;
- Na área da Praia, construção do Tróia *Village*, um projecto que compreende 90 moradias turísticas para venda, e das 5 moradias modelo da Praia e Golf *Village*, projectos a concluir até ao final do primeiro semestre de 2009;
- Proposta e aprovação do Plano de Pormenor da UNOP 4 (Eco-Resort) pela Assembleia Municipal de Grândola, a ser seguido do registo na Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (previsivelmente em 2009). O correspondente Estudo de Impacto Ambiental foi já concluído e aprovado. O plano de Pormenor para as UNOP 7 e 8 (Soltróia) está ainda em fase inicial de elaboração.

No dia 14 de Maio de 2008, foi assinado um contrato promessa de compra e venda com a Empire House – Investimentos Imobiliários, SA, integralmente detida pela Hagen Imobiliária, SA, relativo à venda de uma parcela de terreno onde será construído o Hotel Resort. O contrato promessa de compra e venda tem como condição essencial para a celebração do contrato prometido, que o Hotel Resort seja explorado por uma cadeia hoteleira de luxo de renome internacional e que a sua abertura ao público ocorra dentro do prazo máximo de 36 meses contados a partir da data de emissão do alvará de licença de construção pela Câmara Municipal de Grândola. O contrato tem como condição suspensiva que seja obtida (o que já ocorreu) a autorização do Ministro responsável pela área do Turismo para a alienação do imóvel, nos termos exigidos pelo contrato de investimento que foi celebrado entre empresas do Grupo Sonae Capital, o Estado Português e outras entidades públicas em 16 de Maio de 2000, e revisto em Junho de 2005. A venda prometida terá um impacto estimado de 13 milhões de euros nos resultados consolidados da Sonae Capital, a registar apenas no momento da celebração do contrato prometido.

Desde a última data de reporte (11 de Novembro de 2008) até 24 de Março de 2009, não foram assinados novos contratos promessa tendo sido reconvertidos alguns de que resultou uma redução de um apartamento prometido vender. Foram entretanto assinadas 128 escrituras nesse período (no período anterior tinham sido assinadas 8 escrituras, o que perfaz o total de 136 escrituras constantes do quadro abaixo). A redução no número de novos contratos celebrados resulta do ambiente macroeconómico menos favorável e de maior precaução por parte dos potenciais compradores nas decisões de investimento.

Informação operacional

Informação de vendas no Troiaresort reportada a 24 de Março de 2009

	CPCV			Escrituras			# Total de Unidades (Escrituras + CPCV)	% do Total
	# ¹	Área ²	Preço ³	#	Área ²	Preço ³		
Apartamentos da Praia [211 unidades]	51	132,0	3.995	68	124,9	4.042	119	56%
Apartamentos da Marina [78 unidades]	6	84,6	3.915	42	83,3	3.883	48	62%
Lotes de Moradias Praia e Golfe ⁴ [96 unidades]	6	2.161,8	574	26	2.036,2	530	32	33%
Aqualuz Troia Mar [35 unidades]	1	87,7	4.447	-	-	-	1	3%

¹ Número de unidades pré-vendidas (CPCV celebrados) líquido das unidades com escrituras já assinadas.

² Área média (m²), incluindo áreas de habitação e áreas de varanda e terraço.

³ Preço médio de venda (€/m²).

⁴ Todos os lotes têm uma ABC de 343,8 m².

No dia 13 de Março de 2009, foram vendidas 22 unidades turísticas no Troiaresort (incluindo lotes de terreno e apartamentos) a uma das empresas que prestou serviços de construção no Troiaresort, como parte do acordo assinado nessa mesma data relativo ao pagamento da última parcela do valor dos trabalhos de construção realizados na Área Central. O valor envolvido ascendeu a 13,7 milhões de euros, estando conforme com a lista de preços de venda em vigor.

O Troiaresort tem vindo a promover activamente o seu conceito e projectos tanto no mercado nacional como nos mercados internacionais, apoiando-se em meios de comunicação social (jornais e revistas) e em iniciativas sectoriais específicas. Até à data do presente relatório, estas incluíam:

- Presença em quatro feiras internacionais de turismo e imobiliário (duas em Lisboa, uma em Madrid e uma em Londres);
- *Roadshow* em Londres promovido pelo IRG - *International Realty Group* e pela Christies, direccionado à base de clientes potencial do IRG em Londres e a convidados da Christies, apresentando o Troiaresort na *Christies Auction House* em South Kensington;
- Patrocínio de eventos desportivos internacionais, nomeadamente o Golf SAS Masters na Suécia, KLM Golf Open na Holanda, Torneio de Golfe de Mondariz em Espanha, Barclays Scottish Open na Escócia e Barclays Porsche Polo Cup em Portugal;
- Acções orientadas para nichos de mercado, numa tentativa de captar clientes A+ e líderes de opinião, de entre os quais se destaca um cocktail no Hotel Ritz em Madrid, um cocktail patrocinado pelo Barclays no Palácio Sottomayor em Lisboa, e a presença na Feira dos Milionários em Moscovo, a segunda tentativa de entrada em novos mercados (a primeira foi em Shangai).

Para além destas iniciativas, o Troiaresort tem estado particularmente activo no mercado Alemão, trabalhando em conjunto com o seu parceiro local Engel & Völkers.

Até à data, cerca de 27% das unidades em comercialização foram vendidas a clientes estrangeiros, de entre os quais se destacam os originários da Alemanha e Espanha.

O sentimento geral é de que os esforços de promoção se têm consubstanciado na manifestação de interesse efectivo na oferta turística do projecto, potenciando o número de visitas aos dois escritórios de venda e aos apartamentos turísticos para venda, sem que se tenham ainda materializado em vendas, devido ao adiamento das decisões de compra fruto do sentimento macroeconómico negativo. No entanto, durante os últimos 30 dias, foram confirmadas 8 novas reservas de apartamentos, no seguimento do início de ocupação do resort pelos proprietários dos apartamentos e pelos clientes das unidades hoteleiras. É expectável que estas reservas sejam concretizadas com a assinatura dos correspondentes contratos promessa e escrituras de venda.

Atendendo à sazonalidade associada ao fluxo de visitantes (mais elevado nos meses de Verão, Páscoa e feriados), e ao facto de a maior parte dos apartamentos já vendidos começar a ser ocupado até ao início do Verão de 2009, é expectável que ocorram novas vendas no segundo semestre do ano, apesar do ambiente macroeconómico adverso.

Até 31 de Dezembro de 2008, o investimento total no Troiaresort ascendeu a 244,8 milhões de euros (incluindo IVA), apresentando a seguinte decomposição:

Valores em 10⁶ euros

	Investimento estimado	Montante já investido
Projectos Imobiliários para venda	85,2	75,3
Projectos Imobiliários a desenvolver	166,0	46,8
Outros projectos (aparthoteis, marina e parques de estacionamento)	77,6	69,3
Infraestruturas (infraestruturas gerais e específicas de cada UNOP e custos de licenciamentos relativos aos Planos de Pormenor)	64,9	53,4
Total	393,7	244,8

Para além do Troiaresort, existem dois projectos turísticos de menor dimensão na região do Douro, Quinta da Azenha e Vistas do Freixo, que se encontram na fase de Plano de Pormenor, estando enquadrados no Plano Especial de Ordenamento do Território POACL (*Plano de Ordenamento da Albufeira de Crestuma-Lever*), compreendendo uma área total de terreno de 460.415 m² e 77.127 m², respectivamente. Os projectos compreendem moradias turísticas, apartamentos turísticos e habitação familiar.

6.2.2. Desenvolvimento de Empreendimentos Residenciais



Está em curso a construção do primeiro edifício do projecto Efanor, *Delfim Pereira da Costa*, dentro do calendário previsto e o apartamento modelo deverá estar concluído em Junho de 2009. Devido às condições de mercado adversas, o único contrato promessa que tinha sido celebrado até à data foi cancelado a pedido do potencial comprador. Os esforços de marketing permanecem suspensos até à conclusão do apartamento modelo, em consequência da retracção na procura.

Informação operacional

Vendas de Empreendimentos Residenciais com referência a 24 de Março de 2009

	Apartamentos Vendidos ¹	Área média (m ²) ²	Preço médio de venda (€/m ²)	Apartamentos Arrendados ³
City Flats / Lofts - Edifício E [106 unidades]	7	55,2	1.978	14
City Flats / Lofts - Edifício F [106 unidades]	88	49,6	2.020	0
Efanor - Edifício <i>Delfim Pereira da Costa</i> [40 unidades]	-	-	-	n.a.

¹ 93 apartamentos já escriturados.

² Inclui área de habitação e áreas de varandas e terraços.

³ 6 destes apartamentos têm opção de compra.

Relativamente a outros projectos residenciais, destaque para o progresso no projecto relativo ao edifício D. João V, em Campolide, Lisboa. Os termos de referência do Plano de Pormenor foram publicados em 16 de Julho de 2008 e avaliados em sessão da Câmara Municipal de Lisboa em Fevereiro de 2009. Estima-se que o Plano de Pormenor seja aprovado em 2009. O projecto contempla uma área bruta de construção acima do solo de 34.300 m².

6.3. Gestão de Activos Imobiliários



A área de Gestão de Activos Imobiliários é responsável pela gestão da propriedade, *procurement*, comercialização, gestão de projectos, gestão técnica de edifícios e gestão de condomínios relativa aos activos imobiliários (terrenos e edifícios) detidos pela Sonae Turismo.

Assim, os activos imobiliários a afectar no futuro a projectos de resorts ou empreendimentos residenciais são geridos pela área de Gestão de Activos Imobiliários até que seja tomada a decisão de investir num projecto de resort ou empreendimento residencial, momento a partir do qual se desenrolam as fases de *design* e desenvolvimento, engenharia, construção e comercialização. Desde esse momento até à conclusão do projecto, a gestão do activo é transferida para a área de Resorts e Empreendimentos Residenciais. Adicionalmente, as rendas pagas pelas empresas turísticas operacionais às empresas detentoras de activos turísticos não estão incluídas na área de Gestão de Activos Imobiliários.

	4T 2008	4T 2007	Δ
Volume de Negócios	3.428,9	2.921,2	+17,4%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	1.240,4	595,3	>100%

Contributo para o consolidado.

	2008	2007	Δ
	9.700,5	15.307,0	-36,6%
	3.631,0	6.206,5	-41,5%

Unidade: 10³ Euros

O volume de negócios do período pode ser decomposto como segue:

Volume de Negócios por Tipo	2008		2007		Δ
	Valor	Peso	Valor	Peso	
Vendas de Imóveis	2.902,8	30%	8.247,6	54%	-65%
Rendas	5.603,8	58%	5.909,8	39%	-5%
Parques de Estacionamento	459,6	5%	443,5	3%	4%
Gestão de Condomínios	729,3	7%	706,1	4%	3%
Serviços de Gestão	5,0	0%	-	0%	-
Total	9.700,5	100%	15.307,0	100%	-37%

Unidade: 10³ Euros

Os indicadores operacionais do ano de 2008 permaneceram abaixo dos do ano anterior, principalmente devido ao menor volume de vendas de imóveis, como explicitado na tabela anterior.

Em 2007, o volume de negócios incluía 5,5 milhões de euros decorrentes da venda de um lote de terreno na Senhora da Hora, Matosinhos.

O resultado líquido do período, que ascendeu a 4,1 milhões de euros negativos (1,4 milhões de euros negativos) foi positivamente influenciado pelos resultados relativos a investimentos decorrentes das seguintes transacções:

- Venda da totalidade da participação na Águas Furtadas – Sociedade Agrícola, SA, proprietária de vários lotes de terreno localizados em Soure, por um preço total de 0,9 milhões de euros;
- Venda de diversos activos imobiliários, representando cerca de 2,000 m², detidos pela Spinveste – Gestão Imobiliária, SGII, SA e pela Azulino – Imobiliária, SA, e venda das acções representativas da totalidade do capital social da Azulino – Imobiliária, SA. O preço total da transacção ascendeu a 5 milhões de euros, tendo tido um impacto de 0,9 milhões de euros nos resultados consolidados da Sonae Capital.

A gestão de activos imobiliários compreende um conjunto de activos que pode ser classificado nas seguintes categorias:

Categoria	Principais activos
Activos em operação	<ul style="list-style-type: none"> • Pólo da Boavista, nomeadamente Hotel Porto Palácio, Centro de Congressos, Health Club e SPA, com uma área bruta de construção acima do solo de 22.990 m²; • Complexo de Lagos, nomeadamente Aqualuz Lagos Suite Hotel Apartamentos e <i>Health Club</i>, com uma área bruta de construção acima do solo de 22.632 m²; • Aparthotéis Troiaresort Aqualuz (Tróia Mar, Tróia Rio e Tróia Lagoa), com uma área bruta de construção acima do solo de 32.224 m²; • Tróia Shopping, com 33 espaços comerciais disponíveis e uma área de retalho de 4.114 m².
Projectos em desenvolvimento e para venda	<p>Projectos em fase de construção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Centro de Negócios da Maia, detido através do fundo imobiliário Imosede, compreende escritórios e instalações industriais de empresas do Grupo Efanor já construídas e em utilização, e um portfolio de projectos futuros para escritórios e instalações industriais, com uma área total de construção acima do solo de 192.569 m²;

	<p>Projectos em fase de concepção e licenciamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projecto residencial D. João V, em Lisboa, com uma área bruta de construção de 34.300 m²; • Fábrica do Cobre, no Porto, com uma área bruta de construção acima do solo de 43.700 m² para habitação e comércio; • Quarteirão Duque de Loulé, em Lisboa, um projecto residencial com uma área bruta de construção acima do solo de 10.298 m²; • Projecto Baluarte, em Lagos, com uma área bruta de construção acima do solo de 3.815 m², para habitação e comércio; <p>Projectos para venda:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lotes de terreno infraestruturados para habitação no Marco de Canaveses (47.448 m² de área bruta de construção acima do solo), em Santarém (26.010 m² de área bruta de construção acima do solo) e em São João da Madeira (30.840 m² de área bruta de construção acima do solo); • Lote de terreno em Matosinhos (área bruta de construção acima do solo de 21.417 m² para futura construção de um edifício de escritórios e de um hotel).
Terrenos	<p>Os activos mais significativos incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lote de terreno agrícola em Beja (5.290.000 m², actualmente sem viabilidade de construção) e lote de terreno agrícola em Mourão, região do Alqueva, para futuro desenvolvimento de projectos imobiliários.
Outros Activos Arrendados e para Venda	<p>Para além dos activos supra mencionados, os outros activos imobiliários incluem habitações, escritórios, estabelecimentos comerciais, edifícios industriais e parques de estacionamento que estão arrendados ou disponíveis para venda.</p>

A estratégia da Sonae Capital no que respeita à gestão de activos imobiliários consiste em alienar os activos imobiliários que não se enquadrem no propósito de desenvolver projectos Turísticos ou Residenciais futuros.

O património imobiliário da Sonae Capital foi analisado pela Cushman & Wakefield que emitiu um relatório de avaliação que está publicado separadamente na página na internet da sociedade (www.sonaecapital.pt). O valor total das propriedades foi fixado em 910,9 milhões de euros, dos

quais 444,1 milhões de euros correspondem a valor de mercado das propriedades e 466,8 milhões de euros a opinião de valor.

6.4. Operações Turísticas



A Sonae Turismo desenvolve operações turísticas nos segmentos de hotelaria, *fitness* e diversões.

A actividade do Grupo nesta área inclui:

- Hotel Porto Palácio, um hotel de 5 estrelas com 251 quartos localizado no Porto, orientado para os segmentos de turismo de negócios e de diversão, e membro da cadeia “The Leading Hotels of the World”. A unidade hoteleira está integrada no pólo da Boavista, que inclui um conjunto de serviços complementares à unidade hoteleira, nomeadamente centro de congressos, *health club*, *SPA*, *VIP Lounge*, *catering*, organização de eventos e uma área de restauração com 5 restaurantes;
- Aqualuz Lagos Suite Hotel Apartamentos, um hotel de 4 estrelas em Lagos, Algarve. Os serviços complementares incluem 5 salas de reunião, um restaurante e bar, *health club* e acordos com campos de golfe na região. A oferta turística inclui 30 estúdios, 10 suites, 119 apartamentos T1 e 4 apartamentos T2;
- No Troiaresort:
 - Aqualuz Tróia Mar, Tróia Rio e Tróia Lagoa Suite Hotel Apartamentos, incluídos na Área Central da Península de Tróia, com uma oferta de 301 estúdios e suites;
 - Tróia Marina, com 184 postos de amarração para embarcações turísticas, ocupando uma área total de cerca de 2,7 hectares no extremo norte da Península de Tróia;
 - Campo de Golfe de Tróia concebido por Robert Trent Jones Senior e inaugurado em 1980. O campo de 18 buracos está na lista dos 100 melhores campos de golfe fora dos EUA (Golf Digest, Maio de 2007) ocupando a 80^a posição ;
 - Troia Market, um supermercado localizado na área central do resort e uma das principais âncoras da área comercial.

- Cadeia de *health clubs* Solinca, lançada em 1995 e alargada a partir de 1997, que tem actualmente 10 unidades em operação.

	4T 2008	4T 2007	Δ	2008	2007	Δ
Volume de Negócios	8.913,5	8.400,7	+6,1%	34.852,9	33.782,3	+3,2%
- Hotelaria	3.590,3	3.186,4	+12,7%	13.632,0	13.274,1	+2,7%
- Fitness	4.474,3	4.436,8	+0,8%	17.799,5	17.104,7	+4,1%
- Diversões	609,7	729,9	-16,5%	2.712,7	2.939,9	-7,7%
- Outros	239,1	47,6	>100%	708,6	463,6	+52,8%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	(1.828,2)	64,7	<-100%	(1.559,9)	3.337,9	-
- Hotelaria	(2.370,7)	(1.736,2)	-36,5%	(5.347,7)	(2.103,4)	<-100%
- Fitness	877,9	1.165,8	-24,7%	4.401,0	4.551,2	-3,3%
- Diversões	91,9	730,5	-87,4%	379,4	1.039,4	-63,5%
- Outros	(427,3)	(95,4)	<-100%	(992,7)	(149,3)	<-100%

Contributo para o consolidado.

Unidade: 10³ Euro

Em termos gerais, durante o ano de 2008 a gestão de operações turísticas esteve focada na:

- Reorganização das operações, de forma a aumentar a eficiência dos processos de gestão;
- Melhoria da eficácia das operações, aumentando a base de clientes de cada segmento de negócios;
- Abertura das operações hoteleiras no Troiaresort em Setembro de 2008.

➔ Hotelaria

Os indicadores operacionais relativos ao Hotel Porto Palácio foram positivos no ano, começando a evidenciar o resultado dos trabalhos de remodelação e das consequentes novas políticas comerciais implementadas. O RevPAR aumentou 14% numa base anual, para 42,3 euros e a receita média diária por quarto ascendeu a 102,1 euros, um acréscimo de 8% face ao valor do ano anterior.

O contributo do pólo da Boavista para o volume de negócios consolidado trimestral aumentou 0,2 milhões de euros para o que contribuiu o crescimento nas receitas de alojamento e de catering. Numa base anual, o contributo permaneceu em linha com o do ano anterior.

O Aparthotel Aqualuz Tróia Mar e valências complementares (*Wellness Centre & Spa* e área de restauração e bar), inaugurados no terceiro trimestre do ano, geraram um contributo de 0,4 milhões de euros (0,5 milhões de euros) para o volume de negócios consolidado de 2008. Nota para o facto de durante 2007 os hotéis em Tróia terem encerrado após a época de Verão, pelo que os valores dos dois anos não são directamente comparáveis.

O cash-flow operacional (EBITDA) consolidado do ano foi de 5,3 milhões de euros negativos, e inclui 1,3 milhões de euros de custos (contabilizados no último trimestre do ano) associados ao abate de activos (mobiliário e outros equipamentos nos edifícios) que foram substituídos e alienados em

consequência dos trabalhos de remodelação levados a cabo nas unidades hoteleiras da Península de Tróia. Adicionalmente, o contributo da operação hoteleira em Tróia foi também influenciado pelo encerramento das operações durante os primeiros oito meses do ano e pelos custos de pré-(re)abertura. O contributo trimestral do pólo da Boavista melhorou 0,5 milhões de euros ascendendo a 0,3 milhões de euros negativos, e contribuindo com 1,5 milhões de euros negativos para o cash-flow operacional (EBITDA) consolidado do ano. O Aqualuz Lagos Suite Hotel Apartamentos registou um cash-flow operacional (EBITDA) positivo de 0,7 milhões de euros numa base anual.

O ano de 2009 será o primeiro ano completo de operação das unidades hoteleiras do Troiaresort e da Marina de Tróia, Golfe e supermercado, sendo expectável um impacto positivo nos indicadores de desempenho financeiro do ano. O crescimento da actividade hoteleira e actividades complementares no resort deverá ser gradual, em face do actual cenário macroeconómico. No pólo da Boavista, os resultados de 2009 estarão significativamente dependentes do calendário de conferências e eventos a realizar na Área Metropolitana do Porto (alguns dos quais com reservas já confirmadas no Pólo da Boavista).

Fitness

O volume de negócios cresceu 4% no ano, para 17,8 milhões de euros, em larga medida devido ao aumento de 0,5 milhões de euros nas receitas associadas a serviços de valor acrescentado (*personal trainer, Day Spa, etc*). O cash-flow operacional (EBITDA) ascendeu a 4,4 milhões de euros, uma quebra face aos 4,6 milhões de euros em 2007, fruto de um aumento nos custos de marketing e manutenção, que se traduziram no aumento do número de sócios e respectiva taxa de retenção, garantindo a qualidade do serviço prestado. O cash-flow operacional (EBITDA) consolidado do trimestre foi de 0,9 milhões de euros (1,2 milhões de euros), um decréscimo face aos trimestres anteriores essencialmente explicado por custos não recorrentes associados a indemnizações pagas a antigos prestadores de serviços, na sequência da conclusão de processos judiciais que estavam em curso. Em termos gerais, a margem EBITDA anual permaneceu nos 24% (27%) reflectindo os acima referidos impactos não recorrentes e o encerramento temporário de duas unidades no terceiro trimestre para realização de trabalhos de renovação.

O número médio de sócios activos ascendeu a 28.819 em 31 de Dezembro de 2008, permanecendo em linha com o ano anterior.

Apesar do enquadramento macroeconómico menos favorável, os objectivos para o ano de 2009 passam pela manutenção do nível de actividade e de rentabilidade.

6.5. Grupo Selfrio (70% Sonae Capital)



A actividade do Grupo Selfrio divide-se em quatro áreas de negócio principais:

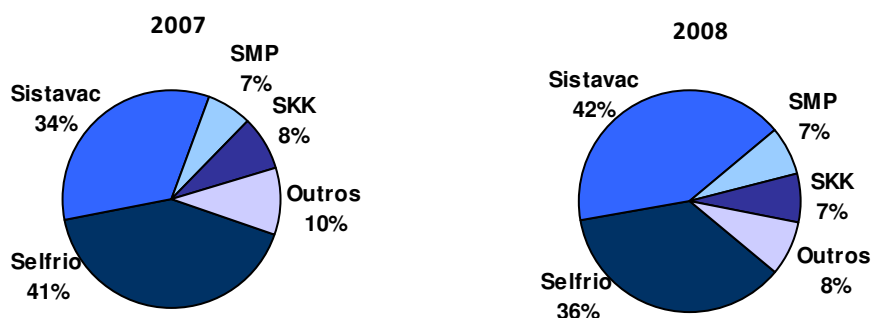
- Projectos de engenharia e soluções de refrigeração para edifícios comerciais, industriais e hotelaria (Selfrio);
- Concepção, coordenação e execução de instalações de ar condicionado, ventilação e instalações eléctricas associadas (Sistavac);
- Serviços de manutenção e assistência técnica (SMP);
- Distribuição de equipamentos de aquecimento, refrigeração e ar condicionado (SKK).

O Grupo Selfrio desenvolveu um plano de expansão internacional da actividade de sistemas de ar condicionado e refrigeração em Espanha (Sopair) e Brasil (Friengeenering), estando igualmente em curso o estudo de outros mercados.

Durante o segundo semestre de 2008, a Selfrio desenvolveu e implementou um Centro de Atendimento Telefónico Técnico, que entrará em funcionamento em 2009. Esta unidade assegurará uma resposta mais rápida às solicitações dos clientes. Técnicos certificados darão assistência aos pedidos recepcionados com base em diagnósticos efectuados a partir de sistemas de controlo electrónico e providenciarão soluções para os problemas garantindo uma resposta mais rápida, reduzindo ou eliminando a necessidade de intervenção das unidades móveis de manutenção.

O Centro de Atendimento Telefónico Técnico implementado na Selfrio é o embrião de uma abordagem mais abrangente de serviço pós-venda no Grupo Selfrio, orientada para a melhoria das relações com clientes e da sua satisfação e o fortalecimento do fluxo de receitas de manutenção.

A dimensão relativa de cada área de negócio, no que respeita a receitas para os anos de 2007 e 2008, pode ser repartida como segue:



O desempenho global do Grupo Selfrio e respectivo contributo para os indicadores consolidados da Sonae Capital resume-se como segue:

	4T 2008	4T 2007	Δ	2008	2007	Δ
Volume de Negócios	27.389,7	25.446,2	+7,6%	84.720,6	74.232,4	+14,1%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	2.803,0	2.578,9	+8,7%	8.073,4	6.984,8	+15,6%

Contributo para o consolidado.

Unidade: 10³ Euros

A Sistavac foi a principal responsável pelo crescimento no volume de negócios, com um contributo de 35,8 milhões de euros, um aumento de 42%. Este crescimento resultou de alguns contratos significativos celebrados no segmento industrial e hoteleiro.

A actividade de refrigeração, sob a marca Selfrio, tem sido desde sempre a actividade com contributo mais significativo para as operações do Grupo. Durante 2008, o volume de negócios permaneceu em linha com o ano anterior, alcançando 30,4 milhões de euros. O segmento comercial, nomeadamente o retalho alimentar moderno, em que a Selfrio é líder de mercado incontestável em Portugal, continua a ser o segmento com maior contributo para o volume de negócios da empresa, apesar do já importante contributo do segmento industrial.

Os objectivos do Grupo para 2008 na área de serviços de manutenção e serviços técnicos (SMP) incluíam um aumento no nível de actividade, que foi completamente alcançado com o crescimento de 13% no volume de negócios que totalizou 5,8 milhões de euros, para o que contribuiu o alargamento do conjunto de serviços prestados com a introdução de uma solução global de serviços de manutenção para o sector da construção.

Apesar da crescente concorrência por parte dos operadores Ibéricos de maior dimensão, a SKK foi capaz de aumentar as vendas de equipamentos em 8% para 6,2 milhões de euros e controlar a erosão das margens. Este crescimento decorreu de dois efeitos combinados: por um lado, a SKK tem-se focado em proporcionar soluções integradas mais do que em vender exclusivamente equipamentos com base nos projectos desenvolvidos dentro do Grupo e nas suas capacidades de produção; por outro lado, foi bem sucedida na negociação de melhores condições junto dos seus fornecedores.

O cash-flow operacional (EBITDA) alcançou 8,1 milhões de euros em 2008, um aumento de 16%, com a margem EBITDA a aumentar ligeiramente para 9,5% (9,4% em 2007), apesar do desempenho menos favorável da Sopair (a subsidiária do Grupo Selfrio para o mercado Espanhol de refrigeração e ar condicionado), que registou um decréscimo de 18% nas vendas e contributo nulo para o EBITDA. Esta subsidiária foi objecto de ajustamentos para se adaptar às condições de mercado menos favoráveis no país vizinho. No entanto, o optimismo continua elevado tendo em consideração o actual portfolio de projectos para os primeiros meses de 2009.

Para 2009 e face aos desafios colocados pelo ambiente actual, o Grupo Selfrio espera manter os seus níveis actuais de actividade e rentabilidade.

6.6. Atlantic Ferries



A Atlantic Ferries é, desde 14 de Fevereiro de 2005, a concessionária para o transporte público fluvial de passageiros, veículos ligeiros e pesados e mercadorias, entre Setúbal e a Península de Tróia, na sequência do concurso público lançado, com esse propósito, pela APSS – *Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA*. O contrato de concessão tem duração de 15 anos e é renovável por dois períodos sucessivos de 5 anos, representando um investimento de 40 milhões de euros. O serviço de transporte teve início em 8 de Outubro de 2007, com quatro ferries fretados propriedade da APSS, pelo que os indicadores relativos ao ano de 2008 não são comparáveis com os do ano de 2007.

	4T 2008	4T 2007	Δ	2008	2007	Δ
Volume de Negócios	896,3	630,3	+42,2%	4.849,8	630,3	> 100%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	(268,2)	(200,3)	-33,9%	157,1	(378,2)	-

Contributo para o consolidado.

Unidade: 10³ Euros

Desde o início do serviço de transporte até 13 de Julho de 2008, a Atlantic Ferries operou de acordo com o anterior *modus operandi*, usando os mesmos ferries e rotas e praticando os mesmos preços.

Em 14 de Julho de 2008, dois novos ferries, cada um com capacidade para 60 veículos ligeiros e 500 passageiros, iniciaram operações, com uma nova rota para o novo cais de ferry localizado a sul do Troiaresort (parte do plano geral de requalificação da Península e de redireccionamento do tráfego de visitas para fora da Área Central) e os preços foram revistos. Durante o Verão (até 16 de Setembro), este serviço foi complementado com a manutenção em operação de um dos antigos ferries destinado aos utilizadores da praia, que assegurava a antiga rota aos preços antigos.

Desde 16 de Setembro, o transporte é exclusivamente assegurado pelos dois novos ferries, estando temporariamente disponível um serviço de autocarro entre o cais de ferries e a área central, sem custo para o utilizador.

O ultimo trimestre de 2008 foi mais fraco que o último trimestre do ano anterior no que respeita ao número de bilhetes vendidos dado que o fluxo de veículos e passageiros decorrente dos trabalhos de construção na Península de Tróia (que atingiu o seu pico em Maio de 2008) foi menos representativo, e o fluxo de passageiros de fim de semana diminuiu devido às condições climáticas menos favoráveis. No entanto, o volume de negócios numa base trimestral aumentou

reflectindo a revisão no preço dos bilhetes (necessária para acomodar a rota mais extensa e a melhoria na qualidade de serviço).

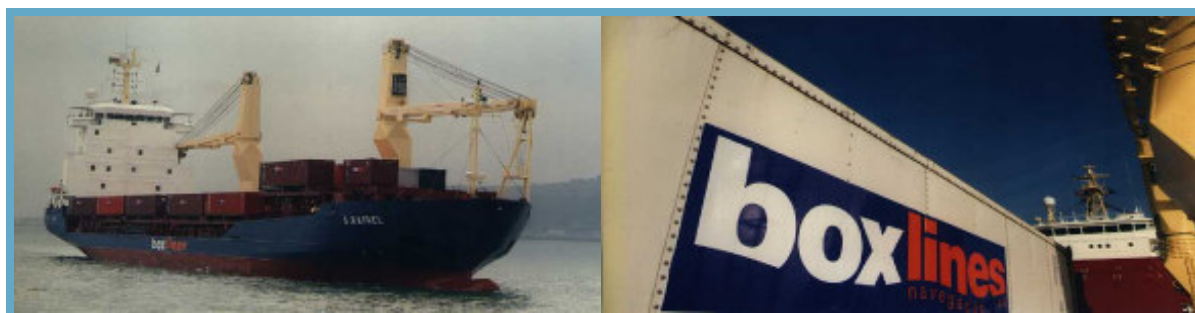
Em 2008, venderam-se 12.558 passes mensais de passageiros. As vendas de bilhetes unitários por classe tarifária foram as seguintes:

	Passageiros	Veículos ligeiros	Veículos pesados	Veículos de duas rodas
1T 2008	219.018	100.132	2.573	2.124
2T 2008	327.988	117.058	3.258	4.146
3T 2008	510.016	150.835	2.492	4.573
4T 2008	129.243	64.503	1.896	1.198
Total 2008	1.186.265	432.528	10.219	12.041

A sazonalidade pronunciada da actividade da Atlantic Ferries está bem patente na evolução trimestral da venda de bilhetes. O tráfego é particularmente forte durante os meses de Primavera e Verão e é muito influenciado pelas condições climáticas especialmente aos fins-de-semana, altura em que as famílias se deslocam à Península para as suas actividades de lazer.

Em Julho de 2009 as operações serão alargadas com dois novos catamarans, já acostados no rio Sado e com capacidade de 350 passageiros cada, cumprindo as obrigações contratuais ao abrigo da concessão do serviço de transporte público. O desempenho da operação no futuro está condicionado pela ocupação turística e número de visitantes na Primavera e Verão, e pelo início das operações dos serviços complementares no Troiaresort, nomeadamente o casino e centro de congressos.

6.7. Box Lines



A Box Lines é a área de negócios da Sonae Capital focada no transporte marítimo, incluindo o serviço de cabotagem de Portugal Continental para os Arquipélagos dos Açores e da Madeira, cabotagem costeira, afretamento de navios, bem como a actividade de agente de navegação e operador logístico especializado em carga fraccionada. A empresa presta também serviços na área de gestão do transporte marítimo internacional contentorizado e navios completos de carga geral.

O mercado da cabotagem, que representa o maior contributo para as receitas da Box Lines, evidenciou durante 2008 uma ligeira contracção no volume e nas receitas. Esta evolução esteve ligeiramente acima do desempenho do mercado internacional de *shipping*, que em conjunto com o

enfraquecimento na economia mundial e abrandamento no consumo, especialmente na segunda metade do ano, derivou em excesso de capacidade na indústria e descidas agressivas nas tarifas.

A dimensão do mercado de cabotagem dos Açores é de cerca de 55-60 mil TEUS. Para além da Box Lines, existem outras duas empresas a operar entre o Continente e os Açores. Durante 2008, este mercado experimentou uma pressão descendente nas tarifas, especialmente devido ao aumento na capacidade de transporte no final de 2007 (um concorrente introduziu uma nova embarcação com capacidade de contentorização de cerca de 350 TEUS).

Neste itinerário, a Box Lines opera dois navios alugados, em regime de fretamento em casco nú, com uma capacidade de contentorização de aproximadamente 270 TEUS cada.

Durante 2008, a Box Lines transportou cerca de 18.000 TEUS neste itinerário, com uma utilização de capacidade de cerca de 90%. Apesar de não existirem estatísticas oficiais, a Box Lines estima que a sua quota de mercado seja de cerca de 23% no itinerário continente/ilhas.

O mercado de cabotagem da Madeira é de cerca de 50-55 mil TEUS. Cinco empresas (incluindo a Box Lines) operam neste mercado. A Box Lines opera nesta rota com um navio alugado, também em regime de fretamento em casco nú, com uma capacidade de contentorização de 270 TEUS. Apesar de não existirem estatísticas oficiais, a Box Lines estima ser líder de mercado com uma quota de mercado de cerca de 24%. Durante 2008, a Box Lines transportou cerca de 12.300 TEUS com uma utilização de capacidade de 75%.

	4T 2008	4T 2007	Δ
Volume de Negócios	10.851,0	10.318,9	+5,2%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	(106,9)	(177,3)	+39,7%

Contributo para o consolidado.

	2008	2007	Δ
Volume de Negócios	45.596,3	44.954,9	+1,4%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	1.487,7	1.213,0	+22,6%

Unidade: 10³ Euros

Em 2008, a Box Lines evidenciou um bom desempenho apesar das condições de mercado adversas, com o volume de negócios e o cash-flow operacional a permanecerem acima dos valores do ano anterior.

Apesar do desempenho em linha nos mercados de cabotagem em termos de carga contentorizada, a Box Lines apresentou um desempenho muito positivo, com crescimento de dois dígitos, nas linhas de serviço de grupagem e de fretamento aéreo, que contribuíram para o crescimento operacional.

O cash flow operacional (EBITDA) da Box Lines, na ordem dos 1,5 milhões de euros representa uma margem EBITDA de 3,3%, um aumento de 0,6 p.p. em comparação com o ano anterior. Esta melhoria de desempenho foi possível apesar das condições adversas de mercado nomeadamente da pressão descendente nas tarifas, concorrência acrescida e outros aumentos de custos (especialmente combustíveis). O aumento abrupto e continuado nos preços dos combustíveis, observado em 2008 penalizou a margem EBITDA em cerca de 0,7 p.p., tendo a empresa sido bem sucedida na tentativa de compensar esta descida com a racionalização de outros custos operacionais.

Apesar do abrandamento na actividade económica, o ano de 2009 deverá ser marcado pelo objectivo da Box Lines de manter os actuais níveis de actividade e rentabilidade.

6.8. Contraplacados

	4T 2008	4T 2007	Δ	2008	2007	Δ
Volume de Negócios	-	-	-	20.307,7	-	-
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	0,9	-	-	(3.404,8)	-	-

Contributo para o consolidado.

Unidade: 10³ Euros

Como referido na nota introdutória do capítulo 5, a demonstração de resultados consolidada de 2008 inclui o contributo do terceiro trimestre do Grupo Plysorol (unidades de Contraplacados) e o contributo do terceiro e quarto trimestre da Elmo (accionista único da Plysorol).

A Plysorol tem em curso um processo de recuperação e é esperada a sua venda ou liquidação na sequência de decisão do Tribunal Comercial de Lisieux. É intenção da gestão proceder à liquidação da Elmo imediatamente após a venda ou liquidação da Plysorol. Assim, esta actividade foi considerada como descontinuada e será extinta em 2009.

6.9. TP (50% Sonae Capital)

[Empresa consolidada pelo método de equivalência patrimonial]



A TP desenvolve actividade nos negócios de produção de energia por cogeração e eólica.

O negócio de cogeração é desenvolvido através de parcerias com diversas empresas industriais, nas instalações das quais se situam as respectivas centrais. Na maioria dos casos, a TP assume uma posição maioritária na parceria. Actualmente, a TP gere uma capacidade de produção de energia de cerca de 62 MW, distribuída por 13 projectos (considerando as cogerações que alcançaram o termo da sua vida útil em 2007).

No negócio eólico, a empresa tem as seguintes participações:

- participação de 50% num parque eólico de 10 MW na Serra da Capucha, já em operação;
- participação de 52% num parque eólico de 20 MW na Serra do Sicó, com início de operações calendarizado para o final do primeiro trimestre de 2009;
- participação de 20% no Consórcio Élicas de Portugal (ENEOP).

A ENEOP está autorizada, no âmbito de um contrato celebrado com o governo Português no âmbito de concurso público, a injectar 1.000 MW de energia no Sistema Eléctrico Português e a instalar equipamentos, para a geração de energia eólica, com uma capacidade produtiva máxima de 1.200 MW. O investimento será faseado até 2012.

O investimento previsto para a ENEOP está a decorrer de acordo com o planeado. O primeiro parque eólico (8 MW) deverá estar totalmente operacional perto do final do primeiro trimestre de 2009. Projectos eólicos adicionais, correspondentes a cerca de 150 MW, estão em construção e deverão estar operacionais até ao final do ano.

O consórcio está actualmente a negociar o financiamento do projecto total, sendo esperada a sua finalização no segundo semestre do ano. A TP tem já garantido o financiamento necessário (duas emissões de papel comercial no valor total de 40 milhões de euros) para a sua parcela no investimento em curso até que a ENEOP obtenha a aprovação para o financiamento total do projecto.

	4T 2008	4T 2007	Δ
Volume de Negócios	10.599,8	8.752,5	21,1%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	3.686,0	1.771,0	>100%
Resultados Operacionais (EBIT)	1.782,2	898,8	98,3%
Resultado Líquido	981,9	515,0	90,7%

Contas Sociais Consolidadas.

	2008	2007	Δ
	35.053,8	33.303,5	5,3%
	8.655,0	7.983,0	8,4%
	4.824,0	4.960,3	-2,7%
	2.862,2	3.063,5	-6,6%

Unidade: 10³ euros

O volume de negócios anual aumentou 5,3% fruto de um aumento no preço médio de venda de energia ao sistema eléctrico, apesar da diminuição no volume de energia vendida devido ao acima mencionado decréscimo no número de centrais de cogeração. Nota para o facto de a demonstração de resultados da TP reflectir exclusivamente a actividade de cogeração, já que os parques eólicos em operação são contabilizados através do método da equivalência patrimonial (o parque eólico da Serra do Sicó não estava ainda em operação).

O aumento no preço médio de venda foi particularmente visível no segundo semestre do ano, particularmente no último trimestre de 2008, reflectindo o intervalo de 6 meses no ajustamento entre o preço dos combustíveis no preço da energia injectada no sistema eléctrico.

O cash-flow operacional (EBITDA) do último trimestre beneficiou largamente do ajustamento anteriormente referido que compensou, por um lado a tendência de evolução negativa do EBITDA observada até ao terceiro trimestre de 2008, e por outro a perda por imparidade de 1,3 milhões de euros relativa à dívida de uma das empresas industriais do consórcio que abriu falência. Actualmente, a TP está à procura de uma empresa alternativa para o fornecimento do respectivo equipamento de cogeração.

6.10. **Norscut** (36% Sonae Capital)

[Empresa consolidada pelo método de equivalência patrimonial]



Em 2000, a NORSCUT venceu a concessão em regime DFBOT por um período de 30 anos da Auto-estrada A24. A auto-estrada liga as cidades de Viseu e Chaves (até à fronteira com Espanha), no Norte de Portugal, com uma extensão total de 156,4 km.

Durante o período inicial da concessão, de 2001 até 2007, foram construídos os diversos troços da auto-estrada. Esse período estendeu-se por mais dois anos do que o inicialmente previsto devido à decisão unilateral do concedente (o estado Português) de alterar o traçado original da auto-estrada, o que também originou custos de construção acrescidos.

Em Setembro de 2007, dois meses depois de os trabalhos da auto-estrada terem sido concluídos, entrou em funcionamento efectivo a extensão total da auto-estrada. Desde esse momento até ao final do período de concessão, as receitas da concessão dependerão do tráfego efectivo de veículos nos diferentes troços da auto-estrada.

O ano de 2008 foi marcado por um evento significativo. No final de Julho, e na sequência da nomeação de um tribunal de arbitragem para analisar o pedido de indemnização da Norscut por aumento dos custos de construção e perda de receitas decorrentes do atraso na finalização das obras acima referido, foi assinado pela Norscut e pelo Estado Português um acordo para restabelecer o equilíbrio financeiro da concessão, através do qual foi reconhecido o direito da Norscut em receber uma indemnização total no valor de 291,9 milhões de euros, dos quais 94,9 milhões de euros relacionados com perdas de receitas e, como tal, devidos à Norscut e os restantes 197,0 milhões de euros relacionados com o aumento dos custos de construção e como tal devidos ao empreiteiro da obra.

No âmbito deste acordo a Norscut contratou, no início de Agosto, um financiamento pelo prazo de 18 meses, equivalente ao montante da indemnização acordada (291,9 milhões) e garantido (valor nominal e juros) pelo Estado Português. O objectivo é chegar a um acordo com o Estado Português, antes do vencimento deste financiamento intercalar, para o alargamento do prazo de concessão ou para a tomada de medidas alternativas e, ao mesmo tempo refinar a dívida total (valor inicial da dívida e financiamento adicional). Caso não se verifiquem estas condições, o Estado Português será responsável pelo pagamento do valor nominal e juros deste financiamento intercalar na respectiva data de vencimento.

	4T 2008	4T 2007	Δ	2008	2007	Δ
Volume de Negócios	21.887,9	26.613,2	-17,7%	92.536,5	44.298,9	>100%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	38.063,3	24.979,0	+52,4%	105.983,3	33.019,5	>100%
Amortizações	23.978,5	12.918,5	+85,6%	60.152,9	17.254,5	>100%
Resultado Financeiro	12.008,7	13.448,5	-10,7%	52.219,3	17.825,3	>100%
Resultado Líquido	1.555,5	(2.154,7)	-	(4.774,6)	(1.483,8)	<-100%

Contas Sociais.

Unidade: 10³ euros

O ano de 2008 foi o primeiro ano de operação integral da extensão total da auto-estrada, pelo que é necessária alguma precaução na comparação dos indicadores de desempenho com o ano anterior. O tráfego de veículos aumentou 9% em relação ao ano anterior (considerando todos os troços abertos). No segundo semestre do ano, e apesar do arranque da operação da auto-estrada, o crescimento do tráfego abrandou em resultado do aumento dos custos de combustível e do abrandamento da actividade económica.

6.11. Sonae Indústria

A Sonae Indústria é um produtor mundial de painéis de madeira e as suas acções estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon.

Em 31 de Dezembro de 2008, a participação da Sonae Capital na Sonae Indústria, SGPS, SA era de 10.984.164 acções representativas de 7,846% do respectivo capital social e direitos de voto. Durante o ano, a Sonae Capital adquiriu 1.462.349 acções da Sonae Indústria a um preço médio de compra de 2,36 euros por acção.

Tendo em conta a cotação de fecho da Sonae Indústria em 31 de Dezembro de 2008 (1,525 euros), o valor de mercado desta participação era de 16,8 milhões de euros.

7. Comportamento Bolsista

Para informação sobre o comportamento bolsista da acção Sonae Capital, consulte por favor o capítulo III.4 do Relatório sobre o Governo da Sociedade relativo a 2008.

8. Sustentabilidade

Está ainda em desenvolvimento uma política abrangente de Sustentabilidade ao nível da Sonae Capital.

Atendendo à sua relevância no contexto das práticas de Sustentabilidade da Sonae Capital, este capítulo incluirá exclusivamente uma descrição da abordagem do Troiaresort a este tema, durante o ano de 2008. Esta é sem dúvida a face mais visível e mais coerente da importância que o desenvolvimento sustentável assume para a Sonae Capital e para os seus negócios.

No Troiaresort o ambiente foi assumido desde o início como uma questão central enquanto aposta na excelência ambiental como fonte de vantagem competitiva e no património ambiental como um recurso capaz de criar valor.

O projecto foi acompanhado por uma sistemática avaliação da sustentabilidade das respectivas soluções e pela implementação de um sistema de gestão ambiental que, progressivamente, englobou as actividades de projecto, construção e exploração, âmbito pioneiro ao nível de empreendimentos turísticos desta natureza. Este sistema de gestão está certificado de acordo com a norma internacional ISO 14001 desde 2005 e, em 2008, foi registado no sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS), sendo o primeiro resort em Portugal a obter este reconhecimento. O EMAS é um instrumento voluntário, a nível europeu, dirigido às empresas que pretendem avaliar e melhorar o seu comportamento ambiental e informar o público e outras partes interessadas a respeito do seu desempenho e intenções a nível ambiental.

De entre um conjunto de medidas implementadas em 2008, no âmbito do sistema de gestão ambiental, destacam-se a requalificação ambiental e urbanística de áreas degradadas e a optimização do consumo de água. Relativamente à gestão da água salienta-se a execução de uma nova rede de rega no campo de golfe e a reabilitação do lago existente, bem como a construção de novas redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, equipadas com telegestão. A reformulação da estação de tratamento de águas residuais (ETAR), cuja Avaliação de Impacte Ambiental se encontra em curso, permitirá ainda a reutilização da água residual tratada para rega.

O reconhecimento de que a biodiversidade e os ecossistemas são atributos fortemente diferenciadores dos destinos turísticos levou à assinatura de um memorando de entendimento entre a Sonae Turismo e o Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, relativo à contribuição da empresa para o objectivo europeu de parar a perda de biodiversidade até 2010, no âmbito da iniciativa “Business & Biodiversity”, promovida pela Presidência Portuguesa da União Europeia. Esta iniciativa procura promover, através de acordos voluntários de longa duração, a integração da biodiversidade nas estratégias e políticas das empresas. Ficou estabelecido que esta parceria envolverá a promoção de uma iniciativa abrangente tendente à diminuição da pressão global sobre os golfinhos-roazes do Sado, o estudo e a promoção de acções de preservação das aves das salinas, a requalificação do coberto vegetal e o controlo de espécies exóticas e invasoras, a diversificação de habitats prioritários, a gestão dos fluxos de visitantes e a instalação de sinalética interpretativa da flora e da fauna. Na sequência desta parceria, entre 2007 e 2008, foi efectuado corte de acácias (uma espécie invasora e exótica) numa área de 250 ha, classificada como Rede Natura 2000.

A Troia Marina, que iniciou o seu funcionamento em 2008, foi distinguida com a Bandeira Azul para portos de recreio e marinas, uma referência na qualidade ambiental deste tipo de equipamentos. Destaque ainda para a atribuição do galardão Praia Acessível à praia Tróia-Mar, em resultado de um conjunto de acções tendentes a melhorar a acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida.

Com o objectivo de fomentar a ligação do Troiaresort com a comunidade local têm sido desenvolvidas um conjunto de actividades que pretendem dar a conhecer o património único desta área, quer a nível da sua biodiversidade, quer a nível cultural. Em 2008, mais de 400 crianças dos concelhos vizinhos participaram nas actividades de educação ambiental e de divulgação das ruínas romanas de Tróia – um património cultural de inegável valor.

O reconhecimento do desafio do desenvolvimento sustentável pela Sonae Turismo como uma condição essencial no sector turístico foi ainda reforçado pelo processo de elaboração do primeiro relatório de sustentabilidade do Troiaresort, em 2008, o qual será publicado em 2009. Este relatório tem por objectivo dar a conhecer a forma como o Troiaresort gere as questões da sustentabilidade, envolvendo áreas tão diversas como a promoção do valor natural e cultural da região, a relação com a comunidade envolvente e com os seus colaboradores. No âmbito da sua elaboração foi auscultado um conjunto de partes interessadas, incluindo colaboradores, entidades oficiais, clientes, comunidade local e ONG's.

9. Demonstrações Financeiras Individuais

A Sonae Capital, SGPS, SA foi constituída em 14 de Dezembro de 2007 e, enquanto empresa *holding* do Grupo, está focada na gestão da sua participação no capital da sua filial SC, SGPS, SA (que detém 100% do capital das *sub-holdings* Sonae Turismo, SGPS, SA e Spred, SGPS, SA), alocando recursos financeiros de acordo com as exigências de investimento e de tesouraria da sua filial.

O resultado líquido em 2008 ascendeu a 848.271 euros negativos (2.012 euros negativos). Os custos operacionais incluem essencialmente remunerações (1,2 milhões de euros) e fornecimentos e serviços externos (0,6 milhões de euros). O resultado financeiro foi de 0,6 milhões de euros.

Os empréstimos não-correntes incluem um Programa de Papel Comercial emitido em 14 de Março de 2008, com limite de 30.000.000 de euros e subscrição garantida, com maturidade de 5 anos. Em 31 de Dezembro de 2008, estavam utilizados 30.000.000 de euros.

Os empréstimos correntes incluem um Programa de Papel Comercial emitido em 28 de Março de 2008, com limite de 60.000.000 de euros, sem subscrição garantida e maturidade de 10 anos, podendo ser prorrogada a pedido da Sonae Capital. Em 31 de Dezembro de 2008, estavam utilizados 21.850.000 euros.

10. Actividade desenvolvida pelos Membros Não Executivos do Conselho de Administração

Desde a sua nomeação em Abril de 2008, os Administradores não executivos agendaram proactivamente e participaram em reuniões com os Administradores das *sub-holdings* do Grupo e com os gestores de negócio, aumentando o conhecimento que têm dos mesmos e aconselhando e desafiando os negócios, capitalizando na sua experiência académica e profissional. Para além das suas funções enquanto membros do Conselho de Administração, cada Administrador não executivo desempenha funções numa das Comissões nomeadas pelo Conselho de Administração (Comissão de Auditoria e Finanças e Comissão de Nomeação e Remunerações). Para mais informação sobre os deveres dos membros do Conselho de Administração e das Comissões nomeadas pelo Conselho de Administração por favor consulte o capítulo II do Relatório sobre o Governo da Sociedade.

11. Proposta de Aplicação de Resultados

A Sonae Capital, SGPS, SA, enquanto *holding* do Grupo, registou um resultado líquido negativo de 848.270,54 euros no ano de 2008. O Conselho de Administração propõe à Assembleia-Geral de Accionistas que este valor seja transferido para Resultados Transitados.

12. Agradecimentos

O Conselho de Administração agradece a todas as entidades o apoio e confiança demonstradas, em especial ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas pela sua colaboração e trabalho desenvolvido. Aos nossos colaboradores, agradecemos e prestamos o nosso reconhecimento pelo esforço e dedicação demonstrados ao longo do ano.

Maia, 25 de Março de 2009

O Conselho de Administração,

Belmiro Mendes de Azevedo

José Luís dos Santos Lima Amorim

Mário Pereira Pinto

Francisco de La Fuente Sánchez

Rafael Cerezo Laporta

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende

Glossário

ABC (Área Bruta de Construção) = Área medida pelo perímetro exterior das paredes exteriores.

Capex = Investimento em Activos Fixos.

Cash-Flow Operacional (EBITDA) = Resultados Operacionais (EBIT) + Amortizações e Depreciações + Provisões e Perdas por Imparidade + Perdas por Imparidade de Activos Imobiliários em Existências (incluídas em Custo das Mercadorias Vendidas) – Reversão de Perdas de Imparidade e Provisões (incluídas em Outros Proveitos Operacionais).

DFBOT = *Design, Finance, Build, Operate and Transfer*.

Endividamento Líquido = Empréstimos Não Correntes + Empréstimos Correntes – Caixa e Equivalentes de Caixa – Investimentos Correntes.

Rácio de Cobertura de Juros = EBITDA / Juros Suportados.

Rácio de Gearing = Endividamento Líquido / Capitais Próprios.

Receita Média Diária = Receitas de Alojamento / Número de Quartos Vendidos.

Regime de fretamento em casco nú = Contratos de aluguer de navios sem tripulação, renováveis por um período de 3 anos com opção de compra no seu termo.

RevPar = Receita por quarto disponível.

TEUS = Contentor com 20 pés de comprimento.

UNOP (Unidade Operativa de Planeamento e Gestão) = Unidades operativas conforme estabelecido pelo Plano de Urbanização de Tróia através da Resolução do Conselho de Ministros nº 23/2000.

Declaração
Nos termos do Artigo 245, parágrafo 1, c) do Código de Valores Mobiliários

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, dos activos e passivos, da situação financeira e dos resultados consolidados e individuais da Sonae Capital, S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente os principais eventos ocorridos no ano de 2008 e os seus impactos, quando aplicáveis, a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sonae Capital, S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Maia, 25 de Março de 2009

Belmiro Mendes de Azevedo
Presidente do Conselho de Administração

Rafael Cerezo Laporta
Vogal do Conselho de Administração

José Luís dos Santos Lima Amorim
Vogal do Conselho de Administração

Paulo José Jubilado Soares de Pinho
Vogal do Conselho de Administração

Mário Pereira Pinto
Vogal do Conselho de Administração

Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende
Vogal do Conselho de Administração

Francisco de La Fuente Sánchez
Vogal do Conselho de Administração

Anexo a que se refere o Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	31.12.2008
						Quantidade
Belmiro Mendes de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						49.999.997
Sonae Capital, SGPS, SA						838.862
Conversão de Direitos de Cisão (*) ^(a)	28.01.2008	1.862	-			
Compra	01.02.2008	160.000	1,84			
Compra	04.02.2008	150.000	1,83			
Compra	05.02.2008	350.000	1,78			
Compra	06.02.2008	177.000	1,76			
José Luís dos Santos Lima Amorim ^(b)						
Sonae Capital, SGPS, SA						8.125
Conversão de Direitos de Cisão (*)	28.01.2008	8.125	-			
Mário Pereira Pinto ^(c)						
Sonae Capital, SGPS, SA						8.125
Conversão de Direitos de Cisão (*)	28.01.2008	8.125	-			
Francisco de La Fuente Sánchez ^(d)						
Sonae Capital, SGPS, SA						2.500
Paulo José Jubilado Soares de Pinho						
Sonae Capital, SGPS, SA ^(e)						12.650
Compra	10.06.2008	3.000	1,35			
Compra	22.09.2008	2.000	0,83			
Compra	16.12.2008	3.000	0,50			

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	31.12.2008
						Quantidade
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA						
Sonae Capital, SGPS, SA						88.859.200
Compra Direitos de Cisão	11.01.2008	13.029.263	0,17			
Compra Direitos de Cisão	14.01.2008	11.000.000	0,20			
Compra Direitos de Cisão	15.01.2008	26.613.385	0,21			
Conversão de direitos de Cisão (*)	28.01.2008	82.350.553	-			
Conversão de direitos de Cisão adquiridos(*)	28.01.2008	6.330.331	-			
Compra de Ações	07.03.2008	178.316	1,48			
Pareuro, BV (2)						2.000.000
Aumento de Capital Social	21.01.2008	1.980.000	151,51			
(2) Pareuro, BV						
Sonae Capital, SGPS, SA						50.000.000
Conversão de direitos de Cisão (*)	28.01.2008	50.000.000	-			

(*) As acções representativas da totalidade do capital social da Sonae Capital, SGPS, SA foram atribuídas aos accionistas da Sonae, SGPS, SA com o exercício dos respectivos direitos de cisão (o que ocorreu durante o mês de Janeiro de 2008), utilizando o factor de atribuição de 0,125 arredondado para o número inteiro mais próximo.

^(a) As 1.862 acções são detidas pelo cônjuge.

^(b) Através da Change Partners, SCR, S.A., da qual é Membro do Conselho de Administração.

^(c) Através da Change Partners, SCR, S.A., da qual é Presidente do Conselho de Administração.

^(d) Através do Banco Comercial Português, S.A. (Millennium BCP), da qual é Membro do Conselho Geral e de Supervisão

^(e) Na data da nomeação para Membro do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA detinha 4.650 acções.



Anexo a que se refere o Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

Número de acções detidas por accionistas com mais de 10%, 33% ou 50% do capital social:

	<u>Número de acções a 31.12.2008</u>
Efanor Investimentos, SGPS, SA	
Sonae Capital, SGPS, SA	88.859.200
Pareuro, BV	2.000.000
Pareuro, BV	
Sonae Capital, SGPS, SA	50.000.000

Participações Qualificadas

Dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do Artigo 8º do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM, indicamos os titulares de participações qualificadas a 31 de Dezembro de 2008:

Accionista	Nº de acções	% Capital Social	% Direitos de voto
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.			
Detidas Directamente	88.859.200	35,544%	35,544%
Através da Pareuro, BV (sociedade dominada pela Efanor)	50.000.000	20,000%	20,000%
Através de Belmiro Mendes de Azevedo (Presidente do Conselho de Administração da Efanor)	837.000	0,335%	0,335%
Através de Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo (Membro do Conselho de Administração da Efanor)	1.862	0,001%	0,001%
Através da Linhacom, SGPS, S.A. (sociedade dominada pelo Membro do Conselho de Administração da Efanor, Maria Cláudia Teixeira de Azevedo)	43.912	0,018%	0,018%
Através da Migracom, SGPS, S.A. (sociedade dominada pelo Membro do Conselho de Administração da Efanor, Duarte Paulo Teixeira de Azevedo)	161.250	0,065%	0,065%
Através de descendentes de Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Membro do Conselho de Administração da Efanor)	411	0,000%	0,000%
Através de descendentes de Nuno Miguel Teixeira de Azevedo (Membro do Conselho de Administração da Efanor)	1.312	0,001%	0,001%
Total imputável	<u>139.904.947</u>	<u>55,962%</u>	<u>55,962%</u>
Banco BPI, S.A.			
Detidas Directamente	16.888.797	6,756%	6,756%
Através do Banco Português de Investimento, S.A. (sociedade dominada pelo Banco BPI)	53.409	0,021%	0,021%
Através dos Fundos de Pensões do Banco BPI (sociedade dominada pelo Banco BPI)	5.008.922	2,004%	2,004%
Através do BPI Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A. (sociedade dominada pelo Banco BPI)	638.576	0,255%	0,255%
Total imputável	<u>22.589.704</u>	<u>9,036%</u>	<u>9,036%</u>
Mohnish Pabrai			
Através da Pabrai Investment Fund II, L.P. (sociedade dominada por Mohnish Pabrai)	3.957.000	1,583%	1,583%
Pabrai Investment Fund 3, L.P. (sociedade dominada por Mohnish Pabrai)	5.624.000	2,250%	2,250%
Pabrai Investment Fund IV, L.P. (sociedade dominada por Mohnish Pabrai)	7.422.315	2,969%	2,969%
Através da Dalal Street, L.L.C. (sociedade dominada por Mohnish Pabrai)	28.000	0,011%	0,011%
Através da Fundação Dakshana (sociedade dominada por Mohnish Pabrai)	132.625	0,053%	0,053%
Através de Harina Kapoor (esposa de Mohnish Pabrai)	2.500	0,001%	0,001%
Total imputável	<u>17.166.440</u>	<u>6,867%</u>	<u>6,867%</u>

Transacções de Valores Mobiliários Efectuadas pelos Dirigentes e Pessoas Estreitamente Relacionadas durante o 2º Semestre de 2008

Dando cumprimento ao disposto no Artigo 14º do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM, indicamos as transacções de valores mobiliários efectuadas pelos dirigentes e pessoas estreitamente relacionadas durante o 2º Semestre de 2008:

Nome	Data	N.º Acções	Compra / Venda	Preço	Tipo de Transacção	Carteira (N.º Títulos)
Paulo José Jubilado Soares de Pinho						Saldo inicial 7.650
(Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA)	22.09.2008	2.000	Compra	0,83	Bolsa	2.000
	16.12.2008	3.000	Compra	0,50	Bolsa	3.000
						Saldo final 12.650
Nuno Miguel Teixeira de Azevedo						Saldo inicial 1.790
(Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SA)	25.10.2008	478	Venda	0,57	Bolsa	478
						Saldo final 1.312



**RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE
31 DE DEZEMBRO DE 2008**

Relatório Sobre o Governo da Sociedade

0. Declaração de Cumprimento

A política da Sonae Capital SGPS S.A. (doravante Sonae Capital ou Sociedade) em matéria de governo societário tem, como um dos seus objectivos, a implementação de procedimentos de fomento da transparência no relacionamento com os investidores e com o mercado. A estrutura de governo societário da Sonae Capital é definida de forma a assegurar a maximização dos interesses e a satisfação dos direitos legais e regulamentares dos seus accionistas.

0.1 Normas Aplicáveis ao Governo das Sociedades

A Sonae Capital, enquanto sociedade emitente de acções admitidas à negociação em mercado regulamentado, encontra-se sujeita às disposições do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (doravante CMVM) 1/2007, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Regulamento da CMVM 5/2008.

A Sonae Capital rege ainda as suas práticas de governo societário tendo por referência as recomendações da CMVM contidas no Código de Governo das Sociedades. O código de Governo das Sociedades encontra-se acessível em www.cmvm.pt.

0.2 Cumprimento do Código de Governo das Sociedades

	Recomendação	Cumprimento	Referência neste Relatório
Assembleia-Geral			
I.1.1	O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação financeira da sociedade	Sim	I.1
I.1.2	A remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia-Geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o governo da sociedade	Não	0.3 (1) I.1
I.2.1	A antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em Assembleia-Geral imposta pelos estatutos não deve ser superior a 5 dias úteis	Sim	I.2
I.2.2	Em caso de suspensão da reunião da Assembleia-Geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência ordinária exigida na primeira sessão	Sim	I.2
I.3.1	As sociedades não devem impôr qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência	Não	0.3 (2) I.3
I.3.2	O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a 3 dias úteis	Sim	I.3

	Recomendação	Cumprimento	Referência neste Relatório
I.3.3	As sociedades devem prever, nos seus estatutos, que corresponda um voto a cada acção	Sim	I.3
I.4.1	As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto na lei	Não	0.3 (3) I.4
I.5.1	As actas das reuniões da Assembleia-Geral devem ser disponibilizadas aos accionistas no sítio na Internet da sociedade no prazo de 5 dias, ainda que não constituam informação privilegiada, nos termos legais, e deve ser mantido nessa página um acervo histórico das listas de presenças, das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às reuniões realizadas, pelo menos, nos 3 anos antecedentes	Sim	I.5
I.6.1	As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas	Sim	I.6
I.6.2	Os estatutos das sociedades que, respeitando o princípio da alínea anterior, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que seja consignado que, pelo menos de cinco em cinco anos será sujeita a deliberação pela Assembleia-Geral a manutenção ou não dessa disposição estatutária - sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal - e que nessa deliberação se contam todos os votos emitidos sem aplicação daquela limitação	Não Aplicável	(*)
I.6.3	Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do Órgão de Administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do Órgão de Administração	Não Aplicável	(*)
Órgãos de Administração e Fiscalização			
II.1.1.1	O Órgão de Administração deve avaliar no seu relatório de governo o modelo de governo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, em sua opinião, sejam idóneas para os superar	Sim	II.0
II.1.1.2	As sociedades devem criar sistemas de controlo interno, para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, para salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário	Sim	II.8
II.1.1.3	Os Órgãos de Administração e Fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados na página na Internet da sociedade	Sim	II.2 II.5
II.1.2.1	O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos	Sim	II.2

	Recomendação	Cumprimento	Referência neste Relatório
II.1.2.2	De entre os Administradores não executivos deve contar-se um número adequado de Administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de Administradores	Sim	II.2
II.1.3.1	Consoante o modelo aplicável, o Presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções	Sim	II.5
II.1.4.1	A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante	Não	0.3 (4) II.9
II.1.4.2	As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo da sociedade	Sim	II.9
II.1.5.1	A remuneração dos membros do Órgão de Administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade. Neste contexto: i) a remuneração dos Administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente baseada no desempenho, devendo tomar por isso em consideração a avaliação de desempenho realizada periodicamente pelo órgão ou comissão competentes; ii) a componente variável deve ser consistente com a maximização do desempenho de longo prazo da empresa e dependente da sustentabilidade das variáveis de desempenho adoptadas; iii) quando tal não resulte directamente de imposição legal, a remuneração dos membros não executivos do Órgão de Administração deve ser exclusivamente constituída por uma quantia fixa	Sim	II.2 II.10 II.6
II.1.5.2	A Comissão de Remunerações e o Órgão de Administração devem submeter à apreciação da Assembleia-Geral Anual de accionistas uma declaração sobre a política de remunerações, respectivamente, dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos demais dirigentes na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. Neste contexto, devem, nomeadamente, ser explicitados aos accionistas os critérios e os principais parâmetros propostos para a avaliação do desempenho para determinação da componente variável, quer se trate de prémios em acções, opções de aquisição de acções, bónus anuais ou de outras componentes	Sim	I.7 II.4
II.1.5.3	Pelo menos um representante da Comissão de Remunerações deve estar presente nas Assembleias-Gerais Anuais de accionistas	Não Aplicável	(**)

	Recomendação	Cumprimento	Referência neste Relatório
II.1.5.4	Deve ser submetida à Assembleia-Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos Órgãos de Administração, Fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em Assembleia-Geral as principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários	Sim	I.7
II.1.5.5	A remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais, distinguindo-se, sempre que for caso disso, as diferentes componentes recebidas em termos de remuneração fixa e de remuneração variável, bem como a remuneração recebida em outras empresas do grupo ou em empresas controladas por accionistas titulares de participações qualificadas	Sim	II.2 II.5 II.6
II.2.1	Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade	Sim	II.3
II.2.2	O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais	Sim	II.2 II.3
II.2.3	Caso o Presidente do Conselho de Administração exerça funções executivas, o Conselho de Administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o Governo da Sociedade	Sim	II.0 II.2
II.2.4	O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição da actividade desenvolvida pelos Administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos ocorridos	Sim	

	Recomendação	Cumprimento	Referência neste Relatório
II.2.5	O Órgão de Administração deve promover a rotação do membro com o pelouro financeiro, pelo menos no fim de cada dois mandatos	Não	0.3 (5)
II.3.1	Os Administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas	Sim	II.3
II.3.2	O Presidente da Comissão Executiva deve remeter, respectivamente, ao Presidente do Conselho de Administração e, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho Fiscal ou da Comissão de Auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões	Não	0.3 (6)
II.3.3	O Presidente do Conselho de Administração Executivo deve remeter ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões	Não Aplicável	(*)
II.4.1	O Conselho Geral e de Supervisão, além do cumprimento das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do Conselho de Administração Executivo. Entre as matérias sobre as quais o Conselho Geral e de Supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais	Não Aplicável	(*)
II.4.2	Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as Matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem ser objecto de divulgação na página na Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas	Sim	II.5
II.4.3	Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as Matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem incluir descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos ocorridos	Sim	II.5
II.4.4	A Comissão para as Matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios	Não	0.3 (7)
II.4.5	A Comissão para as Matérias Financeiras, Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à Assembleia-Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito	Sim	II.5

	Recomendação	Cumprimento	Referência neste Relatório
II.5.1	Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos Administradores Executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria	Sim	II.4
II.5.2	Os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do Órgão de Administração	Sim	II.4
II.5.3	Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem	Sim	II.4
Informação e Auditoria			
III.1.2	As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor	Sim	III.8
III.1.3	A seguinte informação disponível na página na Internet da sociedade deve ser divulgada em Inglês: <ul style="list-style-type: none"> a. A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171º do Código das Sociedades Comerciais; b. Estatutos; c. Identidade dos titulares dos Órgãos Sociais e do Representante para as Relações com o Mercado; d. Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso; e. Documentos de prestação de contas; f. Calendário semestral de eventos societários; g. Propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia-Geral; h. Convocatória para a realização da Assembleia-Geral 	Sim	III.8


(*) São consideradas não aplicáveis as Recomendações inerentes a práticas, estruturas, procedimentos, ou a um modelo de governo societário não adoptado pela Sonae Capital. Nos termos da faculdade do artigo 278º do Código das Sociedades Comerciais, a Sonae Capital estruturou o seu modelo de administração e fiscalização de acordo com a modalidade Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas (modelo latino reforçado). As recomendações não aplicáveis à Sonae Capital não devem ser consideradas na apreciação do cumprimento do Código de Governo das Sociedades por esta Sociedade.

(**) Na única reunião da Assembleia-Geral da Sociedade ocorrida no exercício de 2008 não estava ainda constituída a Comissão de Remunerações, pelo que a Recomendação deve considerar-se, para tal exercício, como não aplicável. A Sonae Capital pretende cumprir com esta Recomendação no presente exercício e seguintes.

0.3 As Fundamentações da não observância de Recomendações do Código de Governo das Sociedades

A Sonae Capital tem a firme intenção de, nos próximos exercícios, intensificar a sua aproximação ao Código de Governo das Sociedades: atendendo à sua recente constituição, certos procedimentos, práticas e estruturas encontram-se ainda em fase de implementação e de análise. Por outro lado, algumas práticas que são já inteiramente coincidentes com as Recomendações emanadas do Código de Governo das Sociedades não são consideradas cumpridas, unicamente porquanto a sua observância foi só parcial (seja temporal ou funcionalmente) no exercício económico de 2008.

- (1) Atendendo à específica natureza da Mesa da Assembleia-Geral e à natureza do dever fiduciário a que os seus membros estão adstritos perante a Sociedade, a Sonae Capital considera que a informação quanto ao valor agregado de remuneração dos membros daquele órgão é a necessária para que os investidores avaliem da respectiva grandeza e adequação.
- (2) Os estatutos da Sonae Capital determinam, no número 3 do seu artigo 23, que o voto por correspondência é unicamente admitido para as deliberações da Assembleia-Geral que tenham por objecto a alteração do pacto social e a eleição dos órgãos sociais. A restrição estatutária à amplitude e admissibilidade do voto por correspondência é fundada no tratamento procedimental dado àquele mecanismo pelo Código das Sociedades (no número 9 do seu artigo 384º). É entendimento da Sonae Capital que qualquer das soluções - as únicas admissíveis - para o destino do voto por correspondência são contrárias ao sentido e imediaticidade que deverão regular a emissão de votos em Assembleia-Geral. Tais regras são:
 - a. Os votos por correspondência são transformados em votos negativos em relação a propostas de deliberação apresentadas após a emissão dos votos por correspondência; e
 - b. Os votos por correspondência podem ser recepcionados até ao quinto dia seguinte à realização da Assembleia-Geral.
- (3) O artigo 25º dos estatutos da Sonae Capital determina um quórum (constitutivo) de accionistas, para a reunião em primeira convocatória da Assembleia-Geral, que representem mais de cinquenta por cento do capital social da Sociedade. A prescrição da necessidade de um quórum constitutivo para a reunião em primeira convocatória da Assembleia-Geral (ao invés do estipulado na lei, que não determina a necessidade de qualquer quórum constitutivo para reuniões da Assembleia-Geral em primeira convocatória), prende-se com o entendimento da Sociedade pela necessidade de assegurar, em qualquer manifestação de vontade do seu colégio accionista, uma representatividade material que possa legitimar a deliberação assim obtida. A Sonae Capital manterá esta sua prática por entender que, desta forma, maximiza a prossecução dos interesses dos seus accionistas e incute transparência no processo decisório da sua Assembleia-Geral.

- 
- (4) A Sonae Capital não instituiu ou comunicou, durante o exercício de 2008, a política ou o procedimento aplicável à comunicação de irregularidades (*whistle blowing policy*). Apesar de, desde a sua constituição ser o Conselho Fiscal o órgão responsável pelo recebimento e tratamento das comunicações de irregularidades, só em 2009 foram plenamente adoptados todos os procedimentos para que se considere plenamente cumprida a Recomendação contida no Código de Governo das Sociedades.
- (5) O Conselho de Administração da Sonae Capital considera que o cumprimento desta Recomendação não materializa a prossecução dos melhores interesses da Sociedade. Se o Conselho de Administração vier a entender necessária a substituição de algum dos seus membros, usará os seus normais critérios de decisão.
- (6) Em 2008 os membros não executivos do Conselho de Administração da Sociedade foram informados, em cada reunião do Conselho de Administração, das decisões da Comissão Executiva. Em 2009, o cumprimento da recomendação será totalmente implementado e as actas das reuniões da Comissão Executiva serão enviadas aos administradores não executivos.
- (7) O Conselho Fiscal reúne regularmente com o Auditor Externo para discutir as conclusões do trabalho por este desenvolvido. Contudo, muitos aspectos do quotidiano da Sociedade determinam que o Auditor Externo tenha como interlocutores preferenciais no seio da Sociedade a equipa de apoio ao Conselho de Administração. Assim, e porque o Conselho Fiscal não é considerado como o único e principal contacto do Auditor Externo na Sociedade e como não é o destinatário principal dos respectivos Relatórios, a Sonae Capital não cumpriu com a Recomendação em 2008. Em 2009 o relatório do Auditor Externo será simultaneamente enviado ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal.

0.4 Avaliação de Independência

O Conselho de Administração considera manterem-se inalteradas as qualidades subjacentes à classificação como independentes, de acordo com o disposto no número 5 do Artigo 414º do Código das Sociedades Comerciais, dos seguintes dos seus membros:

Nome	Órgãos Social
Francisco de la Fuente Sánchez	Conselho de Administração
Rafael Cerezo Laporta	Conselho de Administração
Paulo José Jubilado Soares de Pinho	Conselho de Administração
Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende	Conselho de Administração

O Conselho Fiscal considera manterem-se inalteradas as qualidades subjacentes à classificação como independentes, nos termos do disposto no número 5 do Artigo 414º do Código das Sociedades Comerciais, de todos os seus membros:

Nome	Órgão Social
Armando Luís Vieira de Magalhães	Presidente do Conselho Fiscal
Jorge Manuel Felizes Morgado	Conselho Fiscal
Carlos Manuel Pereira da Silva	Conselho Fiscal

A Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração da Sonae Capital considera manterem-se inalteradas as qualidades subjacentes à classificação como independentes, nos termos do disposto no número 5 do Artigo 414º do Código das Sociedades Comerciais, de todos os seus membros:

Nome	Órgão Social
Francisco de la Fuente Sánchez	Presidente da Comissão de Auditoria e Finanças
Paulo José Jubilado Soares de Pinho	Comissão de Auditoria e Finanças

A Comissão de Nomeação e Remunerações do Conselho de Administração da Sonae Capital considera manterem-se inalteradas as qualidades subjacentes à classificação como independentes, nos termos do disposto no número 5 do Artigo 414º do Código das Sociedades Comerciais, de todos os seus membros:

Nome	Órgão Social
Rafael Cerezo Laporta	Presidente da Comissão de Nomeação e Remunerações
Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende	Comissão de Nomeação e Remunerações

I. Assembleia-Geral

I.1 Mesa da Assembleia-Geral

A 31 de Dezembro de 2008, a Mesa da Assembleia-Geral era composta pelos seguintes membros, mandatados para o período de 4 anos entre 2007 e 2010:

- António Agostinho Cardoso da Conceição Guedes (Presidente);
- Maria Daniela Farto Baptista Passos (Secretária).

Para além do suporte prestado pelo Secretário da Sociedade durante as fases preparatórias das Assembleias-Gerais, os membros da Mesa têm também o apoio do Departamento Legal da Sociedade na preparação dos diversos documentos e outros elementos de suporte.

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia-Geral é constituída por uma quantia fixa, tendo em conta a situação da empresa e as práticas do mercado. Durante o ano o valor total de remuneração foi de 4.500 euros.

I.2 Participação na Assembleia-Geral

De acordo com os Estatutos da Sociedade somente os accionistas com direito a voto possuidores de acções ou títulos de subscrição podem participar na Assembleia-Geral, desde que até 5 dias úteis antes da realização da Assembleia, comprovem junto da Sociedade a titularidade de tais acções ou títulos de subscrição, nos termos estabelecidos na lei. A comprovação de posse deve ser emitida pela instituição financeira custodiante de tais títulos.

A comprovação de posse poderá ser realizada, dentro do prazo acima referido, por via postal, fax ou correio electrónico, sendo que nos dois últimos casos o documento original deverá ser recebido na sede da Sociedade até ao dia útil anterior à data de realização da Assembleia-Geral.

Os Estatutos da Sociedade não prevêm a eventualidade de suspensão da Assembleia, situação que nunca ocorreu no passado. No entanto, os Estatutos da Sociedade não impõem o bloqueio das acções durante o período de suspensão, conseqüentemente para assegurar a presença na Assembleia-Geral, um accionista deve cumprir com o bloqueio de 5 dias úteis tal como requerido para a primeira reunião. Adicionalmente, o Presidente da Mesa da Assembleia-Geral considera que se o período de suspensão não exceder 5 dias úteis, o bloqueio das acções deve manter-se até que a Assembleia-Geral seja retomada dado não ser exigível que os accionistas cumpram um novo período de bloqueio de 5 dias. Se o período de suspensão da Assembleia-Geral exceder 5 dias úteis apenas será exigido um período de bloqueio das acções de 5 dias úteis.

É recomendado que a presença de accionistas, detentores de acções preferenciais sem direito a voto, em Assembleia-Geral e a sua participação na discussão dos pontos da ordem de trabalhos esteja dependente da autorização da Assembleia-Geral. A Sociedade não emitiu acções preferenciais sem direito a voto.

Um accionista individual pode fazer-se representar nas reuniões da Assembleia-Geral mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral que indique o nome e domicílio do representante e a data da reunião. As pessoas colectivas podem fazer-se representar nas reuniões mediante carta endereçada ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, sendo a autenticidade dessa carta apreciada pelo Presidente da Mesa.

I.3 Voto e Exercício do Direito de Voto

De acordo com os Estatutos da Sociedade a cada acção corresponde um voto.

Os Estatutos da Sociedade apenas permitem o voto por correspondência no que se refere exclusivamente à alteração dos próprios estatutos ou eleição dos órgãos sociais. Os votos por correspondência apenas serão considerados válidos, desde que recebidos na sede da Sociedade, por meio de carta registada com aviso de recepção dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da Assembleia. Este procedimento não invalida a necessidade de cumprir com os requisitos, estabelecidos pelos Estatutos da Sociedade, de registo para participação nas reuniões da Assembleia-Geral. A declaração de voto deve ser assinada pelo accionista ou seu representante legal. Os accionistas individuais devem fazer acompanhar a declaração de voto com uma cópia autenticada do seu bilhete de identidade. No caso de pessoas colectivas a assinatura deverá ser reconhecida na qualidade e com poderes para o acto.

As declarações de voto, para além de cumprir com o atrás referido, necessitam de referir de forma expressa e inequívoca: (i) a indicação do ponto ou pontos da ordem de trabalhos a que respeita; (ii) a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes; (iii) a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta. Não obstante o disposto em (ii), é permitido a um accionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta declarar que vota contra todas as demais propostas no mesmo ponto da ordem de trabalhos, sem outras especificações. Entende-se que os accionistas se abstêm na votação das propostas que não constem da declaração de voto. Os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data de emissão daqueles votos. Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, ou ao seu substituto, a responsabilidade de verificar a conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites.

A Sociedade disponibiliza aos accionistas minutas do boletim de voto por correspondência e da carta de representação na sua página na Internet (www.sonaecapital.pt) após divulgação da convocatória da Assembleia-Geral.

O voto mediante meios electrónicos não está previsto nos Estatutos da Sociedade.

I.4 Quórum e Deliberações

A Assembleia-Geral deve reunir em sessão ordinária, no prazo fixado na lei para a reunião da Assembleia-Geral Anual, ou em sessão extraordinária, sempre que o Conselho de Administração ou o Conselho Fiscal ou accionistas representando pelo menos o mínimo de capital social com direito de voto imposto por lei para este efeito (5%), o solicitem.

A Assembleia-Geral pode funcionar em primeira reunião desde que se encontrem presentes ou representados accionistas possuidores de acções que titulem mais de cinquenta por cento do capital social.

De acordo com o estabelecido nos Estatutos da Sociedade, as deliberações da Assembleia-Geral deverão ser tomadas por maioria simples, excepto se a lei exigir diversamente.

I.5 Acta e Deliberações da Assembleia-Geral

A convocatória para a Assembleia-Geral, as propostas e respectivos anexos exigidas por lei, dirigidas à Mesa da Assembleia-Geral, são disponibilizadas aos accionistas, para consulta, na sede da sociedade durante o horário de expediente, na página na Internet da Sociedade (www.sonaecapital.pt) e no Sistema de Divulgação de Informação da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (www.cmvm.pt), pelo menos 15 dias antes da data da reunião da Assembleia-Geral.

A Sociedade manterá na sua página na Internet (www.sonaecapital.pt), um registo das listas de presenças, ordem de trabalhos e deliberações das Assembleias-Gerais realizadas nos últimos três anos. Presentemente, a informação supra apenas se encontra disponível para a única Assembleia-Geral realizada no ano de 2008, a primeira desde a constituição da Sociedade, em Dezembro de 2007.

Para além do acesso à informação através dos meios acima indicados, os accionistas podem solicitar informações específicas ou esclarecimentos sobre qualquer tema relacionado com a Assembleia-Geral através do Gabinete de Relações com Investidores.

I.6 Medidas Relativas ao Controlo das Sociedades

A Sociedade não adoptou quaisquer medidas com vista a impedir o sucesso de uma oferta pública de aquisição sobre as suas acções. O Conselho de Administração não tem conhecimento da existência de quaisquer direitos especiais ou acordos em que a Sociedade ou os seus accionistas estejam envolvidos.

Os Estatutos da Sociedade não estipulam quaisquer medidas defensivas tendentes a provocar automaticamente uma erosão grave do património da Sociedade em caso de mudança de controlo da Sociedade ou de alteração da composição do órgão de administração.

Adicionalmente, não existem acordos entre a Sociedade e os membros do seu Conselho de Administração ou que estabeleçam indemnizações ou penalidades contratuais resultantes do término da relação de trabalho e sejam consequência de uma mudança do controlo da Sociedade.

I.7 Política de Remuneração e Avaliação de Desempenho

A remuneração dos membros dos órgãos sociais da Sociedade é fixada pela Assembleia-Geral, a qual designou uma Comissão de Vencimentos para definir e propor as políticas de remuneração e de avaliação de desempenho e os seus princípios orientadores.

A Comissão de Vencimentos é composta por dois membros, Belmiro Mendes de Azevedo (Presidente) e Bruno Walter Lehmann. Belmiro Mendes de Azevedo é também Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Sonae Capital.

II. Órgãos de Administração

II.0 Avaliação do Modelo de Governo da Sociedade

A Sonae Capital foi constituída em Dezembro de 2007.

Durante o ano de 2008, a estrutura de governo da Sonae Capital foi alvo de alterações importantes de forma a dar resposta às necessidades de gestão e estratégicas do portfolio de negócios da Sociedade. A nova estrutura governativa proposta pelo Conselho de Administração, aprovada pela Assembleia-Geral de 9 de Abril de 2008, tem como finalidade reforçar as capacidades de formulação estratégica da Sociedade e de avaliação independentemente a execução da estratégia pelos Administradores Executivos.

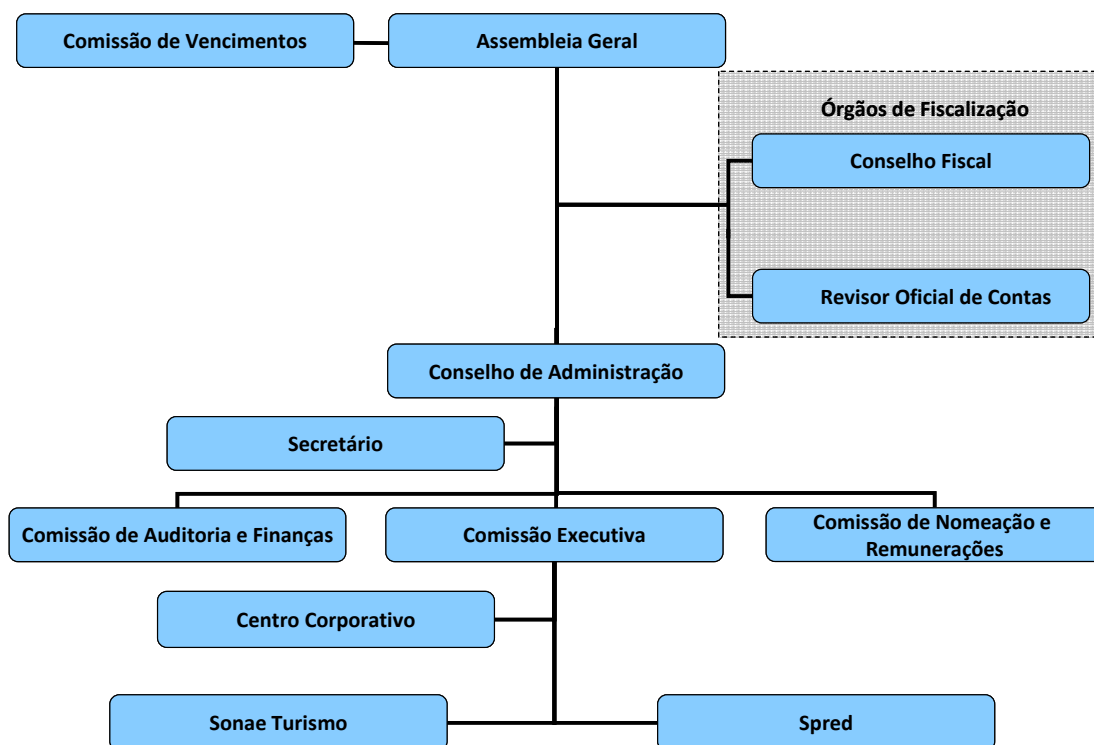
A implementação da actual estrutura governativa baseou-se nas melhores práticas de Governo das Sociedades.

No momento da sua constituição, a Sonae Capital adoptou o modelo latino reforçado (composto por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas). O Conselho de Administração tem a responsabilidade de administrar a Sociedade e os restantes dois órgãos têm a responsabilidade de supervisão.

As alterações significativas introduzidas poucos meses após a constituição da sociedade reforçaram e ampliaram a supervisão da Sociedade nomeadamente através da criação de uma Comissão Executiva, à qual foi delegada a gestão do dia-a-dia das operações, e da criação de duas comissões, constituídas exclusivamente por administradores não executivos independentes, com a responsabilidade atribuída de supervisionar e avaliar o desempenho das actividades da Sociedade e sua Administração. Os detalhes da estrutura adoptada, os órgãos que a compõem e correspondentes funções e responsabilidades são apresentados nos capítulos seguintes.

Presentemente e tendo em conta que decorreram apenas alguns meses desde a implementação da nova estrutura governativa, o Conselho de Administração crê que o modelo actual é o adequado para a dimensão da Sonae Capital e para os desafios que enfrenta. Futuramente, o Conselho de Administração admite, sempre que entender necessário, adoptar medidas e políticas para melhorar a estrutura governativa ou propor estruturas alternativas.

II.1 Órgãos de Administração e estrutura funcional



De acordo com a estrutura governativa actual, o Conselho de Administração é responsável pelas decisões de carácter estratégico ao nível do portfolio de negócios e da implementação daquelas. O Conselho de Administração delega na Comissão Executiva a gestão diária das operações, com excepção das responsabilidades evidenciadas no capítulo II.3 do presente relatório. Os membros da Comissão Executiva da Sociedade pertencem também ao Conselho de Administração da Sonae Turismo e da Spred, que adicionalmente incluem um conjunto de gestores experientes, garantindo o alinhamento da estratégia da Sociedade e dos seus negócios. Para além da Comissão Executiva, o Conselho de Administração criou ainda comissões especializadas, nomeadamente a Comissão de Auditoria e Finanças e a Comissão de Nomeação e Remunerações, com o desígnio de fortalecer o processo de tomada de decisão ao nível do próprio Conselho.

A supervisão da Sociedade é assegurada pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas, ambos eleitos em Assembleia-Geral. Informação mais detalhada sobre estes dois órgãos está disponível nos capítulos II.4 e II.6, respectivamente.

O Centro Corporativo é composto por seis departamentos funcionais, com o objectivo de prestar apoio aos órgãos de administração e negócios, e em alguns casos assegurar a coordenação de políticas e procedimentos transversais a todo o Grupo.

Os departamentos funcionais são os seguintes:

Departamentos	Reporte à/ao
Recursos Humanos	Comissão Executiva
Gestão de Risco e Ambiente	Comissão Executiva
Gestão de Portfolio	Comissão Executiva
Serviços Administrativos	<i>Chief Financial Officer</i>
Finanças	<i>Chief Financial Officer</i>
Reporte e Relações com Investidores	<i>Chief Financial Officer</i>

O departamento de Recursos Humanos é responsável pela definição e implementação da política de recursos humanos do Grupo e pela gestão das carreiras dos gestores de topo.

As principais responsabilidades do departamento de Gestão de Risco e Ambiente incluem a definição e execução das actividades de auditoria interna e gestão de risco em todas as empresas do Grupo bem como a promoção e desenvolvimento das melhores práticas ao nível ambiental e de sustentabilidade.

As competências do departamento de Gestão do Portfolio incluem: configuração do portfolio e alocação de capital entre os negócios existentes e novas oportunidades, fusões e aquisições, apoio jurídico e comunicação corporativa interna e externa.

Os Serviços Administrativos concentram um conjunto diversificado de serviços, nomeadamente consolidação, centro de serviços partilhados, sistemas de informação e fiscalidade. O centro de serviços partilhados presta serviços a empresas do Grupo nas áreas de contabilidade, administrativa, tesouraria e processamento salarial.

O departamento de Finanças desempenha um papel central nas operações de financiamento, quer internas quer externas, gestão de tesouraria e relacionamento com instituições financeiras. Este departamento é também responsável pela gestão dos riscos financeiros do Grupo e pela elaboração, acompanhamento e controlo do plano financeiro do Grupo.

O departamento de Reporte e Relações com Investidores tem como principais funções: o planeamento corporativo e reporte de informação financeira ao nível consolidado interno e para o mercado; a compilação e análise de indicadores operacionais nos relatórios de gestão e; assegurar o permanente contacto com investidores institucionais, accionistas e analistas através do Gabinete de Relações com Investidores.

O *Chief Financial Officer* é o responsável pela coordenação operacional de todos os departamentos funcionais do Centro Corporativo, com os quais reúne regularmente.

II.2 Conselho de Administração

Os Estatutos da Sociedade estabelecem que o Conselho de Administração pode ser constituído por um número par ou ímpar de membros, no mínimo de três e no máximo de onze, eleitos em Assembleia-Geral.

A eleição de um administrador será efectuada isoladamente, nos termos da lei, entre pessoas propostas em listas subscritas por grupos de accionistas, contanto que nenhum desses grupos

detenha acções representativas de mais de vinte por cento e de menos de dez por cento do capital social. O mesmo accionista não pode subscrever mais do que uma lista. Cada lista deve conter, pelo menos, a identificação de duas pessoas elegíveis para o mesmo cargo a preencher. Se forem apresentadas listas por mais de um grupo, a votação incide sobre o conjunto destas listas.

Em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qualquer um dos seus membros, o Conselho de Administração nomeará um substituto. Caso um administrador faltar a duas reuniões sem apresentar justificação, a qual deverá ser aceite pelo Conselho de Administração, incorrerá em falta definitiva. Em caso de falta definitiva de um administrador eleito de acordo com as regras explanadas no parágrafo anterior, proceder-se-á a eleição.

Na sequência da deliberação aprovada na Assembleia-Geral realizada em 9 de Abril de 2008, o Conselho de Administração é actualmente composto por três membros executivos e quatro membros não executivos independentes, com mandato até 2010:

Nome	Cargo	Primeira nomeação
Belmiro Mendes de Azevedo	Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Dezembro de 2007
José Luís dos Santos Lima Amorim	Executivo	Dezembro de 2007
Mário Pereira Pinto	Executivo	Dezembro de 2007
Francisco de La Fuente Sánchez	Não Executivo	Abril de 2008
Rafael Cerezo Laporta	Não Executivo	Abril de 2008
Paulo José Jubilado Soares de Pinho	Não Executivo	Abril de 2008
Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende	Não Executivo	Abril de 2008

Os membros não executivos foram nomeados tendo por base o seu prestígio nos domínios dos negócios, finanças, académico e consultadoria, com o objectivo de reforçar as competências do Conselho de Administração, nomeadamente no que concerne à estratégia de configuração do portfolio de negócios e ao plano financeiro anual bem como à revisão dos mesmos.

Todos os membros não executivos do Conselho de Administração são considerados independentes de acordo com o disposto no número 5 do artigo 414º do Código das Sociedades Comerciais. Cumprem também com as regras de incompatibilidade estabelecidas no número 1 do artigo 414º (com excepção da alínea b, não aplicável aos membros do Conselho de Administração) do Código das Sociedades Comerciais.

Os administradores não executivos independentes têm o dever de comunicar imediatamente à Sociedade qualquer ocorrência, no decurso do seu mandato, que origine incompatibilidades ou perda de independência tal como exigido por lei.

A composição actual do Conselho de Administração, especialmente no que se refere ao número de administradores não executivos independentes (4 de um total de 7 administradores) assegura o grau de supervisão necessário às actividades desenvolvidas pelos administradores executivos.

De acordo com os Estatutos da Sociedade e o Regulamento do Conselho de Administração não existem restrições ao número máximo de cargos que os administradores possam exercer simultaneamente.

O Conselho de Administração é responsável pela gestão dos negócios e por levar a cabo todas as actividades relativas ao cumprimento do objecto da Sociedade, pelo que para esse fim, são atribuídos amplos poderes ao Conselho de Administração, entre os quais:

- Aprovar o orçamento anual da Sociedade;
- Deliberar que a Sociedade se associe com outras pessoas ou entidades nos termos do artigo quinto do contrato social;
- Designar quaisquer outras pessoas, individuais ou colectivas, para o exercício de cargos sociais noutras empresas;
- Deliberar a emissão de obrigações e a contratação de empréstimos no mercado financeiro nacional e no estrangeiro;
- Deliberar sobre a prestação de apoio técnico e financeiro pela Sociedade a filiais ou associadas;
- Representar a Sociedade, em juízo e fora dele, propor e contestar quaisquer acções, transigir e desistir das mesmas e comprometer-se em arbitragens. Para o efeito, o Conselho de Administração poderá delegar os seus poderes num só mandatário.

De acordo com os Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração pode deliberar sobre aumentos de capital por entradas em dinheiro até mil milhões de euros, em uma ou mais vezes. O Conselho de Administração fixará, nos termos legais, as condições de subscrição e as categorias de acções a emitir, de entre as já existentes.

Não foram atribuídos pelouros específicos, aos diversos membros do Conselho de Administração, no âmbito dos diferentes negócios da Sociedade.

Os Estatutos da Sociedade estabelecem que o Conselho de Administração pode nomear de entre os seus membros, se assim o entender, um ou mais Administradores Delegados ou uma Comissão Executiva, a quem delegará os poderes de gestão dos negócios sociais que entenda dever atribuir-lhe. Em 2008, o Conselho de Administração designou uma Comissão Executiva. Informação sobre a Comissão Executiva está disponível no capítulo II.3 do presente relatório.

O Conselho de Administração pode ainda designar comissões especializadas para assegurar a eficácia dos administradores não executivos e das reuniões do Conselho de Administração. Actualmente encontram-se constituídas a Comissão de Auditoria e Finanças e a Comissão de Nomeação e Remunerações. O capítulo II.4 contém mais informação sobre estas comissões.

Os Estatutos da Sociedade estabelecem que o Conselho de Administração deve reunir pelo menos trimestralmente e, além disso, todas as vezes que o Presidente ou dois dos membros o convoquem. Durante o ano de 2008, o Conselho de Administração reuniu nove vezes, com 98% de presenças.

O Conselho de Administração só pode deliberar se a maioria dos seus membros estiver presente ou representada. As deliberações serão tomadas por maioria dos votos emitidos pelos administradores presentes ou representados e dos que votam por correspondência.

O funcionamento e logística das reuniões é assegurado pelo Secretário do Conselho de Administração, que adicionalmente se encarrega de manter registo de todas as deliberações nas actas das reuniões e de enviar as agendas das reuniões com as ordens de trabalhos e respectivos documentos de suporte com pelo menos cinco dias de antecedência (sempre com um fim de semana de permissão) da data da reunião.

O Conselho de Administração redigiu e aprovou o seu Regulamento de funcionamento, o qual está disponível para consulta na página na Internet da Sociedade (www.sonaecapital.pt).

No julgamento das regras de incompatibilidade aplicáveis aos membros do Conselho de Administração, a Sociedade não definiu internamente quaisquer critérios adicionais para além dos constantes no número 1 do artigo 414º-A do Código das Sociedades Comerciais.

Durante o ano de 2008, a remuneração e outras compensações pagas aos membros do Conselho de Administração, na Sonae Capital, SGPS, SA (os administradores não são remunerados em outras sociedades do Grupo), foram as seguintes:

Valores em Euros

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Prémio de Desempenho Diferido	Total
Presidente do Conselho de Administração e Comissão Executiva ¹	256.195	82.067	-	338.262
Outros Administradores Executivos	286.420	35.417	56.197	378.034
Sub-total Administradores Executivos	542.615	117.484	56.197	716.296
Administradores Não Executivos ²	82.000	-	-	82.000
Total	624.615	117.484	56.197	798.296

¹ Foram atribuídos, ao Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Sonae Capital, SGPS, SA prémios de desempenho diferidos relativos a anos anteriores. Estes prémios foram pagos em dinheiro no final do ano de 2007 pela Sonae, SGPS, SA e o contravalor foi aplicado na aquisição de acções da Sonae Capital, SGPS, SA, expondo desta forma o Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva às flutuações no valor da sociedade, para garantir o alinhamento dos seus interesses com os da Sociedade e dos seus accionistas.

² Parte desta remuneração (40.000 euros) apenas foi paga em Março de 2009, uma vez que estava associada a critérios de envolvimento no desafio das directrizes estratégicas de alguns negócios, critérios esses avaliados pela Comissão de Vencimentos após o final do ano.

Durante o ano de 2008, não foram atribuídas indemnizações a ex-administradores executivos relacionadas com cessação de funções. Também não foram pagas remunerações de qualquer

outro tipo a administradores, em outras sociedades do Grupo. A Sociedade não tem regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores.

Os administradores executivos estão incluídos nos planos de remuneração diferida baseados em acções, descritos no capítulo III.6 deste relatório.

A Sociedade não definiu quaisquer regras relativas a compensações em caso de cessação de funções durante o presente mandato. Durante o ano de 2008, não ocorreram situações deste tipo e como tal não foram pagas compensações para tal fim. Qualquer compensação futura para situações deste género será atribuída nos termos previstos na lei para estes casos.

Informações relativas a outros cargos desempenhados pelos administradores da Sociedade bem como qualificações e experiência profissional podem ser consultadas nos *curricula vitae* incluídos no anexo a este relatório.

II.3 Comissão Executiva

O Conselho de Administração delega na Comissão Executiva os poderes para a gestão operacional corrente, regula também a forma de funcionamento da Comissão Executiva e a forma de exercício dos poderes delegados. O Conselho de Administração não delega os seguintes poderes:

- Eleição do Presidente do Conselho de Administração;
- Cooptação de substituto de membro do Conselho de Administração;
- Pedido de convocação de Assembleias-Gerais;
- Aprovação do Relatório e Contas Anuais;
- Prestação de cauções e garantias reais ou pessoais pela Sociedade;
- Deliberação de mudança de sede ou de aumento de capital;
- Deliberação sobre projectos de fusão, cisão ou transformação da Sociedade;
- Aprovação da estratégia de configuração do portfolio de negócios;
- Aprovação do plano de negócios e quaisquer alterações significativas a esse plano.

A Comissão Executiva foi nomeada no dia 9 de Abril de 2008 e o seu mandato termina com a cessação de funções do Conselho de Administração (2010), e é constituída pelos seguintes membros:

Nome	Cargo
Belmiro Mendes de Azevedo	Presidente da Comissão Executiva
José Luís dos Santos Lima Amorim	<i>Chief Financial Officer</i>
Mário Pereira Pinto	Administrador

A Comissão Executiva da Sociedade reúne mensalmente e todas as vezes que o Presidente da Comissão Executiva ou a maioria dos seus membros a convoquem por escrito com pelo menos 3 dias de antecedência. Durante o ano de 2008, tiveram lugar dez reuniões com a presença de todos os seus membros.

A Comissão Executiva só pode deliberar se a maioria dos seus membros estiver presente ou representada. As deliberações serão tomadas por maioria dos votos emitidos pelos membros presentes ou representados e dos que votam por correspondência.

Podem participar nas reuniões da Comissão Executiva elementos do Centro Corporativo, por solicitação de um dos Executivos, para suporte e opinião sobre determinados assuntos.

O funcionamento da Comissão e outros aspectos logísticos são assegurados pelo Secretário da Comissão (que também secretaria o Conselho de Administração), sendo também responsável pelo registo das deliberações nas actas das reuniões e por providenciar aos membros da Comissão Executiva a ordem de trabalhos e respectivos documentos de suporte das reuniões, com pelo menos cinco dias de antecedência (com um fim de semana de permeio) da data da respectiva reunião. O facto de o Secretário de ambos os órgãos ser o mesmo, assegura o adequado fluxo de informação entre ambos os órgãos, permite a distribuição atempada da informação e minimiza eventuais problemas de interpretação de pedidos de esclarecimento, contribuindo para a maior eficiência e eficácia do processo.

II.4 Comissões Especializadas

O Conselho de Administração, em reunião do dia 9 de Abril de 2008, deliberou a nomeação da Comissão de Auditoria e Finanças (BAFC – *Board Audit and Finance Committee*) e da Comissão de Nomeação e Remunerações (BNRC – *Board Nomination and Remunerations Committee*). Os mandatos destas comissões terminam com o mandato do Conselho de Administração.

O BAFC é actualmente composto pelos administradores não executivos independentes, Francisco de La Fuente Sánchez (Presidente) e Paulo José Jubilado Soares de Pinho.

O BAFC supervisiona os relatórios, informação financeira e demonstrações financeiras da Sociedade antes da respectiva aprovação pelo Conselho de Administração, emite opinião sobre os relatórios que têm como destinatários os accionistas e os mercados financeiros, sobre a adequabilidade e regularidade da informação prestada pela Comissão Executiva, incluindo os sistemas internos de controlo dos negócios, o cumprimento das melhores práticas de governo societário e avalia, em representação do Conselho de Administração, o risco associado às operações da Sociedade. O BAFC reúne com o Revisor Oficial de Contas da Sociedade e a equipa de auditoria interna.

O BAFC deve reunir trimestralmente, antes da divulgação anual e intercalar dos resultados e sempre que seja convocado pelo seu Presidente ou pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Presidente da Comissão Executiva. Durante o ano de 2008, o BAFC reuniu três vezes com a presença de todos os membros.

O Secretário do BAFC distribui a ordem de trabalhos e respectivos documentos suporte aos membros da Comissão com pelo menos cinco dias de antecedência (com um fim de semana de permeio) da data da reunião, para além de assegurar o registo das deliberações tomadas nas actas das reuniões.

A Comissão de Nomeação e Remunerações (BNRC) é composta pelos administradores não executivos independentes, Rafael Cerezo Laporta (Presidente) e Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende.

O BNRC reporta e propõe ao Conselho de Administração sobre processos de nomeação e os sistemas de remuneração dos administradores executivos e não executivos, podendo para tal,

consultar entidades especializadas externas. Esta Comissão assegura a coordenação com a Comissão de Vencimentos referida no capítulo I.7 do presente relatório.

O BNRC reúne uma vez por ano, antes da reunião da Comissão de Vencimentos. Tendo em conta a data em que foi designada a Comissão não reuniu durante o ano de 2008.

As comissões internas deliberam desde que a maioria dos seus membros esteja presente, representada ou vote por correspondência. As deliberações destas comissões são tomadas em consideração, a título consultivo, no suporte das decisões do Conselho de Administração.

II.5 Conselho Fiscal

De acordo com os Estatutos da Sociedade, o Conselho Fiscal deve ser composto por um número par ou ímpar de membros, com um mínimo de três membros e um máximo de cinco, sendo este número fixado pela Assembleia-Geral. Um ou dois membros suplentes são nomeados se o Conselho Fiscal for constituído por três ou mais membros, respectivamente.

O Conselho Fiscal designa o seu Presidente se a Assembleia-Geral não o fizer. Caso o Presidente cesse funções antes do termo do seu mandato, os restantes membros devem escolher entre si quem desempenhe essas funções até ao final do mandato. Os membros suplentes devem substituir os membros efectivos impossibilitados de desempenhar as suas funções ou que a elas tenha renunciado, devendo permanecer como membro efectivo até à próxima Assembleia-Geral que nomeará novos membros para preencher os lugares vagos. No caso em que não existam membros suplentes, a Assembleia-Geral deverá nomear novos membros.

A 31 de Dezembro de 2008, o Conselho Fiscal era composto pelos seguintes membros, mandatados para o período compreendido entre 2007 e 2010:

Nome	Cargo
Armando Luís Vieira de Magalhães	Presidente
Jorge Manuel Felizes Morgado	Vogal
Carlos Manuel Pereira da Silva	Vogal

Em 17 de Setembro de 2008, João Manuel Gonçalves Bastos renunciou ao cargo de Presidente do Conselho Fiscal tendo o seu lugar sido preenchido por Carlos Manuel Pereira da Silva, o membro suplente àquela data. Nos termos da lei e do Regulamento do Conselho Fiscal, Armando Luís Vieira de Magalhães foi eleito Presidente do Conselho Fiscal em reunião realizada em 11 de Novembro de 2008.

Os membros do Conselho Fiscal são considerados independentes nos termos do número 5 do artigo 414º do Código das Sociedades Comerciais.

Conforme os Estatutos da Sociedade e o Regulamento do Conselho Fiscal não existem restrições ao número máximo de cargos a desempenhar, simultaneamente, pelos membros do Conselho Fiscal. A limitação prevista no Código das Sociedades Comerciais que limita a cinco o número máximo de cargos a desempenhar por membros do Conselho Fiscal não é aplicável a sociedades de advogados, a sociedade de revisores oficiais de contas e a revisores oficiais de contas. Todos os membros do Conselho Fiscal da Sociedade são revisores oficiais de contas.

Os deveres do Conselho Fiscal, estabelecidos por lei, incluem entre outros:

- Fiscalizar a Administração da Sociedade;
- Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
- Fiscalizar a preparação e divulgação da informação financeira;
- Convocar a Assembleia-Geral, sempre que o Presidente da Mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- Propor à Assembleia-Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas e fiscalizar o trabalho desempenhado, pelo Revisor Oficial de Contas, na revisão das demonstrações financeiras da Sociedade;
- Fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.

O Conselho Fiscal determina, na primeira reunião do ano, um plano e cronograma de trabalhos para esse ano.

Para o desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal:

- Obtém do Conselho de Administração, nomeadamente através da Comissão de Auditoria e Finanças, as informações necessárias ao exercício da sua actividade, designadamente à evolução operacional e financeira da empresa, às alterações de composição do seu portfolio, termos das operações realizadas, conteúdo das deliberações tomadas;
- Aprova e acompanha ao longo do exercício, os planos de actividade das auditorias interna e externa e transmite ao Conselho de Administração as suas recomendações;
- Acompanha o sistema de gestão de risco elaborando anualmente um relatório de apreciação e recomendações, se necessário, dirigido à Administração;
- Recebe do Conselho de Administração, com uma antecedência mínima de dois dias sobre a data da reunião, os documentos de prestação de contas consolidadas e individuais e o relatório de Gestão, analisando, designadamente, as principais variações, as transacções relevantes e os correspondentes procedimentos contabilísticos;
- Recebe do Revisor Oficial de Contas a sua certificação sobre os documentos de prestação de contas e emite as suas apreciações e deliberações;
- Regista por escrito as comunicações de irregularidades que lhe forem endereçadas, solicitando pedidos de informação e esclarecimentos junto do Conselho de Administração, da auditoria interna e externa e sobre as mesmas elabora o seu relatório;
- Informa o Conselho de Administração das verificações, fiscalizações e diligências que tenha efectuado e do resultado das mesmas;
- Assiste às Assembleias-Gerais de accionistas;
- Executa os demais deveres de vigilância que lhe são impostos por lei.

O Conselho Fiscal elabora anualmente um relatório sobre a sua acção fiscalizadora relativo ao exercício e emite parecer sobre o relatório de gestão, demonstrações financeiras consolidadas e individuais e propostas apresentados pelo Conselho de Administração por forma a serem respeitados os prazos legais de divulgação à data estabelecida para a realização da Assembleia-Geral anual. O relatório anual sobre a sua acção fiscalizadora está incluído nos relatórios e contas disponibilizados na página na Internet da Sociedade (www.sonaecapital.pt).

O Conselho Fiscal redigiu e aprovou o seu Regulamento de funcionamento, o qual está disponível para consulta na página na Internet da Sociedade (www.sonaecapital.pt).

No julgamento das regras de incompatibilidade aplicáveis aos membros do Conselho Fiscal, a Sociedade recorre única e exclusivamente aos critérios determinados no número um do artigo 414º-A do Código das Sociedades Comerciais, não tendo definido internamente outros critérios de avaliação.

Durante o ano de 2008, os membros do Conselho Fiscal da Sonae Capital, SGPS, SA auferiram a seguinte remuneração fixa (não tendo auferido outro tipo de remuneração):

Valores em Euros

	Remuneração Fixa
Conselho Fiscal	25.600

A informação relativa a outros cargos exercidos pelos membros do Conselho Fiscal, suas qualificações e experiência profissional está disponível nos currícula vitae incluídos no anexo a este relatório.

II.6 Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade para o período de 2007 a 2010 é a Deloitte & Associados, SROC, representada por António Marques Dias ou por António Manuel Martins Amaral, eleita em Assembleia-Geral através da aprovação de proposta apresentada pelo Conselho Fiscal.

Durante o ano de 2008, a remuneração total paga ao auditor externo da Sociedade foi de 207.887 euros, correspondendo aos seguintes serviços:

Valores em Euros

	2008	%	2007	%
Auditoria e Revisão Legal de Contas	154.387	74,3	177.902	69,6
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade	8.500	4,1	50.000	19,6
Consultoria Fiscal	45.000	21,6	27.585	10,8
Total	207.887	100,0	255.487	100,0

Os serviços de consultoria fiscal e os outros serviços são prestados por técnicos diferentes dos que estão envolvidos no processo de auditoria, de forma a assegurar a independência do Auditor Externo.

II.7 Secretário da Sociedade

O Conselho de Administração nomeou Anabela Nogueira Matos e André Pinto Rocha, como Secretário da Sociedade efectivo e suplente, respectivamente, cujos mandatos terminam com o término do mandato dos membros do Conselho de Administração. Os deveres do Secretário da Sociedade são os que decorrem da lei, entre os quais:

- Prestar apoio à Assembleia-Geral e nas reuniões do Conselho de Administração;
- Manter o registo das actas, listas de presenças e o livro de registo de acções;
- Expedir as convocatórias legais para as reuniões dos órgãos sociais;
- Certificar as assinaturas dos membros dos órgãos sociais apostas nos documentos da Sociedade;
- Certificar o conteúdo, total ou parcial, dos Estatutos da Sociedade, bem como a identidade dos membros dos diversos órgãos da Sociedade e quais os poderes de que são titulares;
- Solicitar o registo dos actos dos órgãos sociais no Registo Comercial.

II.8 Auditoria Interna e Gestão de Risco

Um dos principais objectivos da Sonae Capital é garantir a implementação de princípios de controlo interno e de gestão de risco adequados às actividades desenvolvidas pelo Grupo. A visibilidade face ao mercado, a exposição e diversificação dos riscos dos negócios e a crescente velocidade de transmissão da informação, torna fundamental a adopção destes princípios numa lógica de criação de valor e de afirmação ética e de responsabilidade social. Estes objectivos materializam-se na existência de planos e de sistemas coordenados, destinados a controlar as incertezas, a prevenir a ocorrência de erros e irregularidades, a minimizar as suas consequências e a maximizar o desempenho da organização e a fiabilidade da sua informação, tendo como principais actividades:

- Políticas e procedimentos internos;
- Gestão de risco e auditoria interna;
- Auditoria externa.

As políticas e procedimentos de controlo interno são definidos a nível central e ao nível dos próprios negócios, visando garantir o seguinte:

- Uma correcta segregação de funções;
- Definições de autoridade e de responsabilidade;
- A salvaguarda dos activos do Grupo;
- O controlo, a legalidade e a regularidade das operações;
- A execução dos planos e políticas, superiormente definidos;
- A integridade e exactidão dos registos contabilísticos;
- A eficácia da gestão e a qualidade da informação produzida.

A gestão de risco, enquanto pilar da cultura corporativa da Sonae Capital, é inerente a todos os processos de gestão e é assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores do Grupo. A gestão de risco tem como objectivo a criação de valor e é uma das

componentes do desenvolvimento sustentável das empresas através da identificação, gestão e controlo das incertezas e das ameaças que podem afectar os diversos negócios, numa perspectiva de continuidade das operações e de aproveitamento de oportunidades de negócio.

A função de auditoria interna, como actividade resultante e apoiante do processo de gestão de risco, tem por missão facilitar o processo de criação de valor, através de uma abordagem sistemática e estruturada de desenvolvimento e avaliação da eficácia da gestão e controlo dos riscos dos processos de negócio e dos sistemas de informação.

As funções de gestão de risco e auditoria interna são coordenadas centralmente e por um responsável único, ao nível do Centro Corporativo da Sonae Capital e as suas actividades são reportadas, coordenadas e acompanhadas em sede da Comissão de Auditoria e Finanças do seu Conselho de Administração. Na sequência do recente processo de autonomização da Sonae Capital, o ano de 2008 foi essencial para a organização das funções e dinamização das actividades delas resultantes.

A função de gestão de risco promove, coordena, facilita e apoia o desenvolvimento dos processos de gestão de risco. Iniciou-se em 2008 um processo apoiado por uma metodologia uniforme e sistemática, tendo por base o padrão internacional *Enterprise Risk Management – Integrated Framework* do COSO (*The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), que compreende, nomeadamente, o seguinte:

- Identificação e sistematização dos riscos que afectam a organização (linguagem comum);
- Definição e agrupamento dos riscos (dicionário e matriz de riscos);
- Avaliação e atribuição de grau de criticidade e prioridade aos riscos, em função do impacto nos objectivos de negócio e probabilidade de ocorrência;
- Identificação das causas dos riscos mais importantes (críticos);
- Avaliação das estratégias (opções) de Gestão de Risco;
- Desenvolvimento de um plano de acções de Gestão de Risco e integração nos processos de planeamento e de gestão das unidades e das funções dos negócios;
- Monitorização e reporte do progresso na implementação do plano de acções.

Dada a diversidade de negócios e riscos, esta abordagem foi primeiramente aplicada ao negócio de *Fitness*, a que se seguirá a implementação em 2009 do plano de acções daí resultante, com especial incidência nos riscos de *Health & Safety*, Limpeza e Sistemas de Informação. Prevê-se também completar esta abordagem em 2009 para todo o projecto Troiaresort, incluindo a implementação do plano de acções, a que se seguirá uma replicação para toda a Sonae Turismo.

Foram planeadas e executadas actividades de Gestão de Risco em outras áreas consideradas críticas:

- Turismo – Operações: Procedimentos de emergência e segurança alimentar;
- Troiaresort: Ambiente e segurança física em obra;
- Turismo – Desenvolvimento: Segurança física em obra.

Na Sonae Capital, a veracidade e fiabilidade da informação financeira é atingida através quer da clara separação entre quem a prepara e os seus utilizadores quer pela realização de

diversos procedimentos de validação ao longo do processo de preparação e divulgação da informação financeira.

Ao nível dos negócios (empresas individuais), os registos contabilísticos e a preparação das demonstrações financeiras são assegurados pelos serviços administrativos da Sonae Capital. As demonstrações financeiras são posteriormente revistas pelo responsável financeiro de cada área de negócio.

As demonstrações financeiras consolidadas da Sonae Capital são preparadas com periodicidade trimestral pelo departamento de consolidação dos serviços administrativos do Centro Corporativo da Sonae Capital. Este processo constitui um nível adicional da veracidade e fiabilidade da informação financeira, nomeadamente garantindo a aplicação uniforme dos mesmos princípios contabilísticos de forma transversal a todas as empresas individuais.

O Revisor Oficial de Contas executa uma auditoria anual e uma revisão limitada ao semestre das contas individuais e consolidadas. A realização deste exame, efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tem como objectivo obter um grau de segurança aceitável, no caso da auditoria anual, e moderado, no caso da revisão limitada semestral, sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte dos valores e informações divulgadas nas demonstrações financeiras. São também avaliadas as estimativas e juízos efectuados pelo Conselho de Administração. A adequação das políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação consistente e divulgação são também alvo de verificação.

O departamento de Reporte e Relações com Investidores é responsável pela preparação do Relatório de Gestão. O Revisor Oficial de Contas também revê o conteúdo deste relatório (nas suas versões anual e semestral) e a sua conformidade com a informação financeira suporte.

Adicionalmente e no que concerne ao processo de preparação da informação financeira consolidada e ao Relatório de Gestão, o mesmo é supervisionado pelo Conselho Fiscal e pela Comissão de Auditoria e Finanças. Trimestralmente, estes órgãos reúnem e analisam as demonstrações financeiras consolidadas e o Relatório de Gestão. A informação suporte para a discussão destes temas é distribuída antecipadamente em relação à data das reuniões. O *Chief Financial Officer* e elementos da equipa corporativa estão, a pedido, presentes nestas reuniões para prestar os esclarecimentos necessários.

O Revisor Oficial de Contas também expõe directamente ao Conselho Fiscal e à Comissão de Auditoria e Finanças, um sumário das principais conclusões do exame efectuado à informação financeira.

A Sonae Capital está exposta a um conjunto diversificado de riscos de natureza financeira, nomeadamente riscos de taxa de juro, cambial (riscos de transacção e translação), liquidez, de crédito, exposição a preços de matérias-primas e a flutuações nos mercados de capitais e dívida. A política de gestão de riscos financeiros da Sonae Capital visa minimizar os efeitos adversos potenciais decorrentes da volatilidade dos mercados financeiros.

A situação actual dos mercados financeiros tem levado a que o risco de liquidez assuma lugar de destaque nas prioridades das empresas. Com esse fim em vista, um conjunto coerente de

sistemas implementados na Sonae Capital assegura o cumprimento das obrigações de pagamento e de financiamento dos seus negócios e da sua estratégia.

Os sistemas acima referidos, centralizados no centro corporativo da Sociedade, asseguram a gestão de liquidez, planeamento financeiro baseado em previsões de *cash flow*, instrumentos de controlo de tesouraria e fundo de maneio, diversificação das fontes de financiamento e contrapartes, ajustamento do perfil de maturidade da dívida ao perfil de geração de *cash flow* e um nível adequado de liquidez através da contratação com bancos de relacionamento.

A Sonae Capital adoptou uma postura conservadora e prudente em relação à gestão dos riscos financeiros, recorrendo por vezes à utilização de instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos a que alguns dos seus negócios estão expostos. A Sociedade não contrata derivados ou outros instrumentos financeiros não relacionados com as suas actividades operacionais.

A gestão dos riscos financeiros é efectuada e monitorizada no âmbito das funções financeiras centralizadas, cuja actividade é também reportada, coordenada e acompanhada em sede da Comissão de Auditoria e Finanças.

A função de Auditoria Interna desenvolveu actividades de acordo com um plano anual previamente aprovado e que se baseou numa avaliação prévia de riscos dos negócios. Este plano incluiu trabalhos nas áreas de processos de negócios, cumprimento e sistemas de informação, com especial incidência nos negócios afectos à Sonae Turismo, incluindo o seguinte:

Processos

Troiareort: Comercialização de imóveis e investimento;
Hotelaria: Compras e pagamentos, gestão de imobilizado e gestão de fundos de caixa;
Fitness: Compras e pagamentos;
Grupo Selfrio: Facturação e cobranças.

Cumprimento

Fitness: Monitorização da actividade.

Sistemas de Informação

Fitness: Sistema operacional;
Sonae Capital: Licenciamento de software.

A Sonae Capital estimula a formação contínua e a adopção das melhores metodologias e práticas internacionais nas áreas de Gestão de Risco e Auditoria Interna. Nesse sentido, o Grupo apoia a frequência de um programa de formação e actualização de conhecimentos que inclui a certificação profissional internacional em Auditoria Interna promovida pelo IIA – *The Institute of Internal Auditors* – o *Certified Internal Auditor* (CIA). Dois dos três elementos da equipa de Auditoria Interna obtiveram esta certificação profissional.

II.9 Política de Comunicação de Irregularidades

Os traços fundamentais da política de comunicação de irregularidades, implementada de forma integral em 2009, são:

- Irregularidades definem-se, no âmbito da Política e Procedimentos para a Comunicação de Irregularidades, como factos que violem ou prejudiquem gravemente:
 - O cumprimento de princípios legais, regulamentares e deontológicos pelos membros dos órgãos sociais e colaboradores da Sonae Capital ou de sociedades por esta dominadas, no exercício dos seus cargos profissionais;
 - O património da Sociedade e das sociedades por esta dominadas, bem como o património dos clientes, accionistas, fornecedores e parceiros comerciais da Sociedade ou de qualquer sociedade por esta dominada;
 - As boas práticas de gestão e a imagem ou reputação da Sociedade ou qualquer sociedade por esta dominada;
- Os procedimentos para a comunicação de irregularidades, nomeadamente os meios disponíveis para participar ao Presidente do Conselho Fiscal, os procedimentos para garantir que as comunicações chegam de forma inviolável ao destinatário e para a necessidade da identificação explícita e inequívoca do denunciante (ainda que a sua identidade deva ser mantida confidencial e apenas do conhecimento do Presidente do Conselho Fiscal);
- Assegurar um processo de averiguação rigoroso e imparcial através do acesso do Conselho Fiscal a toda a documentação relevante que deva ser disponibilizada pela Sociedade para o processo de investigação de irregularidades, prevenir o acesso ao processo de averiguação de toda e qualquer pessoa que, ainda que indirectamente, possa ter conflito de interesses com o desfecho do processo de averiguação;
- O tratamento de irregularidades, nomeadamente o tratamento célere e eficaz das referidas comunicações, a implementação de medidas correctivas, quando necessárias, e informar o denunciante do desfecho do processo;
- A comunicação pelo Conselho Fiscal aos órgãos sociais da Sociedade ou de sociedades por aquela dominada, sempre que necessário, de proposta tendente à adopção das medidas consideradas necessárias para suprir as irregularidades investigadas;
- Impedir a existência de represálias que potencialmente decorram da denúncia efectuada, desde que fique comprovada a inexistência de má-fé ou participação em qualquer irregularidade por parte do denunciante.

A Política da Sociedade, da qual as principais características estão acima descritas, está disponível para consulta na página na Internet da Sociedade (www.sonaecapital.pt).

II.10 Remuneração e Outras Compensações

A política de remuneração dos membros dos órgãos sociais da Sonae Capital, SGPS, SA foi aprovada na Assembleia-Geral de 9 de Abril de 2008.

A política de remuneração dos órgãos sociais proposta elege a iniciativa, a competência e dedicação como características determinantes do bom desempenho. Tem, igualmente por objectivo, o alinhamento dos contributos individuais com os objectivos estratégicos da empresa, reforçando o foco da política retributiva na remuneração do desempenho.

Como corolário desta perspectiva, as componentes fixas da remuneração dependem predominantemente das competências pessoais e do nível de responsabilidade da função e as componentes variáveis estão ligadas ao grau de sucesso da empresa e das empresas sob responsabilidade mais directa.

A política de remuneração da Sociedade não estipula qualquer compensação decorrente do término antecipado de funções antes do termo do mandato de qualquer administrador. Nestes casos a compensação é a que decorre da aplicação da lei vigente.

A política de remuneração relativa ao quadriénio 2007-2010 obedece aos seguintes princípios:

Administradores Executivos

a) a estrutura de remuneração dos administradores executivos inclui três componentes: (i) uma Remuneração Fixa, que é estabelecida por referência ao período de um ano, (ii) um Prémio Variável de Curto Prazo, estabelecido no primeiro trimestre do ano seguinte àquele a que respeita, e (iii) um Prémio Variável de Médio/Longo Prazo, que se destina a incentivar o alinhamento dos interesses dos administradores executivos com o de todos os accionistas, tem natureza discricionária e é atribuível anualmente, com pagamento diferido;

b) o quantum remuneratório considera que (i) as remunerações fixas individuais são definidas em função das competências pessoais e do nível de responsabilidade da função desempenhada por cada administrador executivo. As remunerações a atribuir aos administradores executivos serão definidas tendo por referência a situação da empresa e as práticas de mercado; (ii) o Prémio Variável de Curto Prazo é fixado em função do grau de cumprimento dos objectivos definidos, baseados em indicadores de desempenho da empresa, das equipas de trabalho sob a sua responsabilidade e do seu próprio desempenho individual; (iii) o Prémio Variável de Médio/Longo Prazo é fixado por ponderação da responsabilidade da função e das competências individuais, sendo determinado igualmente em função do grau de cumprimento dos objectivos definidos baseados em indicadores de desempenho, podendo ser convertido em acções Sonae Capital, ou no seu equivalente em dinheiro à data do pagamento, neste caso considerando a cotação da acção na data do seu vencimento.

Informação adicional sobre os planos de remuneração baseados em acções encontra-se disponível no capítulo III.6 do presente relatório.

Administradores Não Executivos

A remuneração dos administradores não executivos é composta por um valor fixo, a determinar em função da situação da empresa e das práticas de mercado.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da sociedade são remunerados através da atribuição de uma remuneração fixa, determinada em função da situação da empresa e das práticas de mercado.

Membros da Mesa da Assembleia-Geral

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia-Geral corresponderá a uma quantia fixa a determinar tendo em conta a situação da empresa e as práticas de mercado.

Para o valor pago a título de remuneração a cada um dos órgãos sociais, deve-se consultar o capítulo respectivo do presente relatório.

III. Divulgação de Informação

III.1 Estrutura do Capital Social

A Sonae Capital foi constituída em 14 de Dezembro de 2007, com um capital social, integralmente subscrito e realizado, de 250.000.000 euros, representado por 250.000.000 acções ordinárias, escriturais e ao portador, com o valor nominal de 1 euro.

A totalidade das acções da Sonae Capital foi admitida à negociação no mercado regulamentado da Euronext Lisbon em 28 de Janeiro de 2008.

De acordo com os Estatutos da Sociedade, as acções podem ser tituladas ou escriturais, nominativas ou ao portador e reciprocamente convertíveis nos termos da lei. Podem ainda ser emitidas acções preferenciais sem voto, que podem ser remíveis, pelo seu valor nominal, acrescido ou não de um prémio, se a Assembleia-Geral assim o deliberar. Sendo esse o caso, cabe à Assembleia-Geral definir o método de cálculo do eventual prémio de remição. A sociedade pode ainda emitir *warrants* autónomos, nos termos previstos na lei e nas condições estabelecidas por deliberação dos accionistas ou do Conselho de Administração, nos termos previstos nos seus Estatutos.

Os titulares das acções da Sonae Capital têm, nos termos previstos na lei, o direito à participação nos lucros, o direito a participar na Assembleia-Geral e de exercer o seu direito de voto, o direito à partilha do património em caso de dissolução, o direito à conversão das acções, o direito à informação e o direito de preferência em ofertas para a subscrição de valores mobiliários da mesma categoria.

Tanto quanto é do conhecimento da sociedade, não existem accionistas com direitos de voto especiais nem limitações, restrições ou acordos accionistas em relação à transferência, controlo ou venda de acções ou direitos de voto.

As deliberações da Assembleia-Geral relativas à alteração dos Estatutos podem ser tomadas em primeira convocatória, desde que accionistas que representem mais de 50% do capital social estejam presentes ou representados (a lei estabelece um limite mínimo de um terço do

capital social). A deliberação deverá ser aprovada por dois terços dos votos emitidos, quer a reunião seja realizada em primeira ou segunda convocatória. Os Estatutos da sociedade apenas permitem que os accionistas possam votar por correspondência no que se refere exclusivamente à alteração do contrato social e à eleição dos órgãos sociais.

A Sonae Capital não tem um sistema de participação dos trabalhadores no capital pelo que não existem mecanismos de controlo previstos para tal sistema em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por eles.

III.2. Participações Qualificadas

Em 31 de Dezembro de 2008, os accionistas que, de acordo com o artigo 20º do Código das Sociedades Comerciais, têm uma participação qualificada representativa de pelo menos 2% do capital social da Sonae Capital, são os seguintes:

Accionista	Nº Acções Detidas	% Capital Social	% Direitos de Voto
Efanor Investimentos, SGPS, SA	139.904.947	55,962%	55,962%
Banco BPI, SA	22.589.704	9,036%	9,036%
Mohnish Pabrai	17.166.440	6,867%	6,867%

Durante o ano, as principais alterações nas participações qualificadas foram as seguintes:

- Efanor Investimentos, SGPS, SA informou sobre a participação qualificada de 138.890.609 acções (55,5562% dos direitos de voto) em 1 de Fevereiro de 2008. Desde essa data, aumentou a sua participação para 139.904.947 acções (55,962% dos direitos de voto);
- Banco BPI, SA informou sobre a participação qualificada de 22.589.704 acções (9,036% dos direitos de voto) em 2 Fevereiro de 2008. Desde essa data, não foi reportada qualquer alteração;
- Mohnish Pabrai informou sobre a participação qualificada de 17.166.440 acções (6,8666% dos direitos de voto) em 23 Junho de 2008. Desde essa data, não foi reportada qualquer alteração.

III.3 Acções detidas pelos membros dos Órgãos Sociais

Nos termos do disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, o número de acções detidas pelos membros dos Órgãos Sociais em 31 de Dezembro de 2008, era o seguinte:

Órgãos Sociais	Nº Acções Detidas
Conselho de Administração	
Belmiro Mendes de Azevedo	838.862
José Luís dos Santos Lima Amorim	8.125 ¹
Mário Pereira Pinto	8.125 ¹
Francisco de la Fuente Sánchez	2.500 ¹
Rafael Cerezo Laporta	-
Paulo José Soares Jubilado de Pinho	12.650
Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende	-
Conselho Fiscal	
Armando Luís Vieira de Magalhães	-
José Manuel Felizes Morgado	-
Carlos Manuel Pereira da Silva	-

¹ Acções detidas, de forma indirecta, por sociedades em que o Administrador é membro de órgãos sociais.

Durante o ano de 2008, as transacções de valores mobiliários da Sonae Capital atribuíveis aos membros dos Órgãos Sociais foram as seguintes:

Órgãos Sociais	Data	Transacções			Acções detidas em 31 de Dezembro de 2008
		Nº Acções	Preço (€)	Tipo	
Conselho de Administração					
Belmiro Mendes de Azevedo					838.862
	28.01.2008	1.862	-	A	
	01.02.2008	160.000	1,84	C	
	04.02.2008	150.000	1,83	C	
	05.02.2008	350.000	1,78	C	
	06.02.2008	177.000	1,76	C	
José Luís dos Santos Lima Amorim					8.125 ¹
	28.01.2008	8.125	-	A	
Mário Pereira Pinto					8.125 ¹
	28.01.2008	8.125	-	A	
Francisco de La Fuente Sánchez					2.500 ¹
	(a)	2.500			
Paulo José Jubilado Soares de Pinho					12.650
	(a)	4.650			
	10.06.2008	3.000	1,35	C	
	22.09.2008	2.000	0,83	C	
	16.12.2008	3.000	0,50	C	

¹ Acções detidas, de forma indirecta, por sociedades em que o Administrador é membro de órgãos sociais.

C: Compra

V: Venda

A: Conversão de direitos de subscrição

(a) Acções detidas na data de nomeação

III.4 Acções Sonae Capital

Informação sobre as acções da Sonae Capital:

Nome: Sonae Capital, SGPS, SA

Entidade Emitente: Sonae Capital, SGPS, SA

Data de Admissão: 28 Janeiro 2008

Capital Social: 250.000.000 €

Quantidade admitida: 250.000.000 acções

Acções próprias: A sociedade não detém acções próprias

Código ISIN:

PTSNPOAE0008

NYSE Euronext:

SONC

Reuters:

SONAC LS

Bloomberg:

SONC.PL

Desde o primeiro dia de negociação até ao final do ano de 2008, o preço das acções da Sonae Capital diminuiu 69,4%. No mesmo período, o índice de referência na Bolsa Portuguesa (PSI20) diminuiu 42,8%.

A tabela e gráfico seguintes sumarizam a informação mais relevante relativa à negociação das acções da Sonae capital na Euronext Lisbon.

Euronext Lisbon

Desde 28.01.08 até 31.12.08

Preço de Fecho

Primeiro dia de negociação	1,44 €
Preço Máximo (4 Fev.08)	1,83 €
Preço Mínimo (31 Dez.08)	0,44 €
31 Dezembro 2008	0,44 €

Transacções

Quantidade média diária	862.404
Total de acções transaccionadas	205.252.193

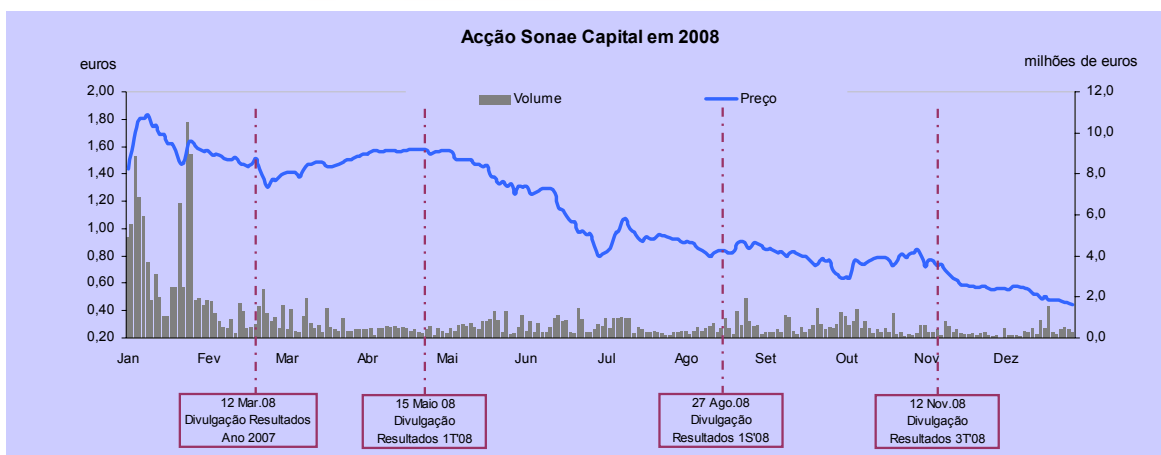
Volume

Total (milhões de euros)	273,9
Volume médio diário (milhões de euros)	0,95

Capitalização Bolsista ^(a)

Final do Ano (31 Dezembro 2008)	110.000.000 €
---------------------------------	---------------

^(a) Capitalização Bolsista calculada com base no número total de acções.



Durante o ano de 2008, e para além da informação de resultados divulgada e assinalada no gráfico, foram ainda anunciados ao Mercado os seguintes eventos corporativos:

Lista dos Principais Eventos

3 Janeiro 2008

Acordo para a venda da totalidade da participação da Contacto – Sociedade de Construções, SA à Soares da Costa, Construção, SGPS, SA.

21 Fevereiro 2008

Alienação da totalidade da participação da Contacto – Sociedade de Construções, SA à Soares da Costa, Construção, SGPS, SA conforme termos do acordo inicial de 3 de Janeiro de 2008. O preço de venda foi fixado em 81,5 milhões de euros, gerando um encaixe de 17,5 milhões de euros.

3 Março 2008

A SC, SGPS, SA, filial da Sonae Capital, SGPS, SA emitiu um empréstimo obrigacionista no montante de 50 milhões de euros, sem garantias, pelo prazo de 10 anos e com *put option* a partir do final do oitavo ano.

31 Março 2008

Alienação de 12,25% do capital social da Spinveste – Promoção Imobiliária, SA e 12,25% do capital social da Spinveste – Gestão Imobiliária, SGII, SA por 5 milhões de euros à Espimaia (detida por ex-quadros da Sonae). Adicionalmente foi concedida uma opção de compra à Espimaia sobre a participação remanescente nas duas empresas, a ser exercida até 31 de Dezembro de 2011. Esta transacção pressupõe uma valorização dos activos líquidos em 40,8 milhões de euros.

1 Abril 2008

Acordo celebrado com a Salvador Caetano Auto, SGPS, SA para a venda definitiva da participação de 50% na Choice Car, SGPS, SA por um preço total de 12,5 milhões de euros.

9 Abril 2008

Divulgação das deliberações aprovadas na Assembleia-Geral de Accionistas, incluindo o aumento do número de membros do Conselho de Administração de 3 para 7 e eleição dos novos membros para preencher as vagas no Conselho de Administração até ao final do actual mandato.

Divulgação das deliberações do Conselho de Administração, nomeadamente nomeação de uma Comissão Executiva, de uma Comissão de Auditoria e Finanças e de uma Comissão de Nomeação e Remunerações.

5 Maio 2008

Negociação do fim do acordo relativo à alienação faseada da totalidade da sua participação na Elmo, SGPS, SA, empresa que controla 100% da Plysorol, SAS e suas subsidiárias.

14 Maio 2008

Contrato de promessa de compra e venda celebrado com uma empresa inteiramente detida pela Hagen Imobiliária, SA relativo à venda da parcela de terreno onde o Hotel Resort, contemplado no projecto Troiaresort, será construído. A venda acordada terá um impacto positivo estimado de 13 milhões de euros nos resultados consolidados da Sonae Capital, a ser reconhecido na data do contrato de venda definitivo.

11 Junho 2008

Anúncio sobre a notificação feita pela Autoridade de Concorrência Francesa (*“Conseil de la Concurrence”*) à Plysorol para o pagamento de uma coima de cerca de 4,2 milhões de euros relativa à prática de coordenação de preços entre o período de 1995 a 2004 e da utilização de uma tabela de preços comum de 1987 a 2004.

2 Setembro 2008

Anúncio sobre a conclusão da venda da Choice Car, SGPS, SA. O preço da venda foi de 12,5 milhões de euros com o correspondente ganho de 9 milhões de euros nos resultados consolidados da Sonae Capital em 2008.

30 Setembro 2008

A Contacto Concessões, SGPS, SA, subsidiária da Sonae Capital, SGPS, SA, adquiriu à Eiffage, SA e suas subsidiárias 5.500 acções, representativas de 11% do capital social da Norscut – Concessionária de Auto-estradas, SA, aumentando a sua participação nesta sociedade de 25% para 36%.

25 Novembro 2008

Sonae Capital, SGPS, SA informou sobre requerimento de recuperação judicial da Plysorol, SAS.

2 Dezembro 2008

Sonae Capital, SGPS, SA informou sobre a decisão do Tribunal relativa ao processo de recuperação judicial da Plysorol, SAS.

4 Dezembro 2008

Alienação de vários activos imobiliários, com um impacto positivo estimado de cerca de 0,9 milhões de euros nos resultados consolidados da Sonae Capital em 2008.

III.5 Distribuição de Dividendos

Em 2007, a proposta de aplicação do resultado apresentada pelo Conselho de Administração da sociedade foi aprovada na Assembleia-Geral realizada em 9 de Abril de 2008. O resultado negativo relativo ao exercício de 2007 foi transferido para resultados transitados e não houve distribuição de dividendos. Dado que a Sociedade foi constituída em Dezembro de 2007, não existe historial relativo a distribuição de dividendos.

O Conselho de Administração não irá apresentar proposta de distribuição de dividendos na próxima Assembleia-Geral.

No futuro, o Conselho de Administração poderá submeter à aprovação da Assembleia-Geral Anual propostas de distribuição de dividendos, tomando em consideração o desempenho da sociedade, as suas necessidades de investimento e a envolvente económica das suas actividades.

III.6 Planos de Atribuição de Acções e Planos de Atribuição de Opções de Aquisição de Acções

Durante o ano de 2008, a Sociedade não adoptou nenhum plano de atribuição de acções ou plano de atribuição de opções de aquisição de acções.

Em 2007 e em anos anteriores, o Grupo Sonae Capital concedeu prémios de desempenho diferidos baseados em acções da Sonae, SGPS, SA, a adquirir a custo zero, três anos após a sua atribuição. A aquisição poderá efectuar-se entre a data homóloga do terceiro ano após a sua atribuição e o final desse ano. A Sociedade tem o direito de entregar, em substituição das acções, o valor equivalente em dinheiro. O exercício da opção apenas ocorre se o colaborador estiver ao serviço do Grupo Sonae Capital na data de vencimento. À data de 28 de Janeiro de 2008, as responsabilidades existentes baseadas em acções Sonae, SGPS, SA foram recalculadas para reflectir essas responsabilidades em termos de acções da Sonae Capital, SGPS, SA. Para esse recálculo foram utilizados os preços de fecho àquela data.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, o valor de mercado do total de responsabilidades relativas a pagamentos baseados em acções, que ainda não estão vencidas, apresenta-se sumariado da seguinte forma:

Ano de atribuição	Ano de Vencimento	Número de Participantes	Justo Valor	
			31 Dez.08	31 Dez.07
2005	2008	0	-	573.543
2006	2009	6	73.981	267.377
2007	2010	5	49.081	218.103
2008	2011	7	120.607	-
Total			243.668	1.059.023

III.7 Transacções com Partes Relacionadas

Os negócios ou transacções com membros do Conselho de Administração ou accionistas com participação qualificada, efectuadas em condições normais de mercado, totalizaram 962.802 euros, repartidos da seguinte forma:

- 921.335 euros relativos à venda da sociedade Águas Furtadas – Imobiliária, SA (76,616 euros) e respectivos empréstimos do accionista (844.719 euros) a uma filial da Efanor Investimentos;
- 41.467 euros relacionados com proveitos de arrendamentos.

Não houve negócios ou transacções com membros do Conselho Fiscal.

As transacções com o Revisor Oficial de Contas decorreram exclusivamente do exercício da sua função, estando os honorários pagos discriminados no capítulo II.6 deste relatório.

As transacções com sociedades em relação de domínio ou de grupo não são materiais, foram efectuadas em condições normais de mercado e fizeram parte da actividade normal da sociedade, pelo que não merecem divulgação específica.

III.8 Gabinete de Relações com Investidores

A Sonae Capital, SGPS, SA, através do Gabinete de Relações com Investidores mantém o contacto permanente com os seus accionistas e analistas através de informação sempre actualizada. Adicionalmente, por solicitação, presta esclarecimentos sobre os factos relevantes das actividades da sociedade, entretanto divulgados nos termos da lei.

O objectivo do Gabinete de Relações com Investidores da Sonae Capital, SGPS, SA é assegurar uma adequada comunicação com os accionistas, investidores, analistas e mercados financeiros, particularmente com a Euronext Lisbon e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Para além da informação sobre a sociedade disponibilizada na página na Internet da Sociedade (www.sonaecapital.pt), o Gabinete de Relações com Investidores presta, quando necessário, toda a informação relacionada com eventos relevantes e responde às questões dos accionistas, investidores, analistas e público em geral sobre os indicadores financeiros e informação, dos diferentes negócios, que seja pública.

No estrito cumprimento da lei e dos regulamentos, a sociedade informa de forma expedita os seus accionistas e o mercado de capitais em geral, sobre todos os factos relevantes da sua actividade, evitando atrasos entre a sua ocorrência e a sua divulgação.

Essa divulgação é tornado pública através da publicação no Sistema de Difusão da Informação da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (www.cmvm.pt) e na página na Internet da Sociedade (www.sonaecapital.pt).


O Gabinete de Relações com Investidores pode ser contactado através de: Telefone: +351 22 010 79 03; Fax: +351 22 010 79 35; E-mail: ir@sonaecapital.pt; Morada: Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 3053, 4471-909 Maia. O director do Gabinete de Relações com Investidores é Pedro Capitão, que pode ser contactado através dos mesmos meios.

O representante para as Relações com o Mercado de Capitais é José Luís dos Santos Lima Amorim (Telefone: +351 22 010 79 03; Fax: +351 22 010 79 35; E-mail: jamorim@sonaecapital.pt).

A Sonae Capital tem disponível uma página na Internet para a divulgação da informação sobre a sociedade. O endereço da página é: <http://www.sonaecapital.pt>

De modo a permitir uma maior interacção com os accionistas e investidores, a página contém uma secção integralmente dedicada às Relações com Investidores, cuja informação disponível inclui:

- **Identificação da Sociedade** – Informação geral sobre a sociedade;
- **Estatutos**;
- **Governo da Sociedade** – Membros dos Órgãos Sociais, Regulamentos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, Relatórios do Governo da Sociedade e Política de Comunicação de Irregularidades;
- **Relações com o Mercado de Capitais** - Contacto do Representante para as Relações com o Mercado de Capitais;
- **Gabinete de Relações com Investidores** – Contactos do Gabinete;
- **Calendário de Eventos Societários** – Datas da divulgação dos Resultados;
- **Assembleias-Gerais** – Descrição de todos os procedimentos e inclusão de todos os documentos relacionados (convocatória, propostas, participação e condições de voto e decisões);
- **Informação de Mercado** – Preço das acções da Sonae Capital, evolução face ao PSI20 e possibilidade de efectuar o download dos dados históricos;
- **Comunicados** – Todos os comunicados divulgados ao Mercado (site da CMVM);
- **Relatórios e Contas** – Relatório e Contas Anuais disponível em formato PDF;
- **Outros Relatórios e Apresentações** – Apresentação Institucional (actualizada todos os 6 meses), Relatório de Avaliação da Cushman & Wakefield e Prospecto de Admissão à Negociação das acções da Sonae Capital;
- **Analistas** – Lista dos analistas que acompanham a Sonae Capital.



A sociedade acredita que através destes procedimentos assegura um contacto permanente com o Mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores.

Maia, 25 de Março de 2009

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

José Luís dos Santos Lima Amorim

Mário Pereira Pinto

Francisco de La Fuente Sánchez

Rafael Cerezo Laporta

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende



Anexo ao Relatório Sobre o Governo da Sociedade

Curricula Vitae dos membros dos órgãos sociais

Belmiro Mendes de Azevedo

Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Sonae Capital, SGPS, SA



Idade: 71

Nacionalidade: Portuguesa

Curriculum Académico:

- Licenciatura em Engenharia Química Industrial - FEUP (1963)
- PMD (Programme for Management Development) - Harvard Business School (1973)
- Financial Management Programme - Stanford University (1985)
- Strategic Management - Wharton University (1987)

Cargos exercidos em sociedades do Grupo:

Presidente do Conselho de Administração das seguintes sociedades:

- SC, SGPS, SA
- Sonae Turismo, SGPS, SA
- Spred, SGPS, SA
- Selfrio, SGPS, SA

Cargos exercidos em outras sociedades:

- Membro do Conselho Geral da EGP-UPBS (University of Porto Business School)
- Membro da Direcção da COTEC - Portugal
- Membro fundador do Fórum Manufature Portugal
- Membro do Harvard Business School European Advisory Board
- Membro do WBCSD - Order of Outstanding Contributors to Sustainable Development
- Membro do International Advisory Board da Allianz AG
- Membro do European Union Hong-Kong Business Cooperation Committee
- Administrador Único da BA - Business Angels, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração das seguintes sociedades:
 - Efanor Investimentos, SGPS, SA
 - Sonae, SGPS, SA
 - Sonae Indústria, SGPS, SA
 - Casa Agrícola de Ambrães, SA
 - Praça Foz - Sociedade Imobiliária, SA
 - Setimanale – SGPS, SA

Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:

- 1999-2007 - Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Sonae, SGPS, SA
- Desde 2003 - Presidente do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA
- Desde 2007 - Presidente do Conselho de Administração da Sonae, SGPS, SA

José Luís dos Santos Lima Amorim

Administrador Executivo da Sonae Capital, SGPS, SA



Idade: 52

Nacionalidade: Portuguesa

Curriculum Académico:

- Licenciatura em Economia - Faculdade de Economia, Universidade do Porto (1978)
- Membro da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (desde 1982)

Cargos exercidos em sociedades do Grupo:

Presidente do Conselho de Administração das seguintes sociedades:

- Aquapraia - Investimentos Turísticos, SA
- Bloco Q - Sociedade Imobiliária, SA
- Bloco W - Sociedade Imobiliária, SA
- Casa da Ribeira - Hotelaria e Turismo, SA
- Centro Residencial da Maia, Urbanismo, SA
- Country Club da Maia - Imobiliária, SA
- Elmo, SGPS, SA
- Empreendimentos Imobiliários Quinta da Azenha, SA
- Imoareaia - Investimentos Turísticos, SGPS, SA
- Imoclub - Serviços Imobiliários, SA
- Imoferro - Sociedade Imobiliária, SA
- Imohotel - Empreendimentos Turísticos Imobiliários, SA
- Imosedas - Imobiliária e Serviços, SA
- Insulatroia - Sociedade Imobiliária, SA
- Marimo - Exploração Hoteleira e Imobiliária, SA
- Marmagno - Exploração Hoteleira e Imobiliária, SA
- Marvero - Exploração Hoteleira e Imobiliária, SA
- Praedium - SGPS, SA
- Praedium II - Imobiliária, SA
- Praedium III - Serviços Imobiliários, SA
- Prédios Privados - Imobiliária, SA
- Predisedas - Predial das Sedas, SA
- S.I.I - Soberana - Investimentos Imobiliários, SA
- SC - Engenharia e Promoção Imobiliária, SGPS, SA
- Sodesa - Comercialização de Energia, SA
- Solinca - Investimentos Turísticos, SA
- Solinca III - Desporto e Saúde, SA
- Soltróia - Sociedade Imobiliária de Urbanização e Turismo de Tróia, SA
- Torre São Gabriel, Imobiliária, SA
- Tróia Market - Supermercados, SA
- Troiaresort - Investimentos Turísticos, SA
- Troiaverde - Exploração Hoteleira e Imobiliária, SA
- Tulipamar - Exploração Hoteleira e Imobiliária, SA

- Urbisedas - Imobiliária das Sedas, SA
- Venda Aluga - Sociedade Imobiliária, SA
- World Trade Center Porto, SA

Membro do Conselho de Administração das seguintes sociedades:

- Box Lines - Navegação, SA
- Change, SGPS, SA
- Contacto Concessões, SGPS, SA
- Cronosaúde - Gestão Hospitalar, SA
- DMJB - SGPS, SA
- Edifícios Saudáveis Consultores - Ambiente e Energia em Edifícios, SA
- Etablissement A. Mathe, SA
- Imopenínsula - Sociedade Imobiliária, SA
- Imoponte - Sociedade Imobiliária, SA
- Imoresort - Sociedade Imobiliária, SA
- Inparvi, SGPS, SA
- Integrum - Edifícios Sustentáveis, SA
- Interlog, SGPS, SA
- Invesaúde - Gestão Hospitalar, SA
- Investalentejo, SGPS, SA
- Marina de Tróia, SA
- Norscut - Concessionária de Auto Estradas, SA
- Pargeste, SGPS, SA
- Promessa - Sociedade Imobiliária, SA
- Saúde Atlântica - Gestão Hospitalar, SA
- SC - Insurance and Risk Services, SGPS, SA
- SC - Sociedade de Consultadoria, SA
- SC, SGPS, SA
- Sete e Meio - Investimentos e Consultadoria, SA
- Sete e Meio Herdades - Investimentos Agrícolas e Turismo, SA
- Solinfitness Club Málaga, SL
- Sonae Financial Participations, BV
- Sonae Turismo - Gestão e Serviços, SA
- Sonae Turismo - SGPS, SA
- Sontur, BV
- Sopair, SA
- Spinarq - Arquitectura e Projectos, SA
- Spred - SGPS, SA
- TP - Sociedade Térmica Portuguesa, SA
- Vistas do Freixo - Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, SA

Membro da Gerência das seguintes sociedades:

- Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda
- Marinamagic - Exploração de Centros Lúdicos e Marítimos, Lda

Cargos exercidos em outras sociedades:

Membro do Conselho de Administração da Change Partners, SCR, SA

Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:

- 1999-2007 - Director do Planeamento e Controlo de Gestão da Sonae SGPS, SA
- 1999-2007 - Secretário do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Sonae, SGPS, SA
- 2001-2007 - Director das Relações com Investidores da Sonae, SGPS, SA

Mário Pereira Pinto

Administrador Executivo da Sonae Capital, SGPS, SA



Idade: 57

Nacionalidade: Portuguesa

Curriculum Académico:

- Licenciatura em Economia - Faculdade de Economia, Universidade do Porto (1975)
- Advanced Management Programme - INSEAD, Fontainebleau (1989)

Cargos exercidos em sociedades do Grupo:

Presidente do Conselho de Administração da Change, SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração das seguintes sociedades:

- Edifícios Saudáveis Consultores - Ambiente e Energia em Edifícios, SA
- Integrum - Edifícios Sustentáveis, SA
- Norscut - Concessionária de Auto Estradas, SA
- Pargeste, SGPS, SA
- SC, SGPS, SA
- Sodesa - Comercialização de Energia, SA
- TP - Sociedade Térmica Portuguesa, SA

Cargos exercidos em outras sociedades:

Presidente do Conselho de Administração das seguintes sociedades:

- Change Partners, SCR, SA
- Change Partners I, SGPS, SA
- Glomack - SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração das seguintes sociedades:

- BA - Glass, SA
- CEV - Biotecnologia de Plantas Consumo em Verde, SA

Membro da Gerência das seguintes sociedades:

- CPartners, Serviços de Apoio à Gestão, Unipessoal, Lda
- PSISA - Consultores, Lda

Presidente do Conselho Fiscal da Estoril-Sol, SGPS, SA

Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:

- Desde 2002 - Presidente do Conselho de Administração da Change Partners, SCR, SA
-

Francisco de La Fuente Sánchez
Administrador Não Executivo da Sonae Capital, SGPS, SA



Idade: 67

Nacionalidade: Portuguesa

Curriculum Académico:	▪ Licenciatura em Engenharia Electrotécnica - IST (1965)
-----------------------	--

Cargos exercidos em sociedades do Grupo:	–
--	---

Cargos exercidos em outras sociedades:	–
--	---

Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:	<p>No Grupo EDP e no sector eléctrico em Portugal:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ 2002-2003 - Presidente do Conselho de Administração da EDP Serviner - Serviços de Energia, SA▪ 2002-2003 - Presidente do Conselho de Administração da EDP Valor - Gestão Integrada de Serviços, SA▪ 2002-2003 - Presidente do Conselho de Administração da EDP Energia, SA▪ 2002-2003 - Presidente do Conselho de Administração da EDP Distribuição - Energia, SA▪ 2002-2003 - Presidente do Conselho de Administração da EDP Produção - Gestão da Produção de Energia, SA▪ 2000-2003 - Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da EDP - Electricidade de Portugal, SA▪ 2003-2006 - Presidente do Conselho de Administração da EDP - Electricidade de Portugal, SA▪ 2004-2006 - Presidente do Conselho de Administração da ELECPOR - Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico▪ 2006-2007 - Conselheiro do Conselho de Administração da EDP – Electricidade de Portugal, SA▪ Desde 2005 - Presidente da Fundação EDP <p>No sector eléctrico fora de Portugal:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ 2002-2005 - Membro do Conselho de Administração da Hidroeléctrica del Cantábrico, SA▪ Desde 2005 - Presidente de Honra da Hidroeléctrica del Cantábrico, SA <p>Noutros Sectores:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ 2000-2002 - Administrador Não Executivo da BVLP – Bolsa de Valores de Lisboa e Porto▪ 2000-2003 - Administrador Não Executivo da Galp Energia▪ 2000-2006 - Membro do Conselho Geral da AIP – Associação Industrial Portuguesa▪ 2003-2004 - Director da PROFORUM - Associação para o Desenvolvimento da Engenharia▪ 2003-2004 - Director do BCSD Portugal - Business Council for Sustainable Development▪ 2003-2005 - Director do Forum para a Competitividade▪ 2000-2006 - Presidente Não Executivo do Conselho de Administração da ONI
--	--

- 2000-2006 - Membro do Conselho Superior do BCP – Banco Comercial Português
 - 2004-2007 - Presidente da PROFORUM - Associação para o Desenvolvimento da Engenharia
 - 2004-2007 - Presidente do BCSD Portugal - Business Council for Sustainable Development
 - 2006-2007 - Vice-presidente Não Executivo do Conselho de Administração da Efacec Capital, SGPS, SA
 - Desde 2000 - Administrador Não Executivo da Fundação Portugal-África
 - Desde 2001 - Membro do Conselho Consultivo da APDC – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações
 - Desde 2002 - Membro do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Espanhola
 - Desde 2003 - Membro do Forum Ibero America Forum
 - Desde 2004 - Membro do Conselho Consultivo do Instituto Português de Corporate Governance
 - Desde 2004 - Membro do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Brasileira
 - Desde 2005 - Membro do Conselho Consultivo do Fórum para a Competitividade
 - Desde 2005 - Membro do Patronato da Hidroeléctrica del Cantábrico, SA
 - Desde 2006 - Membro do Conselho Geral e de Supervisão do Millennium BCP - Banco Comercial Português
 - Desde 2007 - Presidente da Comissão do Governo Societário do Millennium BCP - Banco Comercial Português
 - Desde 2007 - Presidente do Conselho Nacional do Colégio de Engenharia Electrotécnica da Ordem dos Engenheiros
 - Desde 2007 - Membro do Conselho Consultivo do Departamento de Engenharia Electrotécnica e de Computadores do Instituto Superior Técnico
 - Desde 2007 - Presidente do Conselho Geral da PROFORUM
 - Desde 2007 - Vogal convidado do Conselho Nacional da Água
 - Desde 2007 - Presidente Não Executivo do Conselho de Administração da Efacec Capital, SGPS,SA
-

Rafael Cerezo Laporta

Administrador Não Executivo da Sonae Capital, SGPS, SA



Idade: 58

Nacionalidade: Espanhola

Curriculum Académico:

- Licenciatura em Economia - London School of Economics (1970 - 1974)
- Master in Business Administration - Columbia University (1975 - 1977)

Cargos exercidos em sociedades do Grupo:

—

Cargos exercidos em outras sociedades:

—

Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:

- 1982-2008 - Na Boston Consulting Group: abandona a Presidência Executiva Europeia para se dedicar a clientes em Espanha e Portugal (em simultâneo com a Presidência dos mercados da Rússia e Países de Leste durante 2002-2003), com enfoque nos sectores de consumo e financeiro
- Desde 2007 - Membro do Conselho Consultivo do Grupo Exea (Empresa da família Puig)
- Desde 2007 - Membro do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria da Puig Beauty and Fashion
- Desde 2007 - Membro do Conselho de Administração da Flamagas, SA
- Desde 2007 - Membro do Conselho de Administração da ISDIN, SA

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

Administrador Não Executivo da Sonae Capital, SGPS, SA



Idade: 46

Nacionalidade: Portuguesa

Curriculum Académico:	<ul style="list-style-type: none">▪ Licenciatura em Economia - Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (1985)▪ MBA – Master in Business Administration - Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (1989)▪ Doutoramento em Banking and Finance - City University Business School, Londres (1994)▪ Negotiation Analysis - Amsterdam Institute of Finance (2005)▪ Advanced Course - European Venture Capital and Private Equity Association (2006)▪ Valuation Guidelines Masterclass - European Venture Capital and Private Equity Association (2007)▪ Private Equity and Venture Capital Programme - Harvard Business School (2007)
-----------------------	--

Cargos exercidos em sociedades do Grupo:

–

Cargos exercidos em outras sociedades:

–

Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:

- Desde 2002 - Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa
- Desde 2003 - Presidente do Conselho Geral do Fundo de Sindicação de Capital de Risco PME – IAPMEI
- Desde 2005 - Membro do Conselho Consultivo e Estratégico do Fundo Fast Change Venture Capital
- Desde 2007 - Consultor Sénior para a Ibéria da Profit Technologies, EUA
- Desde 2007 - Consultor Sénior da New Next Moves Consultants, Portugal
- Desde 2007 - Administrador (representante em Portugal) da Venture Valuation, Switzerland
- 2004-2007 - Administrador Executivo e Membro do Conselho de Administração da REN - Redes Energéticas Nacionais, SA
- 2007-2008 - Membro do Conselho de Administração da Xis Vending - Serviços de Vending, SA

Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende

Administrador Não Executivo da Sonae Capital, SGPS, SA



Idade: 47

Nacionalidade: Portuguesa e Espanhola

Curriculum Académico:	<ul style="list-style-type: none">▪ Licenciatura em Engenharia Industrial Mecânica - ICAI, Madrid (1979 - 1985)▪ Master in Business Administration - INSEAD, Fontainebleau (1989 - 1990)
Cargos exercidos em sociedades do Grupo:	–
Cargos exercidos em outras sociedades:	–
Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:	<p>2003-2006 - EDP, Energias de Portugal, SA</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva▪ Presidente da Comissão Executiva da EDP Produção e da Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade (CPPE)▪ Membro do Conselho de Administração e Administrador Executivo da Hidroeléctrica del Cantábrico (Hidrocantábrico)▪ Presidente do Conselho de Administração da EDP Engenharia e Manutenção, EDP Energia Ibérica e da Tergen <p>Desde 2006 - Hyperion Energy Investments</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Sócio Fundador e Presidente da Comissão Executiva

Armando Luís Vieira de Magalhães

Presidente do Conselho Fiscal da Sonae Capital, SGPS, SA

Curriculum Académico:	<ul style="list-style-type: none">Bacharelato em Contabilidade, ISCAP (1972)Licenciatura em Economia - Faculdade de Economia, Universidade do Porto (1978)Executive MBA - European Management, IESF/IFG (1996)
Cargos exercidos em sociedades do Grupo:	–
Cargos exercidos em outras sociedades:	Membro do Conselho Fiscal das seguintes sociedades: <ul style="list-style-type: none">Sonaeacom, SASonae Indústria, SGPS, SAFutebol Clube do Porto – Futebol SADFundação Eça de Queiroz
Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:	<ul style="list-style-type: none">Revisor Oficial de Contas e Sócio da Santos Carvalho & Associados, SROC, SA (desde 1989)

Jorge Manuel Felizes Morgado

Membro do Conselho Fiscal da Sonae Capital, SGPS, SA

Curriculum Académico:	<ul style="list-style-type: none">Licenciatura em Gestão - ISEG, Universidade Técnica de LisboaMBA em Finanças - IEDE, MadridMBA em Gestão e Sistemas de Informação - Faculdade de Economia e Gestão, Universidade Católica
Cargos exercidos em sociedades do Grupo:	–
Cargos exercidos em outras sociedades:	Membro do Conselho Fiscal das seguintes sociedades: <ul style="list-style-type: none">Sonae, SGPS, SASonae Indústria, SGPS, SASonae Sierra, SGPS, SA
Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:	<ul style="list-style-type: none">1991-2004 - Sócio da DeloitteDesde 2004 - Revisor Oficial de ContasDesde 2004 - Sócio da Horwath Parsus - Consultoria e Gestão, Lda

Carlos Manuel Pereira da Silva

Membro do Conselho Fiscal de Sonae Capital, SGPS, SA

Curriculum Académico:	<ul style="list-style-type: none">Licenciatura em Economia - Faculdade de Economia, Universidade do Porto (1978)
Cargos exercidos em sociedades do Grupo:	–
Cargos exercidos em outras sociedades:	–
Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:	<ul style="list-style-type: none">Revisor Oficial de Contas e Sócio da Santos Carvalho & Associados, SROC, SA (desde 1992)



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

SONAE CAPITAL, SGPS, SA
BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	Total Acumulado		Actividades	Actividades	Pró-forma ¹	
		31.12.2008	31.12.2008	descontinuadas	Continuadas	31.12.2007	31.12.2007
ACTIVOS NÃO CORRENTES:							
Imobilizações corpóreas	10	413.691.033	28.576.969	385.114.064	328.038.248	329.029.906	
Imobilizações incorpóreas	11	1.490.665	367.402	1.123.263	803.537	812.094	
Diferenças de consolidação	12	61.766.621	-	61.766.621	62.517.465	63.796.454	
Investimentos em associadas	6	14.882.648	-	14.882.648	18.985.662	18.985.662	
Outros investimentos	7 e 13	29.347.984	1.524	29.346.460	77.186.273	77.186.273	
Impostos diferidos activos	20	15.757.915	-	15.757.915	14.117.740	14.320.920	
Outros activos não correntes	14	23.832.047	343.901	23.488.146	24.311.811	24.318.632	
Total de activos não correntes		560.768.913	29.289.796	531.479.117	525.960.736	528.449.941	
ACTIVOS CORRENTES:							
Existências	15	241.382.414	18.663.103	222.719.311	142.074.734	143.489.662	
Clientes	16	60.816.452	17.704.550	43.111.902	35.322.604	48.746.435	
Outras dívidas de terceiros	17	20.818.049	5.183.491	15.634.558	24.998.713	23.853.744	
Estado e outros entes públicos	18	16.833.257	1.281.829	15.551.428	16.608.583	19.444.523	
Outros activos correntes	19	8.335.621	2.522.313	5.813.308	6.858.080	8.879.644	
Investimentos detidos para negociação	13	499	-	499	499	499	
Caixa e equivalentes de caixa	21	19.316.486	1.383.546	17.932.940	43.956.550	44.333.841	
Total de activos correntes		367.502.778	46.738.832	320.763.946	269.819.763	288.748.948	
TOTAL DO ACTIVO		928.271.691	76.028.628	852.243.063	795.780.499	817.198.289	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO							
CAPITAL PRÓPRIO:							
Capital social	22	250.000.000	-	250.000.000	250.000.000	250.000.000	
Reservas e resultados transitados		35.452.156	(9.542.376)	44.994.532	62.453.729	91.854.242	
Resultado líquido do período atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe		21.393.605	(3.274.530)	24.668.135	8.579.431	14.994.319	
Total do capital próprio atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe		306.845.761	(12.816.906)	319.662.667	321.033.160	356.848.561	
Interesses minoritários	23	49.319.413	(8.619.778)	57.939.191	36.758.832	36.758.832	
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		356.165.174	(21.436.684)	377.601.858	357.791.992	393.607.393	
PASSIVO:							
PASSIVO NÃO CORRENTE:							
Empréstimos bancários de longo prazo	24	35.513.299	1.578.783	33.934.516	122.710.414	122.710.414	
Empréstimos obrigacionistas	24	99.080.105	-	99.080.105	49.766.000	49.766.000	
Credores por locações financeiras	24 e 25	16.814.552	-	16.814.552	18.726.595	18.726.595	
Outros empréstimos	24	403.176	-	403.176	250.577	250.577	
Outros passivos não correntes	27	66.217.083	41.038.203	25.178.880	34.461.335	39.150.435	
Impostos diferidos passivos	20	3.164.170	-	3.164.170	2.307.082	7.526.370	
Provisões	32	23.456.843	4.431.299	19.025.544	11.442.155	16.654.464	
Total de passivos não correntes		244.649.228	47.048.285	197.600.943	239.664.158	254.784.855	
PASSIVO CORRENTE:							
Empréstimos bancários de curto prazo	24	138.865.035	12.151.075	126.713.960	7.714.042	7.714.042	
Empréstimos obrigacionistas	24	-	-	-	15.000.000	15.000.000	
Credores por locações financeiras	24 e 25	1.957.324	-	1.957.324	1.860.326	1.860.326	
Outros empréstimos	24	440.145	-	440.145	176.635	176.635	
Fornecedores	29	52.979.478	12.292.570	40.686.908	30.876.038	62.517.417	
Outras dívidas a terceiros	30	79.339.000	19.117.634	60.221.366	110.830.844	31.226.932	
Estado e outros entes públicos	18	12.610.226	1.328.503	11.281.723	12.039.282	13.399.775	
Outros passivos correntes	31	39.967.884	5.527.248	34.440.636	16.011.718	33.095.450	
Provisões	32	1.298.200	-	1.298.200	3.815.464	3.815.464	
Total de passivos correntes		327.457.289	50.417.027	277.040.262	198.324.349	168.806.041	
TOTAL DO PASSIVO		572.106.517	97.465.312	474.641.205	437.988.507	423.590.896	
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		928.271.691	76.028.628	852.243.063	795.780.499	817.198.289	

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

1) Actividades continuadas (exclusão da Contacto - Sociedade de Construções, SA)

O Conselho de Administração

SONAE CAPITAL, SGPS, SA
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

Notas	31.12.2008			31.12.2007	
	Total Acumulado	Actividades Descontinuadas ²	Actividades Continuadas	Pró-forma ¹	
Proveitos operacionais:					
Vendas	35	142.760.686	20.297.949	122.462.737	94.811.629
Prestações de serviços	35	108.084.584	9.751	108.074.833	102.465.562
Outros proveitos operacionais	36	8.763.734	513.532	8.250.202	8.202.339
Total de proveitos operacionais		259.609.004	20.821.232	238.787.772	205.479.530
Custos operacionais					
Custo das vendas	15	(66.745.851)	(11.150.858)	(55.594.993)	(51.004.254)
Variação da produção	37	57.293.719	(703.500)	57.997.219	32.409.338
Fornecimentos e serviços externos	38	(181.586.889)	(6.534.148)	(175.052.741)	(132.258.568)
Custos com o pessoal	39	(50.256.467)	(4.857.596)	(45.398.871)	(38.554.407)
Amortizações e depreciações	10 e 11	(10.941.437)	(1.104.062)	(9.837.375)	(7.324.129)
Provisões e perdas por imparidade	32	(10.694.800)	4.594	(10.699.394)	(722.729)
Outros custos operacionais	40	(8.919.714)	(906.981)	(8.012.733)	(6.401.846)
Total de custos operacionais		(271.851.439)	(25.252.551)	(246.598.888)	(203.856.595)
Resultados operacionais		(12.242.435)	(4.431.319)	(7.811.116)	1.622.935
Custos e perdas financeiras					
Proveitos e ganhos financeiros	41	(16.467.881)	(1.102.065)	(15.365.816)	(17.053.855)
Resultados financeiros	41	4.519.318	170.078	4.349.240	7.055.704
Resultados relativos a empresas associadas	6	(11.948.563)	(931.987)	(11.016.576)	(9.998.151)
Resultados relativos a investimentos	42	(2.099.789)	-	(2.099.789)	857.332
Resultado antes de impostos	42	53.084.662	-	53.084.662	12.141.976
Imposto sobre o rendimento	43	26.793.875	(5.363.306)	32.157.181	4.624.092
Resultado depois de impostos	43	(3.842.186)	(77.470)	(3.764.716)	4.809.155
Resultado consolidado do exercício	44	22.951.689	(5.440.776)	28.392.465	9.433.247
Atribuível a:					
Accionistas da Empresa-Mãe	46	21.393.605	(3.274.530)	24.668.135	8.579.431
Interesses minoritários	23	1.558.084	(2.166.246)	3.724.330	853.816
Resultados por acção					
Básico	46	0,085574	(0,013098)	0,098673	0,034318
Diluído	46	0,085574	(0,013098)	0,098673	0,034318

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

1) Actividades continuadas (exclusão da Contacto - Sociedade de Construções, SA) - nota 1.1 do anexo

2) Actividades Descontinuadas (Elmo SGPS, SA e suas filiais - Grupo Plysorol)

O Conselho de Administração

SONAE CAPITAL, SGPS, SA
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS 4º TRIMESTRES DE 2008 E 2007 (NÃO AUDITADO)

(Montantes expressos em Euros)

Notas	4º Trimestre 08			4º Trimestre 07	
	Total Acumulado	Actividades Descontinuadas	Actividades Continuadas	Pró-forma ¹	
Proveitos operacionais:					
Vendas	35	62.095.875	-	62.095.875	34.368.455
Prestações de serviços	35	24.943.541	-	24.943.541	25.768.439
Outros proveitos operacionais	36	3.341.096	-	3.341.096	3.724.789
Total de proveitos operacionais		90.380.512	-	90.380.512	63.861.683
Custos operacionais					
Custo das vendas	15	(17.064.417)	-	(17.064.417)	(14.026.596)
Varição da produção	37	9.861.870	-	9.861.870	5.963.607
Fornecimentos e serviços externos	38	(53.304.734)	(4.837)	(53.299.897)	(39.178.401)
Custos com o pessoal	39	(12.323.040)	-	(12.323.040)	(10.002.033)
Amortizações e depreciações	10 e 11	(2.896.316)	-	(2.896.316)	(2.008.078)
Provisões e perdas por imparidade	32	(7.846.277)	-	(7.846.277)	(511.793)
Outros custos operacionais	40	(3.689.005)	5.765	(3.694.770)	(1.755.226)
Total de custos operacionais		(87.261.919)	928	(87.262.847)	(61.518.520)
Resultados operacionais		3.118.593	928	3.117.665	2.343.163
Custos e perdas financeiras					
Proveitos e ganhos financeiros	41	(4.279.618)	(46.107)	(4.233.511)	(4.706.312)
Resultados financeiros	41	1.924.970	6	1.924.964	3.039.493
Resultados relativos a empresas associadas	6	(2.354.648)	(46.101)	(2.308.547)	(1.666.819)
Resultados relativos a investimentos	6	961.200	-	961.200	159.113
Resultado antes de impostos	42	(6.553.600)	-	(6.553.600)	2.562.661
Imposto sobre o rendimento	43	(4.828.455)	(45.173)	(4.783.282)	3.398.118
Resultado depois de impostos	43	(3.348.888)	678	(3.349.566)	2.193.636
Resultado consolidado do exercício	44	(8.177.343)	(44.495)	(8.132.848)	5.591.754
Atribuível a:					
Accionistas da Empresa-Mãe	46	(10.774.925)	(44.237)	(10.730.688)	5.024.644
Interesses minoritários	23	2.597.582	(259)	2.597.841	567.110
Resultados por acção					
Básico	46	(0,043100)	(0,000177)	(0,042923)	0,020099
Diluído	46	(0,043100)	(0,000177)	(0,042923)	0,020099

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

1) Actividades continuadas (exclusão da Contacto - Sociedade de Construções, SA) - Nota 1.1 do anexo

2) Actividades Descontinuadas (Elmo SGPS, SA e suas filiais - Grupo Plysorol)

O Conselho de Administração

SONAE CAPITAL, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 ¹

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Atribuível aos Accionistas da Sonae Capital								Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio	
	Capital Social	Reserva de Cisão	Ajustamentos Pró-forma ²	Reserva de Justo Valor	Reserva de Conversão cambial	Outras Reservas e Resultados Transitados	Total de Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido			Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	250.000.000	132.638.253	(121.676.270)	69.584.432	417.724	(59.798.471)	21.165.668	2.189.067	273.354.735	18.876.352	292.231.087
Aplicação do resultado consolidado de 2006:											
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	-	-	-	2.189.067	2.189.067	(2.189.067)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação nas reservas											
Geradas no exercício	-	-	-	(8.094.073)	(464.977)	-	(8.559.050)	-	(8.559.050)	(22.328)	(8.581.378)
Transferidas para resultados de justo valor de instrumentos de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferidas para resultados	-	-	-	(9.520.881)	-	-	(9.520.881)	-	(9.520.881)	-	(9.520.881)
Alienação de filiais e associadas	-	-	96.548.826	-	-	-	96.548.826	-	96.548.826	-	96.548.826
De alienação de filiais e associadas em resultados	-	-	31.437.208	-	-	(31.437.208)	-	-	-	-	-
Aquisição e aumento capital de filiais e associadas	-	-	(6.309.764)	-	-	-	(6.309.764)	-	(6.309.764)	17.108.025	10.798.261
Outras variações	-	-	-	-	-	(3.659.624)	(3.659.624)	-	(3.659.624)	(57.033)	(3.716.657)
Resultado consolidado líquido do período do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007	-	-	-	-	-	-	-	14.994.319	14.994.319	853.816	15.848.135
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	250.000.000	132.638.253	-	51.969.478	(47.253)	(92.706.236)	91.854.242	14.994.319	356.848.561	36.758.832	393.607.393
Saldo em 1 de Janeiro de 2008	250.000.000	132.638.253	-	51.969.478	(47.253)	(92.706.236)	91.854.242	14.994.319	356.848.561	36.758.832	393.607.393
Aplicação do resultado consolidado de 2007:											
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	-	-	-	8.579.431	8.579.431	(8.579.431)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação nas reservas											
Geradas no exercício	-	-	-	(50.321.296)	(1.754.682)	-	(52.075.978)	-	(52.075.978)	(94.458)	(52.170.436)
Transferidas para resultados de justo valor de instrumentos de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferidas para resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de filiais e associadas	-	-	-	-	-	5.758.019	5.758.019	(6.414.888)	(656.869)	4.375.485	3.718.616
De alienação de filiais e associadas em resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição e aumento capital de filiais e associadas	-	-	-	-	-	(9.515.885)	(9.515.885)	-	(9.515.885)	6.710.527	(2.805.358)
Outras variações	-	-	-	-	-	(9.147.673)	(9.147.673)	-	(9.147.673)	10.943	(9.136.730)
Resultado consolidado líquido do período do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008	-	-	-	-	-	-	-	21.393.605	21.393.605	1.558.084	22.951.689
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	250.000.000	132.638.253	-	1.648.182	(1.801.935)	(97.032.344)	35.452.156	21.393.605	306.845.761	49.319.413	356.165.174

1 ver nota 1.1 do Anexo

2 Capitais Próprios Pro-Forma (exclusão da empresa Contacto - Sociedade de Construções, SA)

O Conselho de Administração

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE CAPITAL, SGPS, SA ("Empresa", "Grupo" ou "Sonae Capital") tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 3053, 4471-907 Maia, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 5 a 7 ("Grupo Sonae Capital") e foi constituída por escritura pública de 14 de Dezembro de 2007 em resultado do destaque da participação da SC, SGPS, SA (anteriormente denominada Sonae Capital, SGPS, SA) através de cisão simples do Grupo Sonae, cujo projecto foi aprovado pelo Conselho de Administração da Sonae, SGPS, SA em 8 de Novembro de 2007 e pela Assembleia Geral de 14 de Dezembro de 2007.

A carteira de negócios da Sonae Capital encontra-se reorganizada de acordo com o seu objectivo estratégico, assente no desenvolvimento de dois ramos de actividade distintos e autónomos:

- A primeira área de actividade, liderada pela Sonae Turismo, SGPS, SA, desenvolve negócios enquadrados no sector do turismo, através da promoção, gestão e comercialização de resorts turísticos, no sector imobiliário, através da promoção e comercialização de residencial de alta qualidade, no sector hoteleiro, através da detenção e gestão de unidades hoteleiras, e no sector dos serviços, nos segmentos de restauração, catering e gestão de eventos, e health & fitness;
- A segunda área de actividade, liderada pela Spred, SGPS, SA (anteriormente denominada Publimeios, SGPS, SA) vocacionada para o investimento em participações em três vertentes: negócios maduros com geração estável de cash flow; negócios nas áreas de energias renováveis, eficiência energética e edifícios sustentáveis; identificação de novas oportunidades de negócio em sectores emergentes ou em reestruturação e a gestão de uma carteira de participações de cariz financeiro.

1.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas Pró-forma

Conforme definido na norma internacional IFRS 5, e de modo a assegurar a comparabilidade entre 2008 e 2007, nas demonstrações de resultados consolidados e dos fluxos de caixa consolidados são apresentadas as demonstrações financeiras pró-forma já anteriormente consideradas nas demonstrações financeiras apresentadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007. As demonstrações financeiras consolidadas comparativas reportadas a 31 de Dezembro de 2007 reflectem os efeitos da alienação da Contacto - Sociedade de Construções, SA.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – "IAS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), em vigor em 1 de Janeiro de 2008.

As demonstrações financeiras intercalares foram apresentadas trimestralmente, de acordo com a IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, das suas subsidiárias e dos empreendimentos conjuntos onde participa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto no caso de instrumentos financeiros derivados, que se encontram registados pelo justo valor.

Por último, à data da emissão destas demonstrações financeiras, tinham sido emitidas as seguintes normas e interpretações, cuja aplicação ainda não era obrigatória:

- Revisão da IAS 1 - "Apresentação das demonstrações financeiras"- (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009) - ratificada pela União Europeia;
- Revisão da IAS 23 - "Custos de empréstimos obtidos"- (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009)- ratificada pela União Europeia;
- Revisão da IAS 27 - "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" - (obrigatória a 1 de Julho de 2009) - ainda não ratificada pela União Europeia;

Revisão da IFRS 3 - "Concentrações empresariais" - (obrigatória a 1 de Julho de 2009) - ainda não ratificada pela União Europeia;
IFRS 8 - "Segmentos Operacionais" - (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009)- ratificada pela União Europeia;
IFRIC 15 - "Contratos para a construção de Imóveis" - (obrigatória a 1 de Julho de 2009) - ainda não ratificada pela União Europeia;
Revisão da IFRS 2 - "Pagamentos baseados em acções" - (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009)- ratificada pela União Europeia;
IFRIC 12 - "Contratos relativos a serviços de concessão" - (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009) - ainda não ratificada pela União Europeia;
IFRIC 17 - "Distribuição aos accionistas de activos não monetários" - (obrigatória a 1 de Julho de 2009) - ainda não ratificada pela União Europeia;
Revisão da IAS 39 - "Reclassificação de activos financeiros" e "Itens elegíveis de cobertura"- (obrigatória a 1 de Julho de 2009)- ainda não ratificada pela União Europeia;

A aplicação destas normas e interpretações não é obrigatória para o exercício com início em 1 de Janeiro de 2008, tendo o Grupo decidido não adoptar antecipadamente as mesmas. Da aplicação destas normas e interpretações não resultarão efeitos materiais nas demonstrações financeiras futuras do Grupo, com excepção das alterações ao nível de apresentação e divulgação decorrentes da entrada em vigor do IFRS 8.

2.2. Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas é apresentado separadamente no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica Interesses minoritários. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 5.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como diferença de consolidação (Nota 2.2.c)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor de activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do período, após reconfirmação do justo valor atribuído. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Os investimentos financeiros em empresas do Grupo excluídas da consolidação são apresentados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade (Nota 7).

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. As entidades nessas situações, quando existam, são incluídas na Nota 5.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas e em empresas controladas conjuntamente

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém quer o controlo quer o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa - geralmente investimentos representando entre 20% e 50% do capital de uma empresa) e em empresas controladas conjuntamente são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como diferenças de consolidação e mantidas no valor de investimento financeiro em associadas (Nota 2.2.c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do período na rubrica Resultados relativos a empresas associadas, após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas e empresas controladas conjuntamente quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir são objecto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada ou empresa controlada conjuntamente, excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas ou empresas controladas conjuntamente são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada ou no empreendimento conjunto por contrapartida do investimento nessa mesma associada ou empreendimento conjunto. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas associadas e empresas controladas conjuntamente encontram-se detalhados na Nota 6.

c) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, empresas controladas conjuntamente e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, foram registadas na rubrica Diferenças de consolidação (Nota 12) ou mantidas na rubrica Investimentos em empresas associadas e em empresas controladas conjuntamente (Nota 6). As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reserva de conversão cambial.

O valor das diferenças de consolidação não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão do Grupo ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes. As perdas por imparidade das diferenças de consolidação constatadas no período são registadas na demonstração de resultados do período na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

As perdas por imparidade relativas a diferenças de consolidação não podem ser revertidas.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se negativas, são reconhecidas como proveito na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

Diferenças de consolidação anteriores à data de transição

As diferenças de consolidação originadas em aquisições anteriores à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram mantidas pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados pelos activos incorpóreos não aceites pelos IFRS, e objecto de testes de imparidade, sendo os impactos desses ajustamentos registados em Resultados Transitados, conforme IFRS 1. No caso de filiais estrangeiras, as diferenças de consolidação foram reexpressas na moeda funcional de cada filial, retrospectivamente. As diferenças cambiais geradas no processo de conversão foram registadas em Resultados transitados (IFRS 1).

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras incluindo o valor das diferenças de consolidação são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os custos e proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de Janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de Reserva de conversão cambial. As diferenças cambiais geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de Resultados transitados.

As diferenças de consolidação e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do período.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração de resultados como um ganho ou perda na alienação.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das filiais, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	31.12.2008		31.12.2007	
	Final do período	Média do período	Final do período	Média do período
Libra Inglesa	1,04987	1,25890	1,36361	1,46209
Real Brasileiro	0,30830	0,37657	0,38516	0,37577

Fonte: Bloomberg

2.3. Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada de resultados.

As perdas por imparidade detectadas no valor de realização do imobilizado corpóreo, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Perdas por imparidade" da demonstração consolidada de resultados, com excepção das relativas a activos registados em existências cuja imparidade é registada em custo das vendas.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	4 a 5
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outras imobilizações corpóreas	4 a 8

As despesas com reparação e manutenção de imobilizado são consideradas como custo no período em que ocorrem.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registadas ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estas imobilizações são amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do imobilizado corpóreo são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração de resultados como Outros proveitos operacionais ou Outros custos operacionais.

2.4. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do período em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de Software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde a um período compreendido entre 3 a 6 anos, e registadas por contrapartida da rubrica Amortizações e depreciações da demonstração consolidada de resultados.

2.5. Locações

Locações em que o Grupo age como locatário

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o imobilizado corpóreo, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do imobilizado corpóreo são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Locações em que o Grupo age como locador

Nas situações em que o Grupo age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, o valor dos bens afectos são mantidos no balanço do Grupo e as rendas são reconhecidas na demonstração de resultados de forma linear durante o período de contrato de locação.

2.6. Imparidade dos activos não correntes, excepto Diferenças de consolidação

São efectuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como Outros proveitos operacionais. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.7. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito a taxa de juro efectiva dos mesmos.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos ou projectos imobiliários classificados em existências são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida quando aqueles activos estão disponíveis para utilização ou no final de produção ou construção do activo ou quando o projecto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos, directamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

2.8. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o activo (e o conjunto de activos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições actuais. Adicionalmente, devem estar em curso acções que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de custos com a venda. Em contrapartida estes activos não são amortizados.

2.9. Existências

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido dos valores dos descontos obtidos ou estimados obter ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio como método de custeio. O valor registado em mercadorias corresponde fundamentalmente a terrenos para desenvolvimento imobiliário.

Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico (considerando as amortizações dos equipamentos produtivos calculadas em função de níveis normais de utilização). A rubrica de Produtos e trabalhos em curso inclui fundamentalmente o valor de imóveis em desenvolvimento para venda no normal curso da actividade.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respectivo valor de realização das existências, no caso deste ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais em Custo das vendas ou Variação de produção, consoante respeitem a existências de mercadorias e matérias-primas ou a existências de produtos acabados e semi-acabados, subprodutos e trabalhos em curso.

2.10. Contratos de construção

Os proveitos e custos das obras em curso são reconhecidos utilizando o método da percentagem de acabamento. De acordo com este método, no final de cada período, os proveitos directamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração de resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos incorridos até à data do balanço e os custos totais estimados das obras. As diferenças entre os proveitos apurados através da aplicação deste método e a facturação emitida são contabilizadas nas rubricas de Outros activos correntes ou Outros passivos correntes, consoante a natureza da diferença.

Nas situações em que o resultado de um contrato de construção não pode ser estimado com fiabilidade, os proveitos contratuais são reconhecidos até ao montante dos custos incorridos e enquanto for provável que sejam recuperáveis. Os custos com os contratos de construção são reconhecidos como custos no período em que são incorridos.

Os proveitos relativos a trabalhos a mais, alterações de contrato, indemnizações e prémios de finalização são registados no momento em que são acordados com o cliente, ou nas situações em que as negociações com o cliente estejam numa fase avançada e que seja provável que as mesmas sejam favoráveis ao Grupo.

2.11. Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

2.12. Instrumentos financeiros

O Grupo classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com o Balanço consolidado conforme identificado na Nota 9.

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que o Grupo adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo. São classificados no balanço consolidado como Investimentos correntes.

O Grupo classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até ao vencimento. Estes activos são classificados como activos não correntes, excepto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que corresponde ao justo valor nessa data, incluindo despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos em empresas que não sejam cotadas e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor incluída na rubrica Reservas e resultados transitados até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) na rubrica de Resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Empréstimos e contas a receber não correntes

Os empréstimos e contas a receber são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efectiva e deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

Os proveitos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, excepto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes investimentos financeiros surgem quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como não correntes. Estes activos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 9.

c) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de "Clientes" e as "Outras dívidas de terceiros" são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço consolidado deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica Perdas por imparidade em contas a receber, por forma a reflectir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto para o momento actual.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, cada empresa do Grupo tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por não se considerar material o efeito do desconto.

d) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

e) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na rubrica Resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados de acordo com o princípio da especialização dos períodos, conforme política definida na Nota 2.16. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o período.

f) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

g) Instrumentos derivados

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de funding.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas na rubrica Resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura, sendo transferidas para a rubrica Resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura, incluída em Reservas e resultados transitados, são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração consolidada de resultados.

Nos instrumentos derivados, embora contratados com os objectivos atrás referidos (fundamentalmente derivados sob a forma de opções de taxa de juro), em relação aos quais a empresa não aplicou “hedge accounting”, são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afectam directamente a rubrica Resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração consolidada de resultados.

Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objectivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração consolidada de resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração de resultados.

h) Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos, no balanço.

2.13. Responsabilidades por pagamentos baseados em acções

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das acções da Sonae Capital SGPS, SA e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em Março de cada ano) e posteriormente actualizado no final de cada período de reporte em função do número de acções ou opções sobre acções atribuídas e do justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em Custos com pessoal e Outros passivos, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas, no caso de atribuição de acções ou opções sobre acções remíveis em dinheiro.

2.14. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.15. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do período, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.16. Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no período em que são atribuídos aos sócios ou accionistas.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a período futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.17. Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras individuais das filiais na moeda funcional da filial, utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transacção.

Todos os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das filiais são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada período. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do período, excepto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio.

2.18. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.19. Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a) Vidas úteis dos activos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade das diferenças de consolidação e de outros activos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de ajustamentos aos valores dos activos e provisões;
- d) Estimativas de lucros tributáveis futuros;
- e) Apuramento do justo valor dos instrumentos derivados.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

2.20. Informação por segmentos

Em cada período são identificados todos os segmentos aplicáveis ao Grupo, não tendo sido identificados segmentos secundários tendo em consideração que o Grupo opera fundamentalmente em Portugal e que foram escolhidos como segmentos primários segmentos de negócio.

A informação relativa ao rédito ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 48.

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Riscos de Mercado

a) Risco de Taxa de Juro - POLÍTICA

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço Consolidado, e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, o Grupo está exposto ao risco de taxa de juro do Euro.

Considerando que:

- a volatilidade nos resultados do Grupo, não depende apenas da volatilidade dos seus resultados financeiros associada à volatilidade de taxas de juro;
- em situações normais de mercado, existe uma correlação entre os níveis de taxa de juro e o crescimento económico, sendo de esperar que o impacto de movimentos na taxa de juro (e respectiva volatilidade nos fluxos de caixa associados ao serviço de dívida) pode em certa medida ser compensado, pelos movimentos nas restantes rubricas de demonstração de resultados, nomeadamente resultados operacionais;
- a contratação de qualquer estrutura de cobertura, tem implícito um custo de oportunidade associado,

a política do Grupo relativamente à mitigação deste risco não estabelece a manutenção de qualquer proporção mínima de dívida a taxa fixa (convertida em taxa fixa mediante a utilização de instrumentos financeiros derivados), optando em alternativa por uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição que permita uma adequação das condições de mercado à real exposição do Grupo, de forma a evitar a abertura de exposição que pode ter impacto real nos resultados consolidados do Grupo.

Face ao exposto, a política do Grupo relativa a este tema define a análise casuística de cada potencial operação, sendo que qualquer contratação de instrumentos derivados deve seguir os seguintes princípios:

- os derivados não são utilizados com objectivos de *trading* ou fins especulativos;
- os derivados a contratar devem replicar exactamente as exposições subjacentes no que diz respeito aos indexantes a utilizar, datas de refixação de taxa de juro e datas de pagamento de juro, e perfil de amortização da dívida subjacente;
- o custo financeiro máximo do conjunto do derivado e da exposição subjacente, devem ser sempre conhecidos e limitados desde o início de

contratação do derivado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios;

- a contratação de derivados tem como contrapartes autorizadas apenas Instituições Financeiras com *rating* mínimo de *Investment Grade*, privilegiando-se as Instituições de Relacionamento Bancário do Grupo;

- Todas as operações devem ser objecto de leilão competitivo, com pelo menos duas instituições financeiras;
- Todas as operações têm como suporte contratual o standard de mercado (ISDA- International Swaps and Derivatives Association), com schedules negociados com cada uma das Instituições;
- Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o Grupo utiliza um conjunto de métodos de acordo com as práticas de mercado, nomeadamente modelos de avaliação de opções e modelos de actualização de fluxos de caixa futuros, com determinados pressupostos de mercado (taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc) prevalentes à data de Balanço. Cotações comparativas fornecidas por instituições financeiras são também utilizadas como referencial de valorização;
- Todas as operações que não cumpram, na sua totalidade os princípios atrás estabelecidos, têm de ser individualmente aprovadas pelo Conselho de Administração.

b) Risco de Taxa de Juro - ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A análise de sensibilidade à taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afectam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os custos e proveitos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afectam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- Alterações nas taxa de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39 afectam os resultados da empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros activos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;

- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 0,75 pontos percentuais superiores/inferiores, o resultado líquido consolidado antes de impostos do Grupo em 31 de Dezembro de 2008 seria inferior em 1.385.930,37 euros e superior em 1.428.477,87, respectivamente, (em 31 de Dezembro de 2007 seria superior/inferior em 1.266.881,40 euros). O capital próprio resultante da análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2008 seria inferior/superior em cerca de 0 euros (em 31 de Dezembro de 2007 seria inferior/superior em cerca de 0 euros).

c) Risco de Taxa de Câmbio

O Grupo Sonae Capital, enquanto Grupo com presença essencialmente Ibérica, apresenta um nível imaterial de exposição a risco de taxa de câmbio.

Relativamente ao risco de translação, uma vez que a quase totalidade dos capitais próprios e empréstimos a participadas são denominados em euros, não existe qualquer exposição a este risco.

Relativamente ao risco de transacção, sempre que surgem exposições a este nível é efectuada a gestão deste risco principalmente através do recurso a contratos de taxa de câmbio a prazo, de forma a eliminar a volatilidade das flutuações cambiais, e consequentemente aumentar a certeza dos fluxos de caixa. Pontualmente, e caso os montantes envolvidos e grau de incerteza sejam relevantes, a Empresa, mediante a aprovação casuística do Conselho de Administração, poderá recorrer à utilização de opções.

Face à reduzida dimensão dos saldos em moeda estrangeira, não foram efectuadas análises de sensibilidade à variação da taxa de câmbio.

d) Outros Risco de Preço

O Grupo está exposto aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras. Contudo, esses investimentos são geralmente efectuados com objectivos estratégicos e não de transacção activa desses investimentos.

3.2. Risco de Crédito

O risco de crédito, na Sonae Capital, resulta maioritariamente (i) dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a actividade operacional, (ii) do seu relacionamento com Instituições Financeiras, no decurso normal da sua actividade, e (iii) do risco de incumprimento de contrapartes em operações de gestão de portfolio.

- Crédito sobre Clientes: A gestão de risco de crédito da Sonae Capital está estruturada nas necessidades próprias dos negócios que integram o Grupo tendo, em constante consideração:

- a. as particularidades do perfil de clientes associados a cada um dos negócios,
- b. a determinação criteriosa de limites de crédito adequados, por um lado, ao perfil de cliente e, por outro lado, à natureza do negócio, evitando a excessiva concentração de crédito e, consequentemente minimizando a sua exposição àquele risco;
- c. uma regular monitorização das contas de cliente;
- d. o estabelecimento de processos fragmentados de concessão de crédito, com a criação de uma segregação entre os procedimentos administrativos e os procedimentos de decisão;
- e. o recurso às vias legalmente necessárias para recuperação de crédito.

- Instituições Financeiras : O risco de crédito está associado ao potencial incumprimento, por parte de Instituições financeiras, com as quais o Grupo tenha contratado, no decurso normal das suas operações, depósitos a prazo, depósitos à ordem e instrumentos financeiros derivados.

Para mitigar este risco, o Grupo:

- a. Só executa operações com contrapartes com *rating* mínimo de *Investment Grade*;
- b. Diversifica as contrapartes, de forma a evitar uma concentração excessiva de risco de crédito,
- c. Define um conjunto restrito de instrumentos elegíveis (visando a não contratação de instrumentos complexos cuja estrutura não esteja
- d. Regularmente monitoriza as exposições totais a cada contraparte, de forma a garantir o cumprimento da política estabelecida.

- Operações Compra/Venda participações : No desenvolvimento da sua actividade o Grupo está exposto ao risco de crédito das contrapartes com as quais estabelece operações sobre participações sociais. Nestes casos, os mecanismos de mitigação de risco a implementar são determinados casuisticamente, de forma a acomodar as características da operação em estruturação, com a supervisão constante do Conselho de Administração. Apesar da variabilidade dos mecanismos utilizados, existe sempre o recurso a métodos normalmente utilizados no mercado, nomeadamente a realização de *due diligences*, obtenção de informação financeira relativa à contraparte da operação, entrega do activo condicionada à liquidação financeira da operação.

3.3. Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez tem por objectivo garantir que, a todo o momento, o Grupo mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis: (i) cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e (ii) garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

Para este efeito, o Grupo pretende manter uma estrutura financeira flexível, pelo que o processo de gestão de liquidez no seio do Grupo compreende os seguintes aspectos fundamentais:

- Gestão centralizada de liquidez (excedentes e necessidades de fundos) ao nível da *Holding*, procurando otimizar a função financeira no seio do Grupo;
- Planeamento financeiro baseado em previsões de fluxos de caixa quer ao nível individual como consolidado, e para diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);

- Sistema de controle financeiro no curto e no médio e longo prazo (baseado em sistemas de *Treasury* e *Cash Management*), que permita, atempadamente identificar desvios, antecipar necessidades de financiamento e identificar oportunidades de refinanciamento;
- Diversificação das fontes de financiamento e contrapartes;
- Dispersão das maturidades de dívida emitida, visando evitar concentração excessiva, em determinados pontos no tempo, de amortizações de dívida;
- Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito *committed* (de pelo menos um ano) e Programas de Papel Comercial, com prazos de aviso de cancelamento suficientemente confortáveis e prudentes, procurando obter um nível adequado de liquidez otimizando o montante de comissões de *commitment* suportadas.

4. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Não ocorreram durante o período alterações de políticas contabilísticas ou erros materiais de períodos anteriores.

5. EMPRESAS FILIAIS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas filiais incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, são as seguintes:

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31.Dezembro.2008		31.Dezembro.2007	
		Directo	Total	Directo	Total
Sonae Capital SGPS, SA	Maia	MÃE	MÃE	MÃE	MÃE
Turismo					
4) Águas Furtadas - Imobiliária, SA	a) Matosinhos	100,00%	87,74%	100,00%	100,00%
Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	a) Lagos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Aquapraia-Investimentos Turísticos, SA	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
4) Azulino Imobiliária, SA	a) Matosinhos	100,00%	87,74%	100,00%	100,00%
Bloco Q-Sociedade Imobiliária, SA	a) Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bloco W-Sociedade Imobiliária, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Casa da Ribeira - Hotelaria e Turismo, SA	a) Marco de Canaveses	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Centro Residencial da Maia,Urban., SA	a) Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cinclus Imobiliária, SA	a) Porto	100,00%	87,74%	100,00%	100,00%
Country Club da Maia-Imobiliaria, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Emprend.Imob.Quinta da Azenha, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedo	a) Maia	51,00%	51,00%	57,84%	57,84%
Golf Time - Golfe e Inv.Turísticos, SA	a) Porto	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Imoarea Investimentos Turísticos, SGPS, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imobiliária da Cacela, SA	a) Matosinhos	100,00%	87,74%	100,00%	100,00%
Imoclub-Serviços Imobiliários, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imodivor - Sociedade Imobiliária, SA	a) Maia	100,00%	87,74%	100,00%	100,00%
Imoferro-Soc.Imobiliária, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imohotel-Emp.Turist.Imobiliários, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imopenínsula - Sociedade Imobiliária, SA	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoponte-Soc.Imobiliaria, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoresort - Sociedade Imobiliária, SA	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imosedas-Imobiliária e Serviços, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Implantação - Imobiliária, SA	a) Matosinhos	100,00%	87,74%	100,00%	100,00%
Insulatroia - Sociedade Imobiliária, SA	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Investalentejo, SGPS, SA	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marimo - Exploração Hoteleira Imobiliária, SA	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marina de Troia, SA	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marina Magic - Exploração de Centros Lúd. SA	a) Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marmagno-Expl.Hoteleira Imob., SA	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Martimope - Sociedade Imobiliária, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marvero-Expl.Hoteleira Imob., SA	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
7) Partnergiro-Empreendimentos Turísticos, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Porturbe-Edifícios e Urbanizações, SA	a) Maia	100,00%	87,74%	100,00%	100,00%
Praedium II-Imobiliária, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Praedium III-Serviços Imobiliários, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Praedium-SGPS, SA	a) Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Prédios Privados Imobiliária, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Predisedas-Predial das Sedas, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

	Promessa Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
7)	Promosedas-Prom.Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SC - Engenharia e Promoção Imobiliária, SGPS, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sete e Meio - Investimentos e Consultadoria, SA	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sete e Meio Herdades - Investimentos Agrícolas e Turismo, SA	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SII - Soberana Investimentos Imobiliários, SA	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Soconstrução, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Soira-Soc.Imobiliária de Ramalde, SA	a)	Porto	100,00%	87,74%	100,00%	100,00%
	Solinca III-Desporto e Saúde, SA	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Solinca-Investimentos Turísticos, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Solinfitness - Club Malaga, SL	a)	Malaga (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Soltroia-Imob.de Urb.Turismo de Troia, SA	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Turismo Gestão e Serviços, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Turismo - SGPS, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sontur, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turísticos, SA	a)	Maia	100,00%	87,74%	100,00%	100,00%
1)	Spinveste - Promoção Imobiliária, SA	a)	Porto	87,74%	87,74%	100,00%	100,00%
1)	Spinveste-Gestão Imobiliária SGII, SA	a)	Porto	87,74%	87,74%	100,00%	100,00%
	Torre São Gabriel-Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2)	Troia Market, SA	a)	Grândola	100,00%	100,00%	-	-
2)	Troia Natura, SA	a)	Grândola	100,00%	100,00%	-	-
	Troiaresort - Investimentos Turísticos, SA	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Troiaverde-Expl.Hoteleira Imob., SA	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Tulipamar-Expl.Hoteleira Imob., SA	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Urbisedas-Imobiliária das Sedas, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Venda Aluga-Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
3)	Vistas do Freixo-Emp.Tur.imobiliários,SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	World Trade Center Porto, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Spred							
	Atlantic Ferries - Traf.Loc.Flu.e Marit., SA	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Box Lines Navegação, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Contacto Concessões, SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
4)	Contacto - Sociedade de Construções, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Cronosaúde - Gestão Hospitalar, SA	a)	Porto	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
2)	Edifícios Saudáveis Consultores - Ambiente e Energia em Edifícios, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	-	-
6)	Elmo SGPS, SA	a)	Maia	60,00%	60,00%	-	-
	Friengineering, SA	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	70,00%	100,00%	70,00%
	Inparvi SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2)	Integrum-Edifícios Sustentáveis, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	-	-
	Integrum-Serviços Partilhados, SA	a)	Maia	100,00%	70,00%	100,00%	70,00%
	Invsauúde - Gestão Hospitalar, SA	a)	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
5)	Libreville, SA	a)	Libreville (Gabão)	99,99%	59,99%	-	-
	PJP - Equipamento de Refrigeração, Lda	a)	Matosinhos	100,00%	70,00%	100,00%	70,00%
5)	Placage d'Okoumé du Gabon, SA	a)	Libreville (Gabão)	99,88%	59,93%	-	-
5)	Plysorol, SAS	a)	Niort (França)	100,00%	60,00%	-	-
	Saúde Atlântica - Gestão Hospitalar, SA	a)	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	SC Insurance Risks Services, SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Selfrio,SGPS, SA	a)	Matosinhos	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
	Selfrio-Engenharia do Frio, SA	a)	Matosinhos	100,00%	70,00%	100,00%	70,00%
	Sistavac-Sist.Aquecimento,V.Ar C., SA	a)	Matosinhos	100,00%	70,00%	100,00%	70,00%
	SKK-Central de Distr., SA	a)	Porto	100,00%	70,00%	100,00%	70,00%
	SKKFOR - Ser. For. e Desen. de Recursos, SA	a)	Maia	100,00%	70,00%	100,00%	70,00%
	SMP-Serv. de Manutenção Planeamento, SA	a)	Matosinhos	100,00%	70,00%	100,00%	70,00%
	Société de Tranchage Isoroy SAS	a)	Honfleur (França)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Société des Essences Fines Isoroy	a)	Honfleur (França)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sopair, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	70,00%	100,00%	70,00%
	Spinarq, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Spred SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Textil do Marco, SA	a)	Marco de Canaveses	90,37%	90,37%	90,37%	90,37%
Outras						
DMJB, SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Interlog-SGPS, SA	a)	Lisboa	98,98%	98,98%	100,00%	100,00%
Pargeste SGPS, SA		Maia	89,99%	89,99%	89,99%	89,99%
Rochester Real Estate, Ltd	a)	Kent (U.K.)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SC-Consultadoria, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SC-S.G.P.S., SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae Financial Participations, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae International, Ltd	a)	Londres (U.K.)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

a) Controlo detido por maioria dos votos;

- 1) Alienação a 31 de Março de 2008, de 12,25% da participação financeira;
- 2) Filial constituída ou adquirida no período;
- 3) Filial incluída no segmento Spred, no período anterior;
- 4) Filial alienada no período;
- 5) Retoma em Junho de 2008 do controlo da sociedade e perda do controlo em Novembro de 2008, em virtude do início do processo de recuperação judicial;
- 6) Retoma em Junho de 2008 do controlo da sociedade e perda do controlo das suas filiais em Novembro de 2008, em virtude do início do processo de recuperação judicial;
- 7) Filial dissolvida no período.

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.2.a).

6. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPRESAS CONTROLADAS CONJUNTAMENTE

As empresas associadas e conjuntamente controladas, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 são as seguintes:

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido				Valor de Balanço	
		31.Dezembro.2008		31.Dezembro.2007		31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
		Directo	Total	Directo	Total		
Turismo							
Andar - Sociedade Imobiliária, SA	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	902.597	-
Sociedade de Construções do Chile, SA	Lisboa	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%	-	-
Sociedade Imobiliária Troia - B3, SA	Grândola	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	448.236	450.631
Vastgoed One - Sociedade Imobiliária, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%	-	-
Vastgoed Sun - Sociedade Imobiliária, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%	-	-
Spred							
1) 2) CarPlus - Comércio de Automóveis, SA	Vila Nova de Gaia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%	-	-
Cinclus-Plan. e Gestão de Projectos, SA	Porto	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	622.210	567.259
Change, SGPS, SA	Porto	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	1.698.566	2.035.846
1) 2) Choice Car - Comércio de Automóveis, SA	Porto	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%	-	-
2) Choice Car SGPS, SA	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	-	3.750.798
Etablissement A. Mathe, SA	França	27,74%	27,74%	27,74%	27,74%	-	31.937
1) 2) Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, SA	Matosinhos	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%	-	-
1) 2) Guerin - Rent a Car (Dois), Lda	Lisboa	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%	-	-
Lidergraf - Artes Gráficas, Lda	Vila de Conde	24,50%	24,50%	24,50%	24,50%	475.434	813.764
1) 2) Luso Assistência - Gestão de Acidentes, SA	Porto	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%	-	-
Norscut - Concessionária de Scut Interior Norte, SA	Lisboa	36,00%	36,00%	25,00%	25,00%	-	1.547.478
Operscut - Operação e Manutenção de Auto-estradas, SA	Lisboa	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	24.000	24.000
Sodesa, SA	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	-	482.661
TP - Sociedade Térmica, SA	Porto	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	10.711.605	9.281.288
Total (Nota 13)						14.882.648	18.985.662

- 1) Sociedades detidas pela Choice Car SGPS, SA
- 2) Associada alienada no período

Os valores de balanço nulos resultam da redução do valor de aquisição por aplicação do método da equivalência patrimonial, descontinuando o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais ao abrigo da IAS 28.

As empresas associadas foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial.

Os valores agregados dos principais indicadores financeiros destas associadas, em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, podem ser resumidos como segue:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Total de Activos	1.475.404.966	1.242.669.996
Total de Passivos	1.413.132.523	1.139.976.914
Proveitos	200.894.684	239.497.012 1)
Custos	202.257.996	236.175.541 2)

1) Proveitos associados à empresa Choice Car S.G.P.S. e suas filiais no montante de 138.089.074 euros

2) Custos associados à empresa Choice Car S.G.P.S. e suas filiais no montante de 138.570.628 euros

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em associadas, foi o seguinte:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Investimentos em associadas		
Saldo em 1 de Janeiro	18.985.662	14.932.898
Aquisições durante o período	4.938.936	5.985.283
Alienações durante o período	(3.140.129)	-
Equivalência patrimonial	(9.239.994)	(1.634.249)
Transferências	3.338.173	(298.270)
Saldo em 31 de Dezembro	14.882.648	18.985.662
Investimentos em associadas	14.882.648	18.985.662

O efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial foi de -2.099.789 euros em resultados relativos a empresas associadas (857.332 euros em 31 de Dezembro de 2007) e -7.140.205 euros de outras variações registados em reservas (-2.491.581 euros em 31 de Dezembro de 2007).

7. EMPRESAS DO GRUPO, EMPRESAS CONTROLADAS CONJUNTAMENTE E EMPRESAS ASSOCIADAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

As empresas do grupo, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas excluídas da consolidação e investimentos disponíveis para venda, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor de balanço em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 são as seguintes:

FIRMA	Motivo Exclusão	Sede Social	Percentagem de capital detido				Valor de Balanço	
			31.Dezembro.2008		31.Dezembro.2007		31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
			Directo	Total	Directo	Total		
Turismo								
Delphinus – Soc. de Tur. e Div. de Troia, SA	a)	Grândola	79,00%	79,00%	79,00%	79,00%	-	-
1) Fun International Entertainment, SA		Porto	-	-	50,00%	50,00%	-	-
InfraTroia – Emp. de Infraest. de Troia, E.N.	a)	Grândola	25,90%	25,90%	25,90%	25,90%	64.747	64.747
Spidouro S.P.E.I. Douro e Trás-os-Montes, SA		Vila Real	8,30%	8,30%	8,30%	8,30%	-	-
Star-Viagens e Turismo, SA		Lisboa	1,00%	1,00%	10,00%	10,00%	1	1.550.976
Spred								
2) Arbiworld BV		Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	9.988.577	9.988.577
Net, SA		Lisboa	2,80%	2,80%	2,80%	2,80%	11.132	11.132
Sear - Sociedade Europeia de Arroz, SA		Santiago do Cacém	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	150.031	150.031
3) Sonae Indústria, SGPS, SA		Maia	7,85%	7,85%	6,80%	6,80%	16.750.852	63.320.071
Real Change FCR - Fundo		Porto	13,33%	13,33%	13,33%	13,33%	1.800.000	1.800.000
Fundo de Capital de Risco F-HITEC		Lisboa	7,14%	7,14%	-	-	250.000	-
Outros investimentos							332.644	300.739
Total (Nota 13)							29.347.984	77.186.273

a) Filial, empresa controlada conjuntamente ou empresa associada para a qual, à data destas demonstrações financeiras, não existe informação financeira completa relativamente ao actual período.

1) Alienação, em 2007, da totalidade da participação.

2) Filial adquirida em 2007, em relação à qual existem opções de compra e de venda, não tendo por isso sido incluída no consolidado.

3) Mensurado a justo valor.

Os valores de balanço nulos decorrem do registo de perdas de imparidade (ver Nota 32).

8. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2008, as demonstrações financeiras consolidadas da Sonae Capital, SGPS, SA incluem os seguintes contributos do Grupo Plysorol e da Elmo, SGPS, SA (única accionista da Plysorol SAS): (i) a demonstração de resultados consolidada inclui 3 meses (terceiro trimestre de 2008) de contributo da Plysorol SAS e suas filiais e 6 meses (segundo semestre de 2008) de contributo da Elmo, SGPS, SA; (ii) o balanço consolidado inclui o balanço a 31 de Dezembro de 2008 da Elmo, SGPS, SA e os balanços da Plysorol e suas filiais a 30 de Setembro de 2008 (última informação financeira disponível).

Nas demonstrações financeiras consolidadas de 2008, os contributos destas sociedades estão identificados como Actividades Descontinuadas, na sequência dos seguintes factos relevantes, comunicados pela Sonae Capital, SGPS, SA em momento oportuno:

- Maio de 2008: anúncio da negociação para a cessação do acordo, celebrado em Junho de 2007, para a venda faseada da Elmo, SGPS, SA e a consequente retoma do controlo desta sociedade e suas filiais;

- Novembro de 2008: início do processo de recuperação judicial da Plysorol SAS, decidido pelo Tribunal Comercial de Lisieux, e a nomeação de dois administradores judiciais com a responsabilidade de acompanhar a equipa de gestão com o objectivo de alienar os activos da Plysorol, no todo ou em parte, numa perspectiva de continuidade das operações.

As demonstrações financeiras consolidadas da Sonae Capital, SGPS, SA também incluem uma perda de 9,3 milhões de euros (registada em Resultados relativos a Investimentos - Nota 42) que reflecte a melhor estimativa do impacto da desconsolidação daqueles negócios. A desconsolidação apenas ocorrerá quando a Sonae Capital perder em definitivo o controlo sobre a Plysorol SAS e suas filiais e quando proceder à liquidação da Elmo, SGPS, SA (única accionista da Plysorol SAS).

As principais alterações ocorridas no período de doze meses findo em 31 de Dezembro de 2008 foram as seguintes:

Entradas no perímetro de consolidação

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido	
		31.Dezembro.2008	
		Directo	Total
Turismo			
Troia Market, SA	Grândola	100,00%	100,00%
Troia Natura, SA	Grândola	100,00%	100,00%
Spred			
Edifícios Saudáveis Consultores - Ambiente e Energia em Edifícios, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
1) Elmo SGPS, SA	Maia	60,00%	60,00%
Integrum-Edifícios Sustentáveis, SA	Maia	100,00%	100,00%
1) Leroy Gabon, SA	Libreville (Gabão)	99,99%	59,99%
1) Placage d'Okoumé du Gabon, SA	Libreville (Gabão)	99,88%	59,93%
1) Plysorol, SAS	Niort (França)	100,00%	60,00%
1) A entrada da Elmo SGPS, SA e suas filiais decorre da retoma do controlo dessas sociedades que foi anunciada em 5 de Maio de 2008 e foi referida a 30 de Junho de 2008 em virtude de não estar disponível informação financeira em data mais próxima da data do anúncio. Por esse motivo a Demonstração consolidada de Resultados e a Demonstração consolidada dos Fluxos de Caixa foram afectadas pela entrada da ELMO e suas filiais, apenas no período decorrente entre Junho e Setembro de 2008 para a Plysorol e filiais e Junho a Dezembro de 2008 para a Elmo.			

O impacto destas empresas, nas correspondentes datas de entrada, nos activos líquidos, foi o seguinte:

	Grupo Plysorol	Outras	Total Entradas
Activos líquidos			
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	29.848.791	151.543	30.000.334
Outros activos	55.880.276	227.743	56.108.019
Caixa e equivalentes a caixa	1.949.364	158.221	2.107.585
Empréstimos	(13.951.858)	-	(13.951.858)
Outros passivos	(89.525.340)	(193.408)	(89.718.748)
	<u>(15.798.767)</u>	<u>344.099</u>	<u>(15.454.668)</u>

O impacto destas empresas, nas correspondentes datas de entrada, na demonstração de resultados foi o seguinte (conforme referido acima o Grupo Plysorol não afectou à entrada a demonstração de resultados):

	Data da entrada
Proveitos Operacionais	357.625
Custos Operacionais	410.806
Resultado Financeiro	(692)
Resultado antes impostos	325.031
Imposto sobre o rendimento	93.348
Resultado líquido	<u>231.683</u>

Saídas no perímetro de consolidação

As alienações ocorridas no período de doze meses findo em 31 de Dezembro de 2008 foram as seguintes:

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido na data da alienação	
		Directo	Total
Spred			
Contacto - Sociedade de Construções, SA	Porto	100,00%	100,00%
Águas Furtadas - Imobiliária, SA	Matosinhos	100,00%	87,74%
Azulino Imobiliária, SA	Matosinhos	100,00%	87,74%

Os activos líquidos das filiais alienadas nas datas da alienação são os seguintes:

	CONTACTO	ÁGUAS FURTADAS	AZULINO	TOTAL
	31.Dezembro.2007	30.Junho.2008	31.Dezembro.2008	ALIENAÇÕES
Activos líquidos alienados				
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	283.817	-	-	283.817
Outros activos	102.717.889	1.412.049	3.857.038	107.986.976
Caixa e equivalentes a caixa	378.941	149	10.552	389.642
Empréstimos	-	-	-	-
Outros passivos	(69.521.129)	(1.439.345)	(57.036)	(71.017.510)
	33.859.518	(27.147)	3.810.554	37.642.925
Diferenças de consolidação positivas (Nota 12)	1.278.898	-	-	1.278.898
	35.138.416	(27.147)	3.810.554	38.921.823
Ganho/(Perda) na alienação	46.361.584	103.763	880.728	47.346.075
Preço da alienação	81.500.000	76.616	4.691.282	86.267.898
Recebimentos efectivados	81.500.000	76.616	4.691.282	86.267.898
Montantes a receber no futuro	-	-	-	-
	81.500.000	76.616	4.691.282	86.267.898
Fluxo de caixa líquido decorrente da alienação				
Recebimentos efectivados	81.500.000	76.616	4.691.282	86.267.898
Caixa e equivalentes de caixa alienados	(378.941)	(149)	(10.552)	(389.642)
	81.121.059	76.467	4.680.730	85.878.256

9. CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros das actividades continuadas, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.12, foram classificados como segue:

Activos financeiros

	Nota	Empréstimos e contas a receber	Disponíveis para venda	Investimentos detidos até ao vencimento	Sub-total	Activos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
A 31 de Dezembro de 2008							
Activos não correntes							
Outros investimentos	13	-	29.346.460	-	29.346.460	-	29.346.460
Outros activos não correntes	14	23.488.146	-	-	23.488.146	-	23.488.146
		23.488.146	29.346.460	-	52.834.606	-	52.834.606
Activos correntes							
Clientes	16	43.111.902	-	-	43.111.902	-	43.111.902
Outras dívidas de terceiros	17	15.634.558	-	-	15.634.558	-	15.634.558
Investimentos detidos para negociação	13	-	499	-	499	-	499
Caixa e equivalentes de caixa	21	17.932.940	-	-	17.932.940	-	17.932.940
		76.679.400	499	-	76.679.899	-	76.679.899
		100.167.546	29.346.959	-	129.514.505	-	129.514.505

A 31 de Dezembro de 2007**Activos não correntes**

Outros investimentos	13	-	77.186.273	-	77.186.273	-	77.186.273
Outros activos não correntes	14	24.311.811	-	-	24.311.811	-	24.311.811
		<u>24.311.811</u>	<u>77.186.273</u>	<u>-</u>	<u>101.498.084</u>	<u>-</u>	<u>101.498.084</u>

Activos correntes

Clientes	16	35.322.604	-	-	35.322.604	-	35.322.604
Outras dívidas de terceiros	17	24.998.713	-	-	24.998.713	-	24.998.713
Outros activos correntes	19	-	499	-	499	-	499
Investimentos detidos para negociação	13	135.206	-	6.722.874	6.858.080	-	6.858.080
Caixa e equivalentes de caixa	21	43.956.550	-	-	43.956.550	-	43.956.550
		<u>104.413.073</u>	<u>499</u>	<u>6.722.874</u>	<u>111.136.446</u>	<u>-</u>	<u>111.136.446</u>
		<u>128.724.884</u>	<u>77.186.772</u>	<u>6.722.874</u>	<u>212.634.530</u>	<u>-</u>	<u>212.634.530</u>

Passivos financeiros

Nota	Passivos financeiros registados pelo custo amortizado	Passivos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
------	---	---	-------

A 31 de Dezembro de 2008**Passivos não correntes**

Empréstimos bancários	24	33.934.516	-	33.934.516
Empréstimos obrigacionistas	24	99.080.105	-	99.080.105
Outros empréstimos	24	17.217.728	-	17.217.728
Outros passivos não correntes	27	25.062.343	116.537	25.178.880
		<u>175.294.692</u>	<u>116.537</u>	<u>175.411.229</u>

Passivos correntes

Empréstimos bancários	21 e 24	126.713.960	-	126.713.960
Empréstimos obrigacionistas	24	-	-	-
Outros empréstimos	24	2.397.469	-	2.397.469
Fornecedores	29	40.686.908	-	40.686.908
Outras dívidas a terceiros	30	22.919.592	37.301.774	60.221.366
		<u>192.717.929</u>	<u>37.301.774</u>	<u>230.019.703</u>

		<u>368.012.621</u>	<u>37.418.311</u>	<u>405.430.932</u>
--	--	--------------------	-------------------	--------------------

A 31 de Dezembro de 2007**Passivos não correntes**

Empréstimos bancários	24	122.710.414	-	122.710.414
Empréstimos obrigacionistas	24	49.766.600	-	49.766.600
Outros empréstimos	24	18.977.172	-	18.977.172
Outros passivos não correntes	27	33.636.840	824.495	34.461.335
		<u>225.091.026</u>	<u>824.495</u>	<u>225.915.521</u>

Passivos correntes

Empréstimos bancários	24	7.714.042	-	7.714.042
Empréstimos obrigacionistas	24	15.000.000	-	15.000.000
Outros empréstimos	24	2.036.961	-	2.036.961
Fornecedores	29	30.876.038	-	30.876.038
Outras dívidas a terceiros	30	88.410.995	22.419.849	110.830.844
Outros passivos correntes	31	16.011.718	-	16.011.718
		<u>160.049.754</u>	<u>22.419.849</u>	<u>182.469.603</u>
		<u>385.140.780</u>	<u>23.244.344</u>	<u>408.385.124</u>

10. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, o movimento ocorrido no valor das Imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizado em curso	Total imobilizado corpóreo
Activo bruto:							
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2007	237.568.514	50.025.298	1.868.762	8.020.773	4.289.312	50.615.313	352.387.972
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	-
Investimento	11.181.184	444.273	106.415	181.346	49.426	92.447.078	104.409.722
Desinvestimento	(5.822.521)	(17.656.970)	(182.301)	(311.549)	(56.752)	(398.344)	(24.428.437)
Variações cambiais	24.333	776	-	2.188	3.183	-	30.480
Transferências	118.646	30.514.988	-	798.266	73.558	(64.044.176)	(32.538.718)
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2008	243.070.156	63.328.365	1.792.876	8.691.024	4.358.727	78.619.871	399.861.019
Variações do perímetro (entradas)	25.639.505	44.169.128	4.604.870	2.776.460	7.454.547	662.438	85.306.948
Variações do perímetro (saídas)	(546.763)	(3.863.705)	(51.204)	(1.457.386)	(468.783)	(333.387)	(6.721.228)
Investimento	28.643.889	358.614	175.938	142.872	32.873	89.690.250	119.044.436
Desinvestimento	(3.275.033)	(5.102.134)	(175.789)	(712.631)	(140.211)	(1.428.697)	(10.834.495)
Variações cambiais	(63.356)	(2.815)	-	(6.075)	(10.176)	-	(82.422)
Transferências	(3.050.317)	31.462.202	13.991	54.220	(2.888.830)	(65.501.746)	(39.910.480)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2008	290.418.081	130.349.655	6.360.682	9.488.484	8.338.147	101.708.729	546.663.778
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas							
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2007	32.501.594	23.987.948	1.227.081	6.027.427	2.785.393	7.438	66.536.881
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações e perdas de imparid. do período	3.184.604	3.017.031	213.767	653.173	320.661	-	7.389.236
Desinvestimento	(976.736)	(1.192.110)	(117.733)	(249.567)	(37.629)	(7.438)	(2.581.213)
Variações cambiais	-	-	-	-	6.287	-	6.287
Transferências	(371.717)	(102.959)	(4.256)	(21.621)	(19.525)	-	(520.078)
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2008	34.337.745	25.709.910	1.318.859	6.409.412	3.055.187	-	70.831.113
Variações do perímetro (entradas)	16.054.207	28.698.269	4.400.715	1.643.611	5.465.999	-	56.262.801
Variações do perímetro (saídas)	(109.841)	(3.825.311)	(39.742)	(1.257.575)	(454.546)	-	(5.687.015)
Depreciações e perdas de imparid. do período	9.976.997	6.091.153	383.767	3.543.761	(3.154.729)	-	16.840.949
Desinvestimento	(807.107)	(4.003.197)	(168.945)	(611.849)	(123.990)	-	(5.715.088)
Variações cambiais	(10.200)	(1.244)	-	(4.463)	(7.267)	-	(23.174)
Transferências	113.384	1.791.862	(151.431)	(2.927.929)	1.637.273	-	463.159
Saldo final a 31 de Dezembro de 2007	59.555.185	54.461.442	5.743.223	6.794.968	6.417.927	-	132.972.745
Valor líquido							
A 31 de Dezembro de 2007	208.732.411	37.618.455	474.017	2.281.612	1.303.540	78.619.871	329.029.906
A 31 de Dezembro de 2008	230.862.896	75.888.213	617.459	2.693.516	1.920.220	101.708.729	413.691.033

As transferências em imobilizado em curso incluem transferências para existências de montantes imputados aos projectos imobiliários em comercialização em Tróia.

O custo de aquisição das "Imobilizações corpóreas" detidas pelo Grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, ascendia a 23.281.476 euros e a 23.206.431 euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 21.791.402 euros e de 22.827.661 euros, respectivamente (Nota 25).

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Imobilizado em Curso" referem-se aos seguintes projectos:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Tróia	30.599.577	35.958.162
Remodelação do Aparthotel Aqualuz	3.852.380	7.938.315
Construção dos ferries	11.699.558	22.533.373
Marina de Tróia	-	6.807.999
Remodelação do Pólo da Boavista	2.633.744	2.715.381
Remodelação e requalificação de Hotéis em Tróia	23.136.340	-
Construções em curso na Maia (Parque de Negócios)	26.398.201	-
Outros	3.388.929	2.666.641
	<u>101.708.729</u>	<u>78.619.871</u>

A rubrica "Depreciações e perdas de imparidade do período" inclui 6.193.176 euros (48.334 euros em 31 de Dezembro de 2007) relativos a perdas de imparidade em imobilizações corpóreas.

11. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, o movimento ocorrido no valor das Imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Activo bruto:	Propriedade		Outras		Total
	industrial	Software	imobilizações incorpóreas	Imobilizado em curso	
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2007	654.033	2.353.747	36.583	110.346	3.154.709
Investimento	34.198	27.034	-	83.779	145.011
Desinvestimento	-	(2.608)	-	-	(2.608)
Variações cambiais	-	-	-	-	-
Transferências	2.931	81.124	-	(136.784)	(52.729)
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2008	691.162	2.459.297	36.583	57.341	3.244.383
Variações do perímetro (entradas)	7.071.048	11.970	-	-	7.083.018
Variações do perímetro (saídas)	(8.757)	-	-	-	(8.757)
Investimento	272.590	24.452	680	247.538	545.260
Desinvestimento	(24.362)	(203.845)	-	(2.185)	(230.392)
Variações cambiais	-	(3.263)	-	-	(3.263)
Transferências	(4.598.746)	93.445	-	(218.967)	(4.724.268)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2008	3.402.935	2.382.056	37.263	83.727	5.905.981
Amortizações e perdas por impar. acumuladas					
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2007	329.468	1.806.262	34.705	-	2.170.435
Amortizações do período	57.157	200.776	1.289	-	259.222
Desinvestimento	-	(2.173)	-	-	(2.173)
Variações cambiais	-	-	-	-	-
Transferências	24	4.193	588	-	4.805
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2008	386.649	2.009.058	36.582	-	2.432.289
Variações do perímetro (entradas)	6.135.009	2.992	-	-	6.138.001
Variações do perímetro (saídas)	-	-	-	-	-
Amortizações do período	89.640	179.063	227	-	268.930
Desinvestimento	(24.362)	(197.116)	-	-	(221.478)
Variações cambiais	-	(1.744)	-	-	(1.744)
Transferências	(4.112.469)	(88.214)	1	-	(4.200.682)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2008	2.474.467	1.904.039	36.810	-	4.415.316
Valor líquido					
A 31 de Dezembro de 2007	304.513	450.239	1	57.341	812.094
A 31 de Dezembro de 2008	928.468	478.017	453	83.727	1.490.665

12. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, o movimento ocorrido nas diferenças de consolidação, bem como nas respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Valor Bruto:		
Saldo inicial	65.098.050	50.335.026
Aquisição adicional de partes de capital em filiais	-	14.763.024
Aumentos por aquisições de filiais	39.869	-
Diminuições por alienações de filiais (Nota 8)	(1.278.898)	-
Diminuições por decréscimos de percentagem	(790.804)	-
Saldo final	63.068.217	65.098.050
Perdas por imparidade acumuladas:		
Saldo inicial	1.301.596	1.301.596
Aumentos (Nota 30)	-	-
Diminuições	-	-
Saldo final	1.301.596	1.301.596
Valor líquido	61.766.621	63.796.454

O valor do aumento no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 corresponde fundamentalmente á aquisição da filial DMJB, SGPS, SA

Uma parte significativa das diferenças de consolidação está relacionada com projectos imobiliários, os quais foram alvo de avaliação por uma entidade externa independente não se tendo identificado problemas de imparidade.

13. OUTROS INVESTIMENTOS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, o movimento ocorrido no valor dos investimentos, foi o seguinte:

	31.Dezembro.2008		31.Dezembro.2007	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
<u>Investimentos em filiais, empresas controladas conjuntamente ou empresas associadas excluídas</u>				
Saldo em 1 de Janeiro	9.631.930	-	10.750.640	-
Aquisições durante o período	30.000	-	1.137.119	-
Alienações durante o período	(1.444.878)	-	(2.257.119)	-
Transferências	-	-	1.290	-
Saldo em 31 de Dezembro	8.217.052	-	9.631.930	-
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 32)	(7.814.035)	-	(7.707.938)	-
	403.017	-	1.923.992	-
<u>Investimentos disponíveis para venda</u>				
Justo valor em 1 de Janeiro	96.274.392	499	86.140.706	499
Aquisições durante o período	3.697.828	-	11.788.577	-
Alienações durante o período	(37.000)	-	(14.071.777)	-
Aumento/(diminuição) no justo valor	(50.016.547)	-	(8.094.073)	-
Transferências	(20.549.379)	-	20.510.959	-
Justo valor em 31 de Dezembro	29.369.294	499	96.274.392	499
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 32)	(424.327)	-	(21.012.111)	-
Justo valor (líquido de perdas por imparidade) em 31 de Dezembro	28.944.967	499	75.262.281	499
Outros investimentos (Nota 7)	29.347.984	499	77.186.273	499

Os investimentos financeiros em filiais, em empresas conjuntamente controladas e empresas associadas excluídas da consolidação estão registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade. É entendimento do Grupo que estimar um justo valor para estes investimentos não é razoável dada a inexistência de dados de mercado observáveis para estes investimentos. A rubrica de investimentos disponíveis para venda inclui 11.788.637 euros a 31 de Dezembro de 2008 e a 31 de Dezembro de 2007, de investimentos registados ao custo deduzido de perdas por imparidade pelo motivo acima indicado.

14. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos Outros activos não correntes em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, é o seguinte:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Empréstimos concedidos a empresas relacionadas		
Norscut - Concessionária de Scut Interior Norte, SA	22.126.938	14.069.052
Andar - Sociedade Imobiliária, SA	-	3.338.173
Outros	628.104	289.989
	22.755.042	17.697.214
Perdas por imparidade (Nota 32)	(270.489)	(270.489)
	22.484.553	17.426.725
Clientes e outros devedores		
Activos relativos a alienação de invest. financeiros	-	5.510.000
Outros	1.057.092	1.895.437
	1.057.092	7.405.437
Perdas por imparidade (Nota 32)	(53.499)	(520.351)
	1.003.593	6.885.086
Total de instrumentos financeiros (Nota 9)	23.488.146	24.311.811
Actividades Continuadas	23.488.146	24.311.811
Actividades Descontinuadas	343.901	6.821
Total Acumulado	23.832.047	24.318.632

Os valores incluídos em Outros activos não correntes vencem na sua generalidade juros a taxas de mercado e estima-se que o seu justo valor não difira significativamente do respectivo valor do balanço.

A 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, a antiguidade dos saldos de Outros activos não correntes pode ser analisada como segue:

	Clientes e outros devedores	
	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Não vencido	33.693	4.882.926
Vencido mas sem registo de imparidade		
< 6 meses	-	-
6 - 12 meses	161.722	-
> 1 ano	808.178	1.669.012
	969.900	1.669.012
Vencido com registo de imparidade		
< 6 meses	-	-
6 - 12 meses	-	-
> 1 ano	53.499	853.499
	53.499	853.499
	1.057.092	7.405.437

Os Empréstimos concedidos a empresas relacionadas têm carácter de suprimentos sem prazo definido, não se encontrando conseqüentemente vencidos.

15. EXISTÊNCIAS

O detalhe das Existências em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, é o seguinte:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3.289.226	3.995.719
Mercadorias	45.055.925	48.658.484
Sub-produtos, desperdícios, resíduos e refugos	-	120
Produtos acabados e intermédios	91.066.633	585.511
Produtos e trabalhos em curso	91.964.062	95.732.710
Adiantamentos por conta de compras	193.459	576.543
	231.569.305	149.549.087
Perdas por imparidade acumuladas em existências (Nota 32)	(8.849.994)	(7.474.353)
Actividades Continuadas	222.719.311	142.074.734
Actividades Descontinuadas	18.663.103	1.414.928
Total Acumulado	241.382.414	143.489.662

Em mercadorias estão incluídos imóveis no valor de 42.800.464 euros em 31 de Dezembro de 2008 (43.878.180 euros em 31 de Dezembro de 2007).

Em produtos e trabalhos em curso estão incluídos empreendimentos imobiliários no valor de 83.053.572 euros em 31 de Dezembro de 2008 (86.039.445 euros em 31 de Dezembro de 2007).

O custo das vendas nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 ascendeu a 66.745.851 e a 50.994.100 euros, respectivamente, e foi apurado como segue:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Existências iniciais	52.654.203	41.225.376
Efeito da conversão cambial	(21.864)	14.638
Variações de perimetro	(5.154.950)	-
Compras	57.891.517	51.275.168
Regularizações de existências	(1.974.696)	9.557.213
Existências finais	48.345.151	52.654.203
	55.049.059	49.418.192
Perdas por imparidade (Nota 32)	2.040.188	1.683.477
Reversão de perdas por imparidade	(1.494.253)	(97.415)
Actividades Continuadas	55.594.994	51.004.254
Actividades Descontinuadas	11.150.857	(10.154)
Total Acumulado	66.745.851	50.994.100

16. CLIENTES

O detalhe dos Clientes em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, é o seguinte:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Clientes correntes		
Turismo	3.471.057	4.112.328
Spred	38.921.105	29.647.904
Holding	605.554	906.240
	42.997.715	34.666.472
Clientes, conta letras	620.350	1.160.740
Clientes de cobrança duvidosa	5.203.438	6.149.143
	48.821.503	41.976.355
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 32)	(5.709.601)	(6.653.751)
Actividades Continuadas	43.111.902	35.322.604
Clientes	17.710.539	14.064.252
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 32)	(5.989)	(640.421)
Actividades Descontinuadas	17.704.550	13.423.831
Total Acumulado	60.816.452	48.746.435

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua actividade normal. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica. O Grupo entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

A 31 de Dezembro 2008 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento dos valores incluídos em clientes não vencidos e em clientes vencidos para os quais não existe imparidade registada.

A 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

31.Dezembro.2008	Clientes			
	Spred	Turismo	Holding	Total
Não vencido	22.494.422	1.215.948	305.910	24.016.280
Vencido mas sem registo de imparidade				
0 - 30 dias	10.531.261	813.779	92.651	11.437.691
30 - 90 dias	4.245.838	325.184	9.147	4.580.169
+ 90 dias	2.225.633	412.271	197.846	2.835.750
Total	17.002.732	1.551.234	299.644	18.853.610
Vencido com registo de imparidade				
0 - 90 dias	458.273	-	-	458.273
90 - 180 dias	550.209	61.662	-	611.871
180 - 360 dias	26.306	113.574	-	139.880
+ 360 dias	942.218	2.496.492	1.302.879	4.741.589
Total	1.977.006	2.671.728	1.302.879	5.951.613
Actividades Continuadas antes de imparidades	41.474.160	5.438.910	1.908.433	48.821.503
31.Dezembro.2007	Clientes			
	Spred	Turismo	Holding	Total
Não vencido	20.560.590	1.822.772	-	22.383.362
Vencido mas sem registo de imparidade				
0 - 30 dias	6.324.929	167.468	-	6.492.397
30 - 90 dias	1.847.697	602.723	-	2.450.420
+ 90 dias	2.025.379	821.235	-	2.846.614
Total	10.198.005	1.591.426	-	11.789.431
Vencido com registo de imparidade				
0 - 90 dias	531.501	3.734	731.912	1.267.147
90 - 180 dias	-	5.703	84.756	90.459
180 - 360 dias	316.298	161.085	89.573	566.956
+ 360 dias	696.218	3.779.903	1.402.879	5.879.000
Total	1.544.017	3.950.425	2.309.120	7.803.562
Actividades Continuadas antes de imparidades	32.302.612	7.364.623	2.309.120	41.976.355

Na determinação da recuperabilidade dos valores a receber de clientes o Grupo analisa todas as alterações de qualidade de crédito das contrapartes desde a data da concessão do crédito até à data de reporte das demonstrações financeiras consolidadas. O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes. Consideramos assim que o risco de crédito não excede as perdas por imparidade registadas para clientes de cobrança duvidosa.

Adicionalmente o Grupo considera que a exposição máxima ao risco de crédito é o total de clientes evidenciado no balanço consolidado.

17. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

O detalhe das Outras dívidas de terceiros em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, é o seguinte:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Empréstimos concedidos e outros valores a receber de empresas relacionadas		
Sit B3	2.559.886	2.485.702
Outros	66.721	6.090
	<u>2.626.607</u>	<u>2.491.792</u>
Outros Devedores		
Fornecedores c/c - saldos devedores	1.343.494	1.258.295
Alienação de imobilizado	28.257	15.348
Alienação de investimentos financeiros	27.256.338	35.056.077
Outros	13.662.675	9.778.625
	<u>42.290.764</u>	<u>46.108.345</u>
Outras Dívidas de Terceiros	44.917.371	48.600.137
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 32)	(29.282.813)	(23.601.424)
Total de instrumentos financeiros (Nota 9)	<u>15.634.558</u>	<u>24.998.713</u>
Actividades Continuadas	<u>15.634.558</u>	<u>24.998.713</u>
Outras Dívidas de Terceiros	5.286.999	(1.111.412)
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 32)	(103.508)	(33.557)
Actividades Descontinuadas	<u>5.183.491</u>	<u>(1.144.969)</u>
Total Acumulado	<u>20.818.049</u>	<u>23.853.744</u>

Na rubrica de "Alienação de investimentos financeiros" em 31 de Dezembro de 2008 o valor mais significativo corresponde à dívida da alienação da Elmo, S.G.P.S. em 2007 (19.794.479 euros), objecto de registo de perda por imparidade (nota 32).

Os empréstimos concedidos a empresas relacionadas vencem juros a taxas de mercado e não têm uma maturidade definida, não ultrapassando contudo os doze meses.

A 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, a antiguidade dos saldos de Outros devedores pode ser analisada como segue:

	Outros devedores	
	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Não vencido	9.976.516	34.094.834
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	558.147	932.589
30 - 90 dias	199.949	566.417
+ 90 dias	2.238.415	5.215.623
Total	<u>2.996.511</u>	<u>6.714.629</u>
Vencido com registo de imparidade		
0 - 90 dias	6.047	1.484.915
90 - 180 dias	2.659	-
180 - 360 dias	84.136	108.948
+ 360 dias	29.224.895	3.705.019
Total	<u>29.317.737</u>	<u>5.298.882</u>
Actividades Continuadas antes de imparidades	<u>42.290.764</u>	<u>46.108.345</u>

A 31 de Dezembro 2008, não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em outros devedores não vencidos e vencidos para os quais não existe imparidade registada.

Os valores incluídos em Outras Dívidas de Terceiros aproximam-se do seu justo valor.

18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica Estado e outros entes publicos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, é o seguinte:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Valores devedores		
Imposto sobre o rendimento	6.415.647	5.671.599
Imposto sobre o valor acrescentado	6.696.567	8.371.960
Outros Impostos	2.439.214	2.565.024
Actividades Continuadas	15.551.428	16.608.583
Actividades Descontinuadas	1.281.829	2.835.940
Total Acumulado	16.833.257	19.444.523
Valores credores		
Imposto sobre o rendimento	6.069.803	5.381.029
Imposto sobre o valor acrescentado	3.395.423	4.152.904
Retenção na fonte - IRS trabalho dependente	439.664	336.602
Contribuições para a Segurança Social	998.722	863.037
Outros Impostos	378.111	1.305.710
Actividades Continuadas	11.281.723	12.039.282
Actividades Descontinuadas	1.328.503	1.360.493
Total Acumulado	12.610.226	13.399.775

19. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O detalhe dos Outros activos correntes em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, é o seguinte:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Juros a receber	37.952	135.206
Custos diferidos - fornecimentos e serviços externos	4.626.563	3.525.816
Custos diferidos - rendas	222.003	230.516
Outros activos correntes	926.790	2.966.542
Actividades Continuadas	5.813.308	6.858.080
Actividades Descontinuadas	2.522.313	2.021.564
Total Acumulado	8.335.621	8.879.644

20. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos Activos e Passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2008 e em 31 de Dezembro de 2007, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Homogeneização de amortizações	1.356.090	-	863.368	49
Anulação de imobilizações corpóreas e incorpóreas	1.370.641	2.174.715	-	1.510.830
Reavaliações de imobilizado corpóreo reintegrável	-	-	780.104	795.849
Prejuízos fiscais reportáveis	12.101.380	11.589.253	-	-
Outros	929.804	353.772	1.520.698	354
Actividades Continuadas	15.757.915	14.117.740	3.164.170	2.307.082
Actividades Descontinuadas	-	203.180	-	5.219.288
Total Acumulado	15.757.915	14.320.920	3.164.170	7.526.370

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 foi como segue:

	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Saldo inicial	14.320.920	4.742.146	7.526.370	4.923.518
Efeito em resultados (nota 43):				
Homogeneização de amortizações	(16.625)	-	85.405	33
Provisões e perdas por imparid. de activos não aceites fiscalmente	-	(116.517)	-	941.300
Anulação de imobilizações corpóreas e incorpóreas	39.546	1.303.283	-	-
Anulação de acréscimos e diferimentos	575.607	353.771	-	-
Reavaliações de imobilizado corpóreo reintegrável	-	-	(12.828)	(54.772)
Prejuízos fiscais reportáveis	469.119	8.038.237	-	-
Efeito de alteração de taxa de imposto	-	-	-	-
Outros	427	-	(52.885)	1.510.830
	1.068.074	9.578.774	19.692	2.397.391
Efeito em reservas:				
Varição de taxa de imposto	-	-	-	-
Outros	572.101	-	837.396	205.461
	572.101	-	837.396	205.461
Varição de perímetro	(203.180)	-	(5.219.288)	-
Saldo final	15.757.915	14.320.920	3.164.170	7.526.370

De acordo com as declarações fiscais e estimativas de imposto sobre o rendimento das empresas (incluídas nas actividades continuadas) que registam impostos diferidos activos por prejuízos fiscais, em 31 de Dezembro de 2008 e em 31 de Dezembro de 2007, utilizando para o efeito as taxas de câmbio naquela data, os mesmos eram reportáveis como segue:

	31.Dezembro.2008			31.Dezembro.2007		
	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2002	-	-	2008	1.209.557	302.389	2008
Gerados em 2003	1.698.457	424.614	2009	9.126.348	2.281.587	2009
Gerados em 2004	3.379.654	844.914	2010	6.627.219	1.656.805	2010
Gerados em 2005	5.012.344	1.253.086	2011	7.025.798	1.756.449	2011
Gerados em 2006	11.671.794	2.917.948	2012	11.702.529	2.925.632	2012
Gerados em 2007	7.454.598	1.863.649	2013	8.743.671	2.185.919	2013
Gerados em 2008	17.206.043	4.316.695	2014	-	-	-
	46.422.890	11.620.906		44.435.122	11.108.780	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima	1.453.780	480.474		1.453.780	480.473	
	1.453.780	480.474		1.453.780	480.473	
	47.876.670	12.101.380		45.888.902	11.589.253	

Em 31 de Dezembro de 2008 e em 31 de Dezembro de 2007 foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer resultantes de prejuízos fiscais. Os activos por impostos diferidos foram registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro e que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças temporárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e actualizados, e nas oportunidades de planeamento fiscal disponíveis e identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2008 existem prejuízos fiscais reportáveis (nas actividades continuadas) no montante de 115.561.909 euros (115.337.098 euros em 31 de Dezembro de 2007), cujos activos por impostos diferidos, numa óptica de prudência, não se encontram registados.

	31.Dezembro.2008			31.Dezembro.2007		
	Prejuízo fiscal	Crédito por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito por impostos diferidos	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2002	-	-	2008	36.487.545	9.121.887	2008
Gerados em 2003	10.708.823	2.677.206	2009	13.379.146	3.344.787	2009
Gerados em 2004	4.833.350	1.208.338	2010	5.065.719	1.266.430	2010
Gerados em 2005	8.106.023	2.026.505	2011	7.726.020	1.931.505	2011
Gerados em 2006	13.526.865	3.381.682	2012	13.437.053	3.359.264	2012
Gerados em 2007	21.860.604	5.465.150	2013	22.867.073	5.716.767	2013
Gerados em 2008	39.345.143	9.836.287	2014	-	-	2014
	98.380.808	24.595.168		98.962.556	24.740.640	
Sem limite de data de utilização	4.660.539	1.553.472		4.849.357	1.616.291	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima	12.520.562	3.575.667		11.525.185	3.403.077	
	17.181.101	5.129.139		16.374.542	5.019.368	
	115.561.909	29.724.307		115.337.098	29.760.008	

21. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Numerário	164.398	183.580
Depósitos bancários	17.318.099	43.040.144
Aplicações de tesouraria	450.443	1.110.117
Caixa e equivalentes de caixa no balanço- Actividades Continuadas	17.932.940	44.333.841
Descobertos bancários - Continuadas	(315.693)	(2.950.698)
Variação de Caixa e Caixa e equivalentes - Actividades Descontinuadas	(656.683)	
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	16.960.564	41.383.143
Caixa e equivalentes de caixa no balanço- Actividades Continuadas	17.932.940	
Caixa e equivalentes de caixa no balanço- Actividades Descontinuadas	1.383.546	
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	19.316.486	
Descobertos bancários - Continuadas	(315.693)	
Descobertos bancários - Variações do perímetro (Grupo Plysorol)	(12.151.075)	
Descobertos bancários (Nota 24)	(12.466.768)	

Como resultado da entrada da Elmo e suas filiais em Junho de 2008 e a perda temporária do controlo das filiais da Elmo após Novembro de 2008; as demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa de 2008 apenas consideram os seis meses da Elmo e os três meses das suas filiais. Assim os 16.960.564 euros de Caixa e equivalentes na demonstração de fluxos de caixa incluem os valores da Elmo e suas filiais após Junho.

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de Empréstimos bancários.

22. CAPITAL SOCIAL

A Sonae Capital, SGPS, SA tem o capital social representado por 250.000.000 de acções ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada uma.

Em consequência do projecto de cisão, foi criada uma Reserva de Cisão no valor de 132.638.253 euros a qual é equiparável a Reserva Legal pelo que, de acordo com o Código das Sociedades Comerciais, não pode ser objecto de distribuição aos accionistas a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos acumulados, depois de esgotadas as outras reservas, ou pode ser incorporada em capital.

23. INTERESSES MINORITÁRIOS

Os movimentos desta rubrica durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 foram os seguintes:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Saldo inicial em 1 de Janeiro	36.758.832	18.876.352
Constituição de filiais	-	-
Variação de percentagem por aquisição / aumentos capital	13.116.954	17.108.025
Variação de percentagem por alienação de acções	4.375.485	-
Variação resultante da conversão cambial	(94.458)	(22.328)
Outras variações	58.048	(57.033)
Resultado do período atribuível aos interesses minoritários	3.724.330	853.816
Saldo final em 31 de Dezembro	-	-
Actividades Continuadas	57.939.191	36.758.832
Actividades Descontinuadas	(8.619.778)	-
Total Acumulado	49.319.413	36.758.832

24. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 os Empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31.Dezembro.2008			31.Dezembro.2007			Vencimento
	Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado		
		Corrente	Não Corrente		Corrente	Não Corrente	
Empréstimos bancários							
a) Sonae Capital SGPS - papel comercial	30.000.000	-	30.000.000	-	-	-	Mar/2013
b) Sonae Capital SGPS - papel comercial	60.000.000	21.850.000	-	-	-	-	Mar/2013
c) d) Sonae Turismo - papel comercial	110.000.000	-	-	110.000.000	-	109.999.989	Ago/2009
e) f) SC, SGPS - papel Comercial	110.000.000	102.599.990	-	-	-	-	Ago/2009
g) Praedium SGPS - papel comercial	-	-	-	7.500.000	1.250.000	-	Ago/2008
h) Imoferro	-	-	-	6.983.171	122.295	6.529.175	Mai/2027
Invesaúde	1.000.000	500.000	500.000	2.000.000	250.000	1.250.000	Ago/2010
d) SC-Insurance and Risk Services-pap comercial	-	-	-	1.977.175	1.977.175	-	Fev/2008
Selfrio Engenharia	4.900.000	1.400.000	3.500.000	3.850.000	1.068.750	2.781.250	Mai/2012
Custos de montagem de financiamentos	-	-	(65.484)	-	-	-	
Outros	-	48.277	1.578.783	-	93.474	2.150.000	
		126.398.267	35.513.299		4.761.694	122.710.414	
Descobertos bancários (Nota 21)		12.466.768	-		2.952.348	-	
Empréstimos bancários		138.865.035	35.513.299		7.714.042	122.710.414	
Empréstimos por Obrigações							
Obrigações Sonae Capital 2007/2012		-	20.000.000		-	20.000.000	Dez/2012
Obrigações Sonae Capital 2007/2012		-	30.000.000		-	30.000.000	Dez/2012
d) Obrigações SC-Insurance		-	-		15.000.000	-	
Obrigações SC, SGPS, S.A. 2008/2018		-	50.000.000		-	-	Mar/2018
Custos de montagem de financiamentos		-	(919.895)		-	(234.000)	
Empréstimos por Obrigações		-	99.080.105		15.000.000	49.766.000	
Outros empréstimos		133.696	403.176		176.635	250.577	
Instrumentos Derivados (Nota 26)		306.449	-		-	-	
Credores por locações financeiras		1.957.324	16.814.552		1.860.326	18.726.595	
		141.262.504	151.811.132		24.751.003	191.453.586	

- Programa de emissões de títulos de papel comercial com garantia de subscrição, iniciado em 14 de Março de 2008 e válido por um período de 5 anos.
- Programa de emissões de títulos de papel comercial de curto prazo lançado em 28 de Março de 2008 e válido por um período de 10 anos.
- Em regime de co-solidariedade com a SC, SGPS, SA.
- Estes financiamentos foram inteiramente reembolsados em Janeiro e Fevereiro de 2008.
- Em regime de co-solidariedade com a Sonae Turismo, SGPS, SA.
- Programa de emissões de títulos de papel comercial iniciado em 29 de Agosto de 2006 e válido até 29 de Agosto de 2009. Contrato com possibilidade de renovação por um período adicional de 2 anos
- Este empréstimo terminou antecipadamente a 20 Junho de 2008.
- Como garantia deste empréstimo foi constituída hipoteca sobre o imóvel propriedade desta filial; este empréstimo foi integralmente reembolsado em 9 de Maio de 2008.

Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS - 2007/2012 1ª emissão no valor de 20.000.000 euros, reembolsável ao fim de 5 anos, numa única prestação em 31 de Dezembro de 2012, salvo se ocorrer reembolso antecipado, total ou parcial, o qual poderá ocorrer em 31 de Dezembro de 2010.

Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS - 2007/2012 2ª emissão no valor de 30.000.000 euros, reembolsável ao fim de 5 anos, numa única prestação em 31 de Dezembro de 2012.

Empréstimo obrigacionista SC, SGPS, S.A., 2008/2018 no valor de 50.000.000 euros, reembolsável ao fim de 10 anos, numa única prestação em 3 de Março de 2018, salvo se ocorrer reembolso antecipado, total ou parcial, o qual poderá ocorrer em 03 de Março de 2016.

Estes empréstimos obrigacionistas vencem juros semestralmente a taxas de juro Euribor a 6 meses acrescidas de spreads que variam entre 0,50% e 0,95%.

O valor nominal dos empréstimos tem as seguintes maturidades:

	31.Dezembro.2008		31.Dezembro.2007	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1 ^{a)}	140.956.055	9.538.183	24.751.003	5.130.659
N+2	25.569.642	4.879.463	114.359.681	4.293.458
N+3	3.526.491	4.710.393	24.155.400	4.071.652
N+4	31.621.778	4.608.497	3.683.383	2.774.451
N+5	30.961.854	2.138.519	31.732.355	2.596.855
Após N+5	61.116.744	9.140.875	17.756.767	6.532.429
	293.752.566	35.015.931	216.438.589	25.399.504

- a) Inclui os montantes utilizados dos programas de papel comercial. (vide notas b) e f) acima)

À data de 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, as linhas de crédito disponíveis são:

	31.Dezembro.2008		31.Dezembro.2007	
	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano
Montantes de linhas disponíveis				
Spred	6.122.383	-	4.997.606	-
Turismo	12.276.213	-	21.096.754	11
Holding e outras	31.550.010	15.000.000	16.750.000	-
	49.948.607	15.000.000	42.844.360	11
Montantes de linhas contratadas				
Spred	19.449.398	3.500.000	8.063.942	4.931.250
Turismo	12.346.754	-	22.346.754	110.000.000
Holding e outras	156.000.000	15.000.000	18.727.175	-
	187.796.152	18.500.000	49.137.871	114.931.250

25. CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 os Credores por locações financeiras tinham o seguinte detalhe:

Credores por locação financeira	Pagamentos mínimos da locação financeira		Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Montantes a pagar por locações financeiras:				
N+1	2.920.970	2.838.317	1.957.324	1.860.326
N+2	2.785.982	2.807.793	1.932.271	1.923.983
N+3	2.844.623	2.755.761	2.102.575	1.967.866
N+4	1.497.815	2.797.005	841.395	2.107.900
N+5	1.497.815	1.463.020	886.577	12.726.847
Após N+5	14.072.970	15.231.536	11.051.734	-
	25.620.175	27.893.432	18.771.876	20.586.921
Juros futuros	(6.848.299)	(7.306.511)		
	18.771.876	20.586.921		
Componente de curto prazo			1.957.324	1.860.326
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo			16.814.552	18.726.595

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos, sendo garantido ao locatário o exercício de uma opção de compra sobre o bem locado.

Em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 o valor líquido contabilístico dos bens objecto de locação financeira tinham o seguinte detalhe:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Bens objecto de locação financeira		
Terrenos e Edifícios	3.950.101	3.950.101
Equipamento Básico	17.638.796	2.529.409
Equipamento Transporte	32.400	-
Ferramentas e Utensílios	31.518	67.833
Equipamento Administrativo	138.587	162.215
Outras Imobilizações Corpóreas	-	-
Imobilizações em Curso	-	16.118.103
Total de Imobilizado Corpóreo (Nota 10)	21.791.402	22.827.661

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Derivados de taxa de juro

Os instrumentos financeiros de cobertura utilizados pelo Grupo existentes em 31 de Dezembro de 2008, respeitam, fundamentalmente a opções de taxa de juro ("cash flow hedges") contraídos com o objectivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos no montante de 50.000.000 euros cujo justo valor líquido ascendia a -306.449 euros. Em 31 de Dezembro de 2008 todos os derivados são considerados de cobertura.

Estes instrumentos de cobertura de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data do balanço, determinado por avaliações efectuadas pelo Grupo com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e avaliações externas quando esses sistemas não permitem a valorização de determinados instrumentos. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base,

para os swaps, a actualização para a data do balanço dos "cash-flows" futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do "leg" fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do "leg" variável do instrumento derivado. Para opções o justo valor é determinado com base no modelo de "Black-Scholes" e suas variantes.

Os princípios de cobertura de risco geralmente utilizados pelo Grupo na contratação destes instrumentos financeiros de cobertura, são os seguintes:

- "Matching" entre fluxos de caixa pagos e recebidos, i.e., existe coincidência entre as datas de refixação da taxa de juro dos financiamentos contratados com o banco e as datas de refixação da taxa de juro no derivado;
- "Matching" perfeito entre indexantes: o indexante de referência no instrumento financeiro de cobertura e no financiamento ao qual o derivado está subjacente são coincidentes;
- Num cenário de subida extrema de taxas de juro, o custo máximo do financiamento está limitado.

Seleção das contrapartes dos derivados com base na solidez financeira e no perfil de risco de crédito da mesma, sendo esse perfil de risco mensurado normalmente através de nota de "rating" atribuída por empresas de "rating" de reconhecido mérito. As contrapartes dos derivados são instituições financeiras de primeira linha, de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional.

Justo valor de instrumentos financeiros derivados

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

	Activos		Passivos	
	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Derivados de cobertura				
Taxa de juro (Nota 24)	-	-	(306.449)	-
Outros derivados	-	-	-	-
	-	-	(306.449)	-

27. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e em 31 de Dezembro de 2007 a rubrica Outros passivos não correntes pode ser detalhada como segue:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Empréstimos obtidos e outros valores a pagar a empresas relacionadas		
Plaza Mayor Parque de Ocio, SA	2.317.828	2.323.820
Eliminação de intra-grupo com actividades descontinuadas	(9.443.000)	-
Outros	700.000	600.000
	(6.425.172)	2.923.820
Outros credores		
Credores do processo de reestruturação Torralta	30.141.462	30.141.462
Fornecedores de Imobilizado	1.337.500	1.387.500
Outros	8.553	8.553
	31.487.515	31.537.515
Responsabilidade por pensões	116.537	-
Actividades Continuadas	25.178.880	34.461.335
Actividades Descontinuadas	41.038.203	4.689.100
Total Acumulado	66.217.083	39.150.435

Em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, a rubrica "Outros credores" inclui o montante de 30.141.462 euros, relacionado com o valor a pagar aos credores de uma filial, na sequência do processo de recuperação de empresas em que esta se encontra. De acordo com a sentença do Tribunal da Comarca de Grândola, datada de 27 de Novembro de 1997 (que homologou as medidas aprovadas em Assembleia Geral de Credores em 23 de Setembro de 1997), esta conta a pagar será exigível 50 anos após o trânsito em julgado da sentença homologatória, o que aconteceu em 30 de Janeiro de 2003.

A 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, a maturidade dos saldos de Outros credores pode ser analisada como segue:

	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Total
31.Dezembro.2008						
Fornecedores de imobilizado	50.000	50.000	50.000	50.000	1.137.500	1.337.500
Outras dívidas a terceiros não correntes	-	-	-	-	30.150.015	30.150.015
	50.000	50.000	50.000	50.000	31.287.515	31.487.515
31.Dezembro.2007						
Fornecedores de imobilizado	50.000	50.000	50.000	50.000	1.187.500	1.387.500
Outras dívidas a terceiros não correntes	-	-	-	-	30.150.015	30.150.015
Actividades Continuadas	50.000	50.000	50.000	50.000	31.337.515	31.537.515

Em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, esta rubrica inclui saldos a pagar a fornecedores decorrentes da actividade operacional do Grupo. O Conselho de Administração entende que o justo valor destes saldos não difere significativamente do valor contabilístico e que o efeito de actualização destes montantes não é material.

30. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 a rubrica Outras dívidas a terceiros pode ser detalhada como segue:

	31.Dezembro.2008	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Outros credores				
Fornecedores de Imobilizado	13.679.803	13.661.668	145	17.990
Outros	9.239.789	7.412.226	1.293.548	534.015
	<u>22.919.592</u>	<u>21.073.894</u>	<u>1.293.693</u>	<u>552.005</u>
Adiantamentos de clientes e por conta de vendas	36.972.893			
	<u>59.892.485</u>			
Empresas relacionadas	328.881			
	<u>328.881</u>			
Outras dívidas a terceiros				
Actividades Continuadas	<u>60.221.366</u>			
Actividades Descontinuadas	<u>19.117.634</u>			
Total Acumulado	<u>79.339.000</u>			
	31.Dezembro.2007	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Outros credores				
Fornecedores de Imobilizado	11.352.552	11.153.900	172.959	25.693
Outros	6.058.443	5.419.722	507.971	130.750
	<u>17.410.995</u>	<u>16.573.622</u>	<u>680.930</u>	<u>156.443</u>
Adiantamentos de clientes e por conta de vendas	22.419.849			
	<u>39.830.844</u>			
Empresas relacionadas				
Contacto - Sociedade de Construções, SA	71.000.000			
	<u>71.000.000</u>			
Outras dívidas a terceiros				
Actividades Continuadas	<u>110.830.844</u>			
Actividades Descontinuadas	<u>(79.603.912)</u>			
Total Acumulado	<u>31.226.932</u>			

Em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, esta rubrica inclui saldos a pagar a outros credores e fornecedores de imobilizado e não incorporam juros. A rubrica inclui ainda valores de adiantamentos de clientes por conta de vendas futuras de existências e imobilizado. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos de actualização não são materiais.

31. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 a rubrica Outros passivos correntes pode ser detalhada como segue:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Custos com o pessoal	6.895.030	5.555.852
Obras já facturadas mas ainda não realizadas	3.818.919	3.055.140
Outros fornecimentos e serviços externos	908.497	1.555.468
Encargos financeiros a liquidar	2.444.463	712.251
Custos com contrato de construção	11.855.567	-
Outros	8.518.160	5.133.007
Actividades Continuadas	<u>34.440.636</u>	<u>16.011.718</u>
Actividades Descontinuadas	<u>5.527.248</u>	<u>17.083.732</u>
Total Acumulado	<u>39.967.884</u>	<u>33.095.450</u>

32. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo em			Actividades Descontinuadas	Saldo em 31.Dezembro.2008
	01.Janeiro.2008	Aumentos	Diminuições		
Perdas por imparidade acumuladas em outros investimentos (Nota 13)	28.720.049	138.091	-	(20.587.784)	8.270.356
Perdas por imparidade acumuladas em outros activos não correntes (Nota 14)	790.840	-	(466.852)	-	323.988
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 16)	7.294.172	595.823	(2.180.396)	5.989	5.715.588
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 17)	23.634.981	5.920.663	(272.831)	103.508	29.386.321
Perdas por imparidade acumuladas em existências (Nota 15)	7.474.353	2.899.163	(1.523.522)	1.026.857	9.876.851
Provisões não correntes	16.654.464	16.850.846	(14.479.766)	4.431.299	23.456.843
Provisões correntes	3.815.464	330.000	(2.847.264)	-	1.298.200
	<u>88.384.323</u>	<u>26.734.586</u>	<u>(21.770.631)</u>	<u>(15.020.131)</u>	<u>78.328.147</u>

Rubricas	Saldo em			Saldo em 31.Dezembro.2007
	01.Janeiro.2007	Aumentos	Diminuições	
Perdas por imparidade acumuladas em outros investimentos (Nota 13)	9.176.772	20.663.277	(1.120.000)	28.720.049
Perdas por imparidade acumuladas em outros activos não correntes (Nota 14)	860.370	-	(69.530)	790.840
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 16)	7.715.390	294.147	(715.365)	7.294.172
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 17)	3.755.991	19.946.498	(67.508)	23.634.981
Perdas por imparidade acumuladas em existências (Nota 15)	5.893.615	1.683.957	(103.219)	7.474.353
Provisões não correntes	17.839.855	3.393.019	(4.578.410)	16.654.464
Provisões correntes	923.529	2.891.935	-	3.815.464
	<u>46.165.522</u>	<u>48.872.833</u>	<u>(6.654.032)</u>	<u>88.384.323</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 o valor do reforço de provisões e perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Provisões e perdas de imparidade	4.501.624	1.601.958
Perdas de imparidade não reflectidas nesta nota		
Imobilizado corpóreo (Nota 10)	-	48.334
Provisão para perdas em investimentos	173.447	20.663.277
Provisão para contas a receber	15.925.722	22.294.479
Provisão para imparidade em existências		
Registada em custo das vendas (Nota 15)	2.040.188	1.683.477
Outros	4.093.605	2.581.308
	<u>26.734.586</u>	<u>48.872.833</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, foi constatado um reforço de perda por imparidade de 19.794.479 euros relativo à alienação parcial da participação da Elmo, S.G.P.S.,SA. e de 20.663.277 euros relativo à parcela não alienada do mesmo investimento. Em 2008 foram constatados em resultados relativos a investimentos 9.325.722 euros (nota 8) correspondentes à diferença entre o reforço de provisão relativamente à Elmo e suas filiais no montante de 15.925.722 euros e a reversão da provisão existente de 6.600.000 euros.

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o detalhe das provisões para outros riscos e encargos pode ser analisado como segue:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Garantias a clientes relativos a contratos de construção	-	4.697.502
Processos judiciais em curso	5.340.899	3.954.369
Riscos associados à Elmo e suas filiais	15.925.722	-
Outros	3.488.422	11.818.057
	<u>24.755.043</u>	<u>20.469.928</u>

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente activo.

33. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e em 31 de Dezembro de 2007, os principais passivos contingentes respeitavam a garantias prestadas e tinham o seguinte detalhe:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Garantias prestadas:		
por processos fiscais em curso	4.213.279	5.845.298
por processos judiciais em curso	309.450	2.696.996
por processos autárquicos em curso	5.964.208	5.887.208
Outras	59.341.316	74.799.709

O valor de "Outras" inclui as seguintes garantias:

- 5.989.454 euros (22.730.724 euros em 31 de Dezembro de 2007) como garantias prestadas a clientes relativas a contratos de construção;

- 37.417.063 euros (37.899.252 euros em 31 de Dezembro de 2007) como garantias prestadas relativas a licenças de construção do negócio do Turismo;

- 1.510.062 euros (1.389.682 euros em 31 de Dezembro de 2007) relativas a pedidos de reembolso de IVA.

-12.000.000 euros em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, como garantias prestadas na alienação da participação na Granosalis, SGPS, S.A. A referida garantia foi cancelada em Fevereiro de 2009.

34. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Nas locações operacionais em que o Grupo age como locador, os pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) reconhecidos como proveitos, durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, ascenderam a 5.601.173 euros e 5.517.470 euros, respectivamente.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, o Grupo tinha celebrado, como locador, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) se vencem como segue:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	6.217.740	5.856.407
N+1	343.440	235.550
N+2	343.150	223.556
N+3	351.127	228.020
N+4	359.305	212.771
N+5	343.631	209.678
Após N+5	-	116.260
	<u>7.958.393</u>	<u>7.082.242</u>

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2008 foi reconhecido como custo do período o montante de 6.931.875 euros (7.172.905 euros em 31 de Dezembro de 2007) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional em que o Grupo age como locatário.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, o Grupo tinha celebrado, como locatário, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como segue:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	2.334.225	1.790.192
N+1	4.976.679	3.434.346
N+2	1.200.424	1.690.770
N+3	1.123.087	1.193.496
N+4	1.036.381	1.011.701
N+5	974.351	881.020
Após N+5	4.628.585	11.644.170
	<u>16.273.732</u>	<u>21.645.695</u>

35. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços nos períodos de 2008 e de 2007 foram como segue:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
	Total acumulado	Total acumulado
Vendas de mercadorias	12.038.649	13.377.208
Vendas de produtos	110.424.088	81.434.421
	122.462.737	94.811.629
Prestações de serviços	108.074.833	102.465.562
Actividades Continuadas	230.537.570	197.277.191
Actividades Descontinuadas	20.307.700	104.867.995
Total Acumulado	250.845.270	302.145.186

36. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros proveitos operacionais nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 é a seguinte:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
	Total acumulado	Total acumulado
Trabalhos para a própria empresa	2.074.344	789.086
Ganhos na alienação de activos	739.172	2.572.877
Reversão de perdas de imparidade e provisões	954.284	556.970
Proveitos suplementares	2.732.217	2.776.608
Outros	1.750.185	1.506.798
Actividades Continuadas	8.250.202	8.202.339
Actividades Descontinuadas	513.532	33.345.161
Total Acumulado	8.763.734	41.547.500

37. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A variação de produção no período de 2008 inclui:

	31.Dezembro.2008
	Total acumulado
Produtos Acabados	85.927.463
Produtos e trabalhos em curso	(27.944.159)
Perdas por imparidade produtos acabados e produto e trabalhos em curso	13.915
Actividades Continuadas	57.997.219
Actividades Descontinuadas	(703.500)
Total Acumulado	57.293.719

A variação da produção foi apurada como segue:

	31.Dezembro.2008
Existências iniciais	96.318.341
Efeito da conversão cambial	-
Variações de perimetro	-
Regularizações de existências	(28.729.050)
Existências finais	183.030.695
	57.983.304
Perdas por imparidade	(15.354)
Reversão de perdas por imparidade	29.269
Actividades Continuadas	57.997.219
Actividades Descontinuadas	(703.500)
Total Acumulado	57.293.719

38. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 é a seguinte:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Subcontratos	130.721.699	95.163.542
Trabalhos especializados	9.660.484	8.177.155
Rendas e alugueres	8.151.524	7.297.746
Honorários	2.981.695	2.861.775
Conservação e reparação	2.532.567	2.421.708
Limpeza, higiene e conforto	2.762.655	2.369.191
Electricidade	2.836.480	2.454.047
Deslocações e estadas	1.444.960	1.124.835
Publicidade e propaganda	2.353.020	893.503
Combustíveis	1.376.396	981.967
Vigilância e segurança	868.654	701.681
Comunicação	1.097.117	917.999
Outros	8.265.490	6.893.419
Actividades Continuadas	175.052.741	132.258.568
Actividades Descontinuadas	6.534.148	123.102.014
Total Acumulado	181.586.889	255.360.582

39. CUSTOS COM O PESSOAL

A repartição dos custos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 é a seguinte:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Remunerações	35.824.542	30.322.171
Encargos sobre remunerações	6.685.509	5.864.319
Seguros	584.859	480.440
Custos com acção social	629.106	487.255
Outros custos com pessoal	1.674.855	1.400.222
Actividades Continuadas	45.398.871	38.554.407
Actividades Descontinuadas	4.857.596	6.440.066
Total Acumulado	50.256.467	44.994.473

40. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros custos operacionais nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 é a seguinte:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
	Total acumulado	Total acumulado
Perdas na alienação de activos	2.099.571	2.213.912
Outros impostos	2.123.760	1.652.240
Imposto municipal sobre imóveis	1.345.163	1.126.465
Dividas incobráveis	65.087	71.533
Outros	2.379.152	1.337.696
Actividades Continuadas	8.012.733	6.401.846
Actividades Descontinuadas	906.981	1.410.454
Total Acumulado	8.919.714	7.812.300

41. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos períodos de 2008 e de 2007 têm a seguinte composição:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Custos e perdas:		
Juros suportados		
relativos a descobertos e empréstimos bancários	(6.373.557)	(3.055.455)
relativos a obrigações não convertíveis	(5.189.564)	(243.524)
relativos a contratos de locação financeira	(1.015.203)	(264.294)
outros	(757.172)	(12.198.574)
	<u>(13.335.496)</u>	<u>(15.761.847)</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(269.353)	(162.919)
Descontos de pronto pagamento concedidos	(10.427)	(2.545)
Encargos com emissão de dívida	(257.287)	(755.161)
Outros custos e perdas financeiras	(1.493.253)	(371.383)
	<u>(15.365.816)</u>	<u>(17.053.855)</u>
Proveitos e ganhos		
Juros obtidos	2.886.460	6.206.880
Diferenças de câmbio favoráveis	1.271.775	578.717
Descontos de pronto pagamento obtidos	84.255	84.369
Outros proveitos e ganhos financeiras	106.750	185.738
	<u>4.349.240</u>	<u>7.055.704</u>
Resultados financeiros		
Actividades Continuadas	<u>(11.016.576)</u>	<u>(9.998.151)</u>
Actividades Descontinuadas	<u>(931.987)</u>	<u>2.576.271</u>
Total Acumulado	<u>(11.948.563)</u>	<u>(7.421.880)</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica Juros suportados - outros, inclui 7.584.535 euros relativos a juros de empréstimos obtidos da Sonae, SGPS, SA.

42. RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Os resultados relativos a investimentos nos períodos de 2008 e de 2007 têm a seguinte composição:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
	Total acumulado	Total acumulado
Dividendos	2.829.840	167.088
Alienação da Águas Furtadas Imobiliária	103.763	-
Alienação da Azulino Imobiliária	880.728	-
Alienação da Contacto - Soc. Construções	46.361.584	-
Alienação de 12,25% da Spinveste - Promoção Imobiliária	639.175	-
Alienação de 12,25% da Spinveste - Gestão Imobiliária	(875.009)	-
Outras	-	-
Resultados obtidos na alienação de investimentos em filiais	<u>47.110.241</u>	<u>-</u>
Alienação da Choice Car SGPS e filiais	9.059.871	-
Outras	-	-
Resultados obtidos na alienação de investimentos em associadas e empresas conjuntamente controladas	<u>9.059.871</u>	<u>-</u>
Alienação de 9% dos 10% detidos na STAR-Viagens e Turismo	1.589.025	-
Alienação parcial da Cinclus Planeamento	-	2.522.725
Alienação total da ba Vidro	-	9.786.396
Alienação da Fun International	-	(1.137.117)
Outras	-	65.472
Resultados obtidos na alienação de investimentos em activos disponíveis para venda	<u>1.589.025</u>	<u>11.237.476</u>
Perdas de imparidade de investimentos	<u>(9.325.722)</u>	<u>-</u>
Outros	<u>1.821.407</u>	<u>737.412</u>
Resultados relativos a Investimentos	<u>-</u>	<u>-</u>
Actividades Continuadas	<u>53.084.662</u>	<u>12.141.976</u>
Actividades Descontinuadas	<u>-</u>	<u>(58.838)</u>
Total Acumulado	<u>53.084.662</u>	<u>12.083.138</u>

43. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 são detalhados como segue:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
	Total acumulado	Total acumulado
Imposto corrente	4.813.098	4.496.758
Imposto diferido (Nota 20)	(1.048.382)	(9.305.913)
Imposto Sobre o rendimento		
Actividades Continuadas	<u>3.764.716</u>	<u>(4.809.155)</u>
Actividades Descontinuadas	<u>77.470</u>	<u>2.246.998</u>
Total Acumulado	<u>3.842.186</u>	<u>(2.562.157)</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto do período com o imposto sobre o rendimento do período, para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 pode ser analisada como segue:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
	Total acumulado	Total acumulado
Resultado antes de impostos	26.793.875	13.285.978
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	(53.361.657)	(22.507.025)
Resultados relativos a empresas associadas	2.099.784	(857.332)
Provisões e perdas de imparidade não aceites fiscalmente	11.486.334	(2.241.238)
Outras diferenças permanentes	7.130.188	2.814.933
Lucro tributável	(5.851.476)	(9.504.684)
Utilização de perdas fiscais que não deram origem a activos por impostos diferidos	(24.827.132)	(5.431.547)
Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a activos por impostos diferidos	46.669.123	29.259.730
	<u>15.990.515</u>	<u>14.323.499</u>
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	25,00%	25,00%
	<u>3.997.629</u>	<u>3.580.875</u>
Efeito da existência de taxas de imposto diferentes da que vigora em Portugal	(677.548)	(177.194)
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos	(579.263)	(6.590.324)
Derrama	760.028	370.917
Insuficiência / Excesso de estimativa de imposto	98.728	114.911
Tributação autónoma e benefícios fiscais	242.612	138.658
Imposto sobre o rendimento	<u>3.842.186</u>	<u>(2.562.157)</u>

44. RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO COM OS RESULTADOS INDIVIDUAIS

A reconciliação do resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 pode ser analisada como segue:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Resultados líquidos individuais agregados	91.693.541	46.524.213
Homogeneização de critérios	(28.505.553)	(2.434.160)
Eliminação de dividendos intra-grupo	(40.464.917)	(5.567.435)
Equivalência patrimonial (Nota 6)	(2.099.789)	857.332
Eliminação de mais e menos valias intra-grupo	(7.205.026)	(59.803.298)
Eliminação de provisões e perdas de imparidade intra-grupo	9.701.449	(1.843.000)
Correcção das mais e menos valias na alienação de participações financeiras	5.302.465	33.271.298
Outros	(29.705)	(1.571.703)
Resultado consolidado do período		
Actividades Continuadas	<u>28.392.465</u>	<u>9.433.247</u>
Actividades Descontinuadas	<u>-5.440.776</u>	<u>6.414.888</u>
Total Acumulado	<u>22.951.689</u>	<u>15.848.135</u>

45. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções efectuados com entidades relacionadas durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, podem ser detalhados como segue:

	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços recebidos	
	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Transacções				
Empresa - Mãe, filiais excluídas e participadas (a)	341.622	1.063.869	393.615	1.898.353
Empresas associadas	3.876	429.720	162.093	1.323.457
Entidades parceiras e accionistas	81.130.202	167.505.008	8.435.016	8.560.656
	<u>81.475.700</u>	<u>168.998.597</u>	<u>8.990.724</u>	<u>11.782.466</u>
	Juros auferidos		Juros suportados	
Transacções	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Empresa - Mãe, filiais excluídas e participadas (a)	-	1.152.465	-	71.777
Empresas associadas	1.497.726	3.863	-	-
Entidades parceiras e accionistas	18.059	1.171.109	182.468	9.359.464
	<u>1.515.785</u>	<u>2.327.437</u>	<u>182.468</u>	<u>9.431.241</u>
	Contas a receber		Contas a pagar	
Saldos	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Empresa - Mãe, filiais excluídas e participadas (a)	208.004	98.684	119.339	469.379
Empresas associadas	24.123	393.405	176.157	94.440
Entidades parceiras e accionistas	19.760.304	32.520.201	5.948.939	4.117.245
	<u>19.992.431</u>	<u>33.012.290</u>	<u>6.244.435</u>	<u>4.681.064</u>
	Empréstimos		Empréstimos	
Saldos	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
	Obtidos		Concedidos	
Empresa - Mãe, filiais excluídas e participadas (a)	-	-	-	-
Empresas associadas	-	-	22.451.938	17.407.225
Entidades parceiras e accionistas	2.317.826	2.340.818	-	-
	<u>2.317.826</u>	<u>2.340.818</u>	<u>22.451.938</u>	<u>17.407.225</u>

(a) A empresa Mãe que está a ser considerada é a Efanor Investimentos, SGPS, SA; os valores existentes com a Sonae SGPS, SA estão incluídos em entidades parceiras.

As remunerações atribuídas em 2008 aos colaboradores com responsabilidades de direcção estratégica das principais sociedades do Grupo Sonae Capital (excluindo os membros do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA) totalizaram 1.465.578 euros, repartidas entre 976.500 euros de remuneração fixa e 489.078 euros de prémios de desempenho.

46. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
	Total acumulado	Total acumulado
Resultados das actividades continuadas		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do período)	24.668.135	8.579.431
Efeito das acções potenciais	-	-
Juro das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	-	-
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído	24.668.135	8.579.431
Numero de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	250.000.000	250.000.000
Efeito das acções potenciais decorrentes das obrigações convertíveis	-	-
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	250.000.000	250.000.000
Resultado por acção (básico e diluído):		
Actividades Continuadas	0,098673	0,034318
Actividades Descontinuadas	(0,013099)	0,025660
Total Acumulado	0,085574	0,059977

Não existem instrumentos convertíveis sobre acções da Sonae Capital, SGPS, SA, pelo que não existe diluição dos resultados.

47. RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 podem ser analisados como segue:

	31.Dezembro.2008		31.Dezembro.2007	
	Recebimentos	Pagamentos	Recebimentos	Pagamentos
Aquisição de acções da Norscut	-	603.050	-	-
Aquisição de Prestações Suplementares Norscut	-	3.973.736	-	5.927.817
Aquisição de acções da Sonae Indústria SGPS	-	3.447.328	-	-
Alienação da Contacto Soc. Construções	81.500.000	-	-	-
Alienação parcial da Spininvest Promoção Imobiliária	2.700.000	-	-	-
Alienação parcial da Spininvest Gestão Imobiliária	2.300.000	-	-	-
Alienação da Choice Car SGPS	12.500.000	-	-	-
Aquisição da DMJB	-	-	-	22.000.000
Aquisição da Cooper Gay	-	-	-	15.058.760
Aquisição da Imoponte	-	-	-	5.825.001
Aquisição da Arbiworld	-	-	-	9.988.557
Aquisição parcial da SC - Eng.e Prom. Imob.SGPS	-	-	-	7.963.000
Pagamento de filiais adquiridas em 2005	-	-	-	7.557.860
Redução de capital da Contacto	-	-	11.200.000	-
Alienação da Safira	-	-	5.000.000	-
Alienação parcial da Barbaridade Glass	-	-	11.280.191	-
Alienação da MDS	-	-	45.500.000	-
Alienação da Lazam	-	-	11.300.000	-
Alienação da Cooper Gay	-	-	13.729.189	-
Alienação da Star Viagens	3.140.000	-	-	-
Alienação da Granosalis	11.000.000	-	11.000.000	-
Outros	2.697.437	106.085	5.890.382	5.838.258
Actividades Continuadas	115.837.437	8.130.199	114.899.762	80.159.253
Actividades Descontinuadas	-	-	(11.200.000)	-
Total Acumulado	115.837.437	8.130.199	103.699.762	80.159.253

48. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 foram identificados como segmentos primários os seguintes negócios:

- Turismo
- Spred
- Holding e Outras

Não foram identificados segmentos secundários pelo facto do Grupo desenvolver a sua actividade fundamentalmente em Portugal sendo que as operações no estrangeiro não têm relevância para se apresentar como segmento geográfico.

Os contributos dos principais segmentos de negócio para a Demonstração de Resultados consolidada dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 podem ser analisados como segue:

TOTAL ACUMULADO	31.Dezembro.2008				
	Turismo	Spred	Holding	Ajustamentos	Consolidado
Proveitos operacionais					
Vendas	36.784.589	105.976.097	-	-	142.760.686
Prestações de serviços	41.153.099	66.573.842	357.643	-	108.084.584
Outros proveitos operacionais	1.948.846	4.190.974	2.623.914	-	8.763.734
	79.886.534	176.740.912	2.981.557	-	259.609.004
Proveitos intersegmentos	3.232.590	1.123.054	211.359	(4.567.003)	-
	83.119.124	177.863.967	3.192.915	(4.567.003)	259.609.004
Cash-flow operacional (EBITDA)					
	7.025.885	6.152.468	(1.995.659)	(947.694)	10.235.000
Amortizações e depreciações					
	(8.350.465)	(2.578.395)	(32.428)	19.850	(10.941.437)
Provisões e perdas por imparidade					
	(3.200.486)	(1.299.638)	-	(6.194.676)	(10.694.800)
Reversão de provisões e de perdas por imparidade ¹					
	827.611	98.099	100.000	1.500	1.027.211
Resultados operacionais (EBIT)					
	(5.565.863)	2.372.534	(1.928.087)	(7.121.020)	(12.242.435)
Resultados financeiros					
	(26.305.921)	(2.099.593)	16.458.983	(2.032)	(11.948.563)
Resultados relativos a empresas associadas					
	-	-	-	(2.099.789)	(2.099.789)
Resultados relativos a investimentos					
	4.189.769	46.228.784	2.666.108	-	53.084.662
Resultado antes de impostos					
	(27.682.015)	46.501.725	17.197.004	(9.222.841)	26.793.875
Imposto sobre o rendimento					
	(1.009.594)	(2.346.464)	(497.115)	10.987	(3.842.186)
Resultado Líquido					
	(28.691.609)	44.155.262	16.699.889	(9.211.854)	22.951.689
- atribuível aos accionistas da empresa-mãe					
					21.393.605
- atribuível a interesses minoritários					
					1.558.084
31.Dezembro.2007					
TOTAL ACUMULADO	Turismo	Spred	Holding	Ajustamentos	Consolidado
Proveitos operacionais					
Vendas	16.233.606	65.614.146	-	-	81.847.752
Prestações de serviços	40.189.659	177.974.939	2.132.836	-	220.297.434
Outros proveitos operacionais	5.191.649	35.757.369	598.482	-	41.547.500
	61.614.914	279.346.454	2.731.318	-	343.692.686
Proveitos intersegmentos	896.371	26.432.714	253.138	(27.582.223)	-
	62.511.285	305.779.168	2.984.456	(27.582.223)	343.692.686
Cash-flow operacional (EBITDA)					
	2.527.710	13.377.773	(1.349.269)	362.288	14.918.502
Amortizações e depreciações					
	(6.289.845)	(1.203.074)	(107.205)	-	(7.600.124)
Provisões e perdas por imparidade					
	(551.700)	(1.050.258)	-	-	(1.601.958)
Reversão de provisões e de perdas por imparidade ¹					
	143.074	1.807.894	100.000	-	2.050.968
Resultados operacionais (EBIT)					
	(4.170.761)	12.932.335	(1.356.474)	362.288	7.767.388
Resultados financeiros					
	(17.051.468)	1.534.165	8.095.423	-	(7.421.880)
Resultados relativos a empresas associadas					
	-	-	-	857.332	857.332
Resultados relativos a investimentos					
	(1.198.577)	132.641	10.963.250	2.185.824	12.083.138
Resultado antes de impostos					
	(22.420.806)	14.599.141	17.702.199	3.405.444	13.285.978
Imposto sobre o rendimento					
	7.138.790	(4.386.180)	(190.453)	-	2.562.157
Resultado Líquido					
	(15.282.016)	10.212.961	17.511.746	3.405.444	15.848.135
- atribuível aos accionistas da empresa-mãe					
					14.994.319
- atribuível a interesses minoritários					
					853.816

¹ Valor incluído em Outros proveitos operacionais mas utilizado no cálculo do Cash-flow operacional (EBITDA).

Os contributos dos principais segmentos de negócio para os Balanços consolidados dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 podem ser analisados como segue:

31.Dezembro.2008					
TOTAL ACUMULADO	Turismo	Spred	Holding	Ajustamentos	Consolidado
Imobilizado					
Incorpóreo	997.632	493.033	-	-	1.490.665
Corpóreo	360.342.004	59.488.496	53.709	(6.193.176)	413.691.033
Diferenças de consolidação ²	-	-	-	61.766.621	61.766.621
Investimentos	4.597.013	16.194.587	40.840.321	(17.401.288)	44.230.632
Activos por impostos diferidos	14.298.563	1.116.614	341.614	1.125	15.757.915
Outros activos	303.455.885	172.216.653	589.024.506	(692.679.204)	372.017.841
Caixa, Equivalentes de Caixa e Invest. Correntes	11.397.028	2.956.050	4.963.907	-	19.316.985
Total do activo	695.088.125	252.465.433	635.224.056	(654.505.922)	928.271.691
Passivos não correntes					
Empréstimos	2.875.439	19.921.071	129.014.621	-	151.811.131
Passivos por impostos diferidos	2.917.845	-	246.326	-	3.164.170
Outros passivos não correntes	544.728.225	116.241.277	2.123.393	(573.418.970)	89.673.926
Passivos correntes					
Empréstimos	1.408.048	15.098.018	124.756.438	-	141.262.504
Outros passivos correntes	133.469.198	94.766.656	71.246.009	(113.287.078)	186.194.785
Total do passivo	685.398.755	246.027.023	327.386.787	(686.706.048)	572.106.517
Investimento técnico	113.736.379	5.791.083	62.233	-	119.589.696
Divida Bruta	4.283.487 -	35.019.089 -	253.771.059 -	-	293.073.636
Divida Líquida	(7.113.541)	32.063.040	248.807.152	-	273.756.651

31.Dezembro.2007					
TOTAL ACUMULADO	Turismo	Spred	Holding	Ajustamentos	Consolidado
Imobilizado					
Incorpóreo	593.936	218.158	-	-	812.094
Corpóreo	301.842.053	26.612.633	575.220	-	329.029.906
Diferenças de consolidação ²	-	-	-	63.796.454	63.796.454
Investimentos	2.451.539	10.571.412	99.803.510	(16.654.526)	96.171.935
Activos por impostos diferidos	13.558.815	762.105	-	-	14.320.920
Outros activos	197.350.492	262.464.964 -	323.309.310	(514.392.126)	268.732.640
Caixa, Equivalentes de Caixa e Invest. Correntes	20.222.050	2.662.597	21.449.693	-	44.334.340
Total do activo	536.018.885	303.291.869	445.137.733	(467.250.198)	817.198.289
Passivos não correntes					
Empréstimos	120.455.895	21.231.691	49.766.000	-	191.453.586
Passivos por impostos diferidos	2.307.082	5.219.288	-	-	7.526.370
Outros passivos não correntes	224.906.319	63.900.370	8.723.393	(241.725.183)	55.804.899
Passivos correntes					
Empréstimos	3.597.104	21.153.900	-	-	24.751.004
Outros passivos correntes	224.273.698	99.070.392	95.414.547	(274.703.600)	144.055.037
Total do passivo	575.540.098	210.575.641	153.903.940	(516.428.783)	423.590.896
Investimento técnico	73.123.914	31.406.734	24.084	-	104.554.732
Divida Bruta ¹	124.052.999	42.385.591	49.766.000	-	216.204.590
Divida Líquida ¹	103.830.949	39.722.994	28.316.307	-	171.870.250

¹ Inclui a divida à Sonae, SGPS, SA.

² A alocação das diferenças de consolidação pode ser detalhada como segue:

TOTAL ACUMULADO	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Turismo	35.923.584	36.714.382
Spred	11.211.799	13.029.917
Holding	14.631.238	14.052.155
Total	61.766.621	63.796.454

31.Dezembro.2008

ATIVIDADES CONTINUADAS	Turismo	Spred	Holding	Ajustamentos	Consolidado
Proveitos operacionais					
Vendas	36.784.589	85.678.148	-	-	122.462.737
Prestações de serviços	41.153.099	66.564.091	357.643	-	108.074.833
Outros proveitos operacionais	1.948.846	3.677.442	2.623.914	-	8.250.202
	79.886.534	155.919.681	2.981.557	-	238.787.772
Proveitos intersegmentos	3.232.590	1.118.868	211.359	(4.562.816)	-
	83.119.124	157.038.549	3.192.915	(4.562.816)	238.787.772
Cash-flow operacional (EBITDA)	7.025.885	9.557.246	(1.995.659)	(947.693)	13.639.779
Amortizações e depreciações	(8.350.465)	(1.474.333)	(32.428)	19.850	(9.837.375)
Provisões e perdas por imparidade	(3.200.486)	(1.304.231)	-	(6.194.676)	(10.699.394)
Reversão de provisões e de perdas por imparidade ¹	827.611	25.173	100.000	1.500	954.284
Resultados operacionais (EBIT)	(5.565.863)	6.803.853	(1.928.087)	(7.121.020)	(7.811.116)
Resultados financeiros	(26.305.921)	(1.167.606)	16.458.983	(2.032)	(11.016.576)
Resultados relativos a empresas associadas	-	-	-	(2.099.789)	(2.099.789)
Resultados relativos a investimentos	4.189.769	46.228.784	2.666.108	-	53.084.662
Resultado antes de impostos	(27.682.015)	51.865.032	17.197.004	(9.222.841)	32.157.181
Imposto sobre o rendimento	(1.009.594)	(2.268.994)	(497.115)	10.987	(3.764.716)
Resultado Líquido	(28.691.609)	49.596.038	16.699.889	(9.211.853)	28.392.465
- atribuível aos acionistas da empresa-mãe					24.668.135
- atribuível a interesses minoritários					3.724.330

31.Dezembro.2007

ATIVIDADES CONTINUADAS	Turismo	Spred	Holding	Ajustamentos	Consolidado
Proveitos operacionais					
Vendas	16.243.521	78.568.108	-	-	94.811.629
Prestações de serviços	40.596.354	59.698.185	2.171.023	-	102.465.562
Outros proveitos operacionais	4.289.384	3.286.357	626.597	-	8.202.339
	61.129.259	141.552.650	2.797.620	-	205.479.530
Proveitos intersegmentos	1.382.026	220.823	186.836	(1.789.685)	-
	62.511.285	141.773.473	2.984.456	(1.789.685)	205.479.530
Cash-flow operacional (EBITDA)	2.527.710	7.917.247	(1.349.269)	17.135	9.112.824
Amortizações e depreciações	(6.289.845)	(969.175)	(107.205)	42.096	(7.324.129)
Provisões e perdas por imparidade	(551.700)	(171.029)	-	-	(722.729)
Reversão de provisões e de perdas por imparidade ¹	143.074	313.897	100.000	-	556.971
Resultados operacionais (EBIT)	(4.170.762)	7.090.940	(1.356.474)	59.231	1.622.935
Resultados financeiros	(17.051.468)	(1.047.963)	8.095.423	5.857	(9.998.151)
Resultados relativos a empresas associadas	-	-	-	857.332	857.332
Resultados relativos a investimentos	(1.198.577)	132.641	10.963.250	2.244.662	12.141.976
Resultado antes de impostos	(22.420.807)	6.175.618	17.702.199	3.167.082	4.624.092
Imposto sobre o rendimento	7.138.790	(2.137.251)	(190.453)	(1.931)	4.809.155
Resultado Líquido	(15.282.017)	4.038.367	17.511.746	3.165.151	9.433.247
- atribuível aos acionistas da empresa-mãe					8.579.431
- atribuível a interesses minoritários					853.816

¹ Valor incluído em Outros proveitos operacionais mas utilizado no cálculo do Cash-flow operacional (EBITDA).

Os contributos dos principais segmentos de negócio para os Balanços consolidados dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 podem ser analisados como segue:

31.Dezembro.2008					
ACTIVIDADES CONTINUADAS	Turismo	Spred	Holding	Ajustamentos	Consolidado
Imobilizado					
Incorpóreo	997.632	125.631	-	-	1.123.263
Corpóreo	360.342.004	30.911.527	53.709	(6.193.176)	385.114.064
Diferenças de consolidação ²	-	-	-	61.766.621	61.766.621
Investimentos	4.597.013	16.193.063	40.840.321	(17.401.288)	44.229.108
Activos por impostos diferidos	14.298.563	1.116.614	341.614	1.125	15.757.915
Outros activos	303.455.885	126.517.465	589.024.506	(692.679.203)	326.318.654
Caixa, Equivalentes de Caixa e Invest. Correntes	11.397.028	1.572.504	4.963.907	-	17.933.439
Total do activo	695.088.125	176.436.803	635.224.056	(654.505.921)	852.243.063
Passivos não correntes					
Empréstimos	2.875.439	18.342.289	129.014.621	-	150.232.349
Passivos por impostos diferidos	2.917.845	-	246.326	-	3.164.170
Outros passivos não correntes	544.728.225	70.771.775	2.123.393	(573.418.970)	44.204.424
Passivos correntes					
Empréstimos	1.408.048	2.946.943	124.756.438	-	129.111.429
Outros passivos correntes	133.469.198	56.500.704	71.246.009	(113.287.078)	147.928.833
Total do passivo	685.398.755	148.561.711	327.386.787	(686.706.048)	474.641.205
Investimento técnico	113.736.379	5.919.782	62.233	-	119.718.395
Dívida Bruta	4.283.487	21.289.232	253.771.059	-	279.343.778
Dívida Líquida	(7.113.541)	19.716.728	248.807.152	-	261.410.339
31.Dezembro.2007					
ACTIVIDADES CONTINUADAS	Turismo	Spred	Holding	Ajustamentos	Consolidado
Imobilizado					
Incorpóreo	593.936	209.601	-	-	803.537
Corpóreo	301.842.053	26.337.373	575.219	(716.397)	328.038.248
Diferenças de consolidação ²	-	-	-	62.517.465	62.517.465
Investimentos	2.451.539	10.571.412	99.803.510	(16.654.526)	96.171.935
Activos por impostos diferidos	13.558.815	558.925	-	-	14.117.740
Outros activos	197.350.492	158.317.755	323.309.310	(428.803.030)	250.174.527
Caixa, Equivalentes de Caixa e Invest. Correntes	20.222.050	2.286.668	21.449.693	(1.362)	43.957.049
Total do activo	536.018.885	198.281.734	445.137.732	(383.657.850)	795.780.501
Passivos não correntes					
Empréstimos	120.455.895	21.231.691	49.766.000	-	191.453.586
Passivos por impostos diferidos	2.307.082	-	-	-	2.307.082
Outros passivos não correntes	224.906.319	53.985.780	8.723.393	(241.712.002)	45.903.490
Passivos correntes					
Empréstimos	3.597.104	21.153.900	-	-	24.751.004
Outros passivos correntes	224.273.698	43.053.654	95.414.545	(189.168.552)	173.573.345
Total do passivo	575.540.098	139.425.025	153.903.938	(430.880.554)	437.988.507
Investimento técnico	73.045.626	31.257.747	24.084	-	104.327.457
Dívida Bruta ¹	124.052.999	42.385.591	49.766.000	-	216.204.590
Dívida Líquida ¹	103.830.949	40.098.923	28.316.307	1.362	172.247.541

¹ Inclui a dívida à Sonae, SGPS, SA.

² A alocação das diferenças de consolidação pode ser detalhada como segue:

ACTIVIDADES CONTINUADAS	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Turismo	35.923.584	36.714.298
Spred	11.211.799	11.171.929
Holding	14.631.238	14.631.238
Total	61.766.621	62.517.465

Os contributos dos principais segmentos de negócio para os Fluxos de Caixa consolidados dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 podem ser analisados como segue:

31.Dezembro.2008				
	Turismo	Spred	Holding	Consolidado
Actividades operacionais	(45.557.607)	529.504	(3.252.422)	(48.280.525)
Actividades de investimento	28.127.976	(13.050.302)	9.495.054	24.572.728
Actividades de financiamento	(70.300.567)	(21.913.831)	92.099.143	(115.255)
Variação de caixa e equivalentes				
Total Acumulado	(87.730.198)	(34.434.629)	98.341.775	(23.823.052)

31.Dezembro.2007				
	Turismo	Spred	Holding	Consolidado
Actividades operacionais	(6.340.756)	(1.079.095)	(26.860)	(7.446.711)
Actividades de investimento	(17.454.154)	42.211.588	19.968.681	44.726.115
Actividades de financiamento	(7.711.028)	21.425.883	(22.582.773)	(8.867.918)
Variação de caixa e equivalentes				
Actividades Continuadas	(31.505.938)	62.558.376	(2.640.952)	28.411.486
Actividades Descontinuadas	15.166.626	(15.016.096)	33.315	183.845
Total Acumulado	(16.339.312)	47.542.280	(2.607.637)	28.595.331

O endividamento líquido da "Holding" pode ser analisado como segue:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Recursos		
Dívida ao Mercado	253.771.059	49.766.000
Disponibilidades	<u>4.936.907</u>	<u>21.449.693</u>
Endividamento Bancário Líquido	248.834.152	28.316.307
Sonae Turismo	26.616.000	5.320.000
Spred	<u>35.000</u>	<u>1.191.600</u>
Operações de Tesouraria Obtidas	<u>26.651.000</u>	<u>6.511.600</u>
Total de Recursos	<u>275.485.152</u>	<u>34.827.907</u>
Aplicações		
Sonae Turismo	522.843.530	271.501.584
Spred	<u>49.501.321</u>	<u>36.695.533</u>
Suprimentos e Operações Financeiras Concedidos	<u>572.344.851</u>	<u>308.197.117</u>

Os colaboradores do Grupo podem ser analisados como segue:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Turismo	691	532
Spred	985	1.002
Holding e Outras	<u>66</u>	<u>27</u>
Actividades Continuadas	<u>1.742</u>	<u>1.561</u>
Actividades Descontinuadas	<u>801</u>	<u>167</u>
Total Acumulado	<u>2.543</u>	<u>1.728</u>

49. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 25 de Fevereiro de 2009, o Tribunal Comercial de Lisieux decidiu renovar o período de observação do processo de recuperação judicial ("Redressement Judiciaire") da Plysorol até ao final de Maio de 2009. Durante este período, a sociedade manterá a sua actividade sob protecção da legislação de insolvência e sob a supervisão dos dois administradores judiciais.

50. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de Março de 2009. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas.

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
31 DE DEZEMBRO DE 2008



SONAE CAPITAL, S.G.P.S., S.A.

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Imobilizações corpóreas		5.285	-
Investimentos	4	382.638.753	382.638.253
Impostos diferidos activos		342.739	-
Outros activos não correntes	5	116.153.000	49.749.000
Total de activos não correntes		499.139.777	432.387.253
ACTIVOS CORRENTES:			
Outros activos correntes	6	44.731.586	23.901
Caixa e equivalentes de caixa	7	25.516	1.363
Total de activos correntes		44.757.102	25.264
TOTAL DO ACTIVO		543.896.879	432.412.517
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	8	250.000.000	250.000.000
Reservas de conversão, de cobertura e de justo valor		(304.749)	-
Outras reservas	9	132.638.253	132.638.253
Resultados transitados		(1.509)	-
Resultado líquido do período		(848.271)	(2.012)
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		381.483.724	382.636.241
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	10	29.934.516	-
Empréstimos obrigacionistas	10	49.825.545	49.766.000
Impostos diferidos passivos		59.985	-
Total de passivos não correntes		79.820.046	49.766.000
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores		22.134	800
Empréstimos bancários	10	21.850.000	-
Outras dívidas a terceiros	12	59.230.978	1.994
Outros passivos correntes	13	1.489.997	7.482
Total de passivos correntes		82.593.109	10.276
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		543.896.879	432.412.517

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

João Manuel Morais Pereira Russo

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

José Luís dos Santos Lima Amorim

Mário Pereira Pinto

Francisco de La Fuente Sánchez

Rafael Cerezo Laporta

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende

SONAE CAPITAL, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em euros)

	Notas	4º Trimestre 2008 (Não auditado)	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Proveitos operacionais				
Outros proveitos operacionais		(6.788)	10.055	-
Total de proveitos operacionais		(6.788)	10.055	-
Custos operacionais				
Fornecimentos e serviços externos	14	(239.193)	(560.648)	(2.479)
Custos com o pessoal	16	(295.388)	(1.167.426)	-
Amortizações e depreciações		(661)	(2.642)	-
Outros custos operacionais		(26.004)	(54.095)	(254)
Total de custos operacionais		(561.246)	(1.784.812)	(2.734)
Resultados operacionais		(568.034)	(1.774.757)	(2.734)
Proveitos e ganhos financeiros	17	2.016.509	5.544.698	8.301
Custos e perdas financeiras	17	(1.731.146)	(4.898.944)	(7.579)
Resultados financeiros		285.363	645.753	722
Resultado antes de impostos		(282.671)	(1.129.004)	(2.012)
Imposto sobre o rendimento	18	281.285	280.733	-
Resultado do período		(1.386)	(848.271)	(2.012)
Resultados por acção				
Básico	19	(0,000006)	(0,003393)	(0,000008)
Diluído	19	(0,000006)	(0,003393)	(0,000008)

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas
João Manuel Morais Pereira Russo

O Conselho de Administração
Belmiro Mendes de Azevedo
José Luis dos Santos Lima Amorim
Mário Pereira Pinto
Francisco de La Fuente Sánchez
Rafael Cerezo Laporta
Paulo José Jubilado Soares de Pinho
Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende

SONAE CAPITAL S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS
PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em euros)

	Capital Social	Ações Próprias	Prémios de Emissão	Prestações Suplementares	Reservas					Resultados acumulados	Resultado líquido	Total do Capital Próprio
					Reservas legais	Reservas de reavaliação	Reservas Legais	Reserva de justo valor	Reservas de cobertura			
Saldo em 1 de Janeiro de 2007												
Aplicação do resultado do ano anterior:												
Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição/(Alienação) de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/(diminuição) do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura, líquido de imposto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto diferido associado ao aumento/(diminuição) do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/(diminuição) do justo valor dos investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto diferido associado ao aumento/(diminuição) do justo valor dos investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período findo a 31 de Dezembro de 2007	250.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.012)	(2.012)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	132.638.253	-	382.638.253
Saldo no final em 31 de Dezembro de 2007	250.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	132.638.253	(2.012)	382.636.241

	Capital Social	Ações Próprias	Prémios de Emissão	Prestações Suplementares	Reservas					Resultados acumulados	Resultado líquido	Total do Capital Próprio	
					Reservas legais	Reservas de reavaliação	Reservas Legais	Reserva de justo valor	Reservas de cobertura				Reservas de Conversão
Saldo em 1 de Janeiro de 2008	250.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.012)	382.636.241	
Aplicação do resultado do ano anterior:													
Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.012)	2.012	
Aquisição / (Alienação) de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aumento / (diminuição) do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura, líquido de imposto	-	-	-	-	-	-	(304.749)	-	-	-	-	(304.749)	
Imposto diferido associado ao aumento / (diminuição) do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aumento / (diminuição) do justo valor dos investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Imposto diferido associado ao aumento / (diminuição) do justo valor dos investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado líquido do período.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(848.271)	(848.271)	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	503	503	
Saldo no final em 31 de Dezembro de 2008	250.000.000	-	-	-	-	-	(304.749)	-	-	132.638.253	(1.509)	(848.271)	381.483.724

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

João Manuel Moraes Pereira Russo

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

José Luis dos Santos Lima Amorim

Mário Pereira Pinto

Francisco de La Fuente Sánchez

Rafael Cerezo Laporta

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende

SONAE CAPITAL, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em euros)

	<u>31.Dezembro.2008</u>	<u>31.Dezembro.2007</u>
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</u>		
Pagamentos a fornecedores	504.945	-
Pagamentos ao pessoal	834.586	-
Fluxo gerado pelas operações	<u>(1.339.531)</u>	<u>-</u>
Pagamento/recebimento imposto sobre o rendimento	29.056	-
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	85.435	(15.515)
Fluxo das actividades operacionais [1]	<u>(1.283.152)</u>	<u>(15.515)</u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Juros e proveitos similares	2.217.250	-
	<u>2.217.250</u>	<u>-</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	500	-
Imobilizações corpóreas	7.927	-
Empréstimos concedidos	107.772.300	49.749.000
	<u>(107.780.727)</u>	<u>(49.749.000)</u>
Fluxo das actividades investimento [2]	<u>(105.563.476)</u>	<u>(49.749.000)</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	110.981.400	50.000.000
	<u>110.981.400</u>	<u>50.000.000</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e custos similares	4.110.618	234.122
	<u>(4.110.618)</u>	<u>(234.122)</u>
Fluxo das actividades de financiamento [3]	<u>106.870.782</u>	<u>49.765.878</u>
Variação de caixa e seus equivalentes [4] = [1]+[2]+[3]	24.154	1.363
Caixa e seus equivalentes início período	1.363	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>25.516</u>	<u>1.363</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

João Manuel Morais Pereira Russo

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

José Luís dos Santos Lima Amorim

Mário Pereira Pinto

Francisco de La Fuente Sánchez

Rafael Cerezo Laporta

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende

SONAE CAPITAL, SGPS, SA
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Sonae Capital, SGPS, SA (“Sociedade” ou “Sonae Capital”) tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 3053, 4471-907 Maia, Portugal, e, foi constituída por escritura pública em 14 de Dezembro de 2007, na sequência do destaque da Sonae, SGPS, SA., na modalidade de cisão simples conforme previsto na alínea a) do artº 118º do Código das Sociedades Comerciais, da participação correspondente à totalidade do capital social da sociedade anteriormente designada Sonae Capital, SGPS, SA., actual SC, SGPS, SA.

As demonstrações financeiras individuais são apresentadas conforme requerido pelo Código das Sociedades Comerciais. De acordo com o permitido pelo Decreto-Lei nº 35/2005 de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Conforme referido anteriormente, a Sociedade foi constituída por escritura pública em 14 de Dezembro de 2007. Consequentemente a demonstração dos resultados por naturezas em 31 de Dezembro de 2008 não é directamente comparável com a do exercício anterior.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais são as seguintes:

2.1 Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), em vigor em 1 de Janeiro de 2008.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para alguns instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor (Nota 2.3).

2.2 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito o método da taxa de juro efectiva.

2.3 Instrumentos financeiros

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Sociedade tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como Investimentos correntes. Os investimentos disponíveis para venda são classificados como Activos não correntes.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que a Sociedade adquire tendo em vista a sua alienação num período de tempo e são classificados no balanço como Investimentos correntes.

A Sociedade classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes activos são classificados como activos não correntes, excepto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é considerado como sendo o valor pago, incluindo despesas de transacção, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas resultantes da alteração de justo valor dos instrumentos financeiros valorados a justo valor através de resultados são registados nas demonstrações de resultados na rubrica de resultados financeiros.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado, através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

Os investimentos em partes de capital em empresas subsidiárias e associadas são mensurados de acordo com o estabelecido no IAS 27 ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

b) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

c) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.4. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o período.

d) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal.

e) Instrumentos derivados

A Sociedade utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de *funding*, de acordo com a Política de Risco de Taxa de Juro definida no ponto 3.1.

Os instrumentos derivados utilizados pela Sociedade definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas na rubrica Resultados financeiros da demonstração de resultados.

Os critérios utilizados pela Sociedade para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura do balanço, sendo transferidas para a rubrica Resultados financeiros da demonstração de resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Os instrumentos derivados, embora contratados de acordo com a Política de Risco de Taxa de Juro definida no ponto 3.1, que a empresa não classifique como instrumentos de cobertura, são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afectam directamente a rubrica Resultados financeiros da demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Em situações específicas, a Sociedade pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objectivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração de resultados.

f) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de Caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos bancários de curto prazo, no balanço.

2.4 Rédito e especialização dos exercícios

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.5 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

2.6 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Vidas úteis do activo tangível e intangível;
- b) Registo de ajustamentos aos valores do activo e provisões;
- c) Análise de imparidade de empréstimos e de investimentos;
- d) Apuramento do justo valor dos instrumentos derivados.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas nas situações aplicáveis.

2.7 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Sociedade de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

São registados impostos diferidos nas situações aplicáveis de acordo com o método de balanço, sendo que os activos por impostos diferidos apenas são constatados nas situações em que seja provável a sua recuperação.

3. Gestão de risco financeiro

3.1 Riscos de Mercado

a) Risco de Taxa de Juro – POLÍTICA

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes *cash-flows* de pagamento de juros, a Sociedade está exposta ao risco de taxa de juro do Euro.

Considerando que:

- a volatilidade nos resultados da Sociedade, não depende apenas da volatilidade dos seus resultados financeiros associada à volatilidade de taxas de juro;
- em situações normais de mercado, existe uma correlação entre os níveis de taxa de juro e o crescimento económico, sendo de esperar que o impacto de movimentos na taxa de juro (e respectiva volatilidade nos *cash-flows* associados ao serviço de dívida) pode em certa medida ser compensado, pelos movimentos nas restantes rubricas de demonstração de resultados, nomeadamente resultados operacionais;
- a contratação de qualquer estrutura de cobertura, tem implícito um custo de oportunidade associado,

a política da Sociedade relativamente à mitigação deste risco não estabelece a manutenção de qualquer proporção mínima de dívida a taxa fixa (convertida em taxa fixa mediante a utilização de instrumentos financeiros derivados), optando em alternativa por uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição que permita uma adequação das condições de mercado à real exposição da Sociedade, de forma a evitar a abertura de exposição que pode ter impacto real nos resultados.

Face ao exposto, a política da Sociedade relativa a este tema define a análise casuística de cada potencial operação, sendo que qualquer contratação de instrumentos derivados deve seguir os seguintes princípios:

- os derivados não são utilizados com objectivos de trading, geração de proveitos ou fins especulativos;
- os derivados a contratar devem replicar exactamente as exposições subjacentes no que diz respeito aos indexantes a utilizar, datas de refixação de taxa de juro e datas de pagamento de juro, e perfil de amortização da dívida subjacente;
- o custo financeiro máximo do conjunto do derivado e da exposição subjacente, deve ser sempre conhecido e limitado desde o início de contratação do derivado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios;
- a contratação de derivados tem como contrapartes autorizadas apenas Instituições Financeiras com *rating* mínimo de *Investment Grade*, privilegiando-se as Instituições de Relacionamento Bancário da Sociedade;
- todas as operações devem ser objecto de leilão competitivo, com pelo menos duas instituições financeiras;
- todas as operações têm como suporte contratual o standard de mercado (ISDA), com schedules negociados com cada uma das Instituições;
- na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Sociedade utiliza um conjunto de métodos de acordo com as práticas de mercado, nomeadamente modelos de avaliação de opções e modelos de actualização de *cash-flows* futuros, com determinados pressupostos de mercado (taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc) prevalecentes à data de Balanço. Cotações comparativas fornecidas por instituições financeiras são também utilizadas como referencial de valorização;
- todas as operações que não cumpram, na sua totalidade os princípios atrás estabelecidos, têm de ser individualmente aprovadas pelo Conselho de Administração.

b) Risco de Taxa de Juro - ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A análise de sensibilidade à taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- alterações nas taxas de juro afectam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os custos e proveitos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;

- no caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de *cash-flows* para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afectam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- alterações nas taxas de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39 afectam os resultados da empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros activos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os *cash-flows* futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício;

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 0,75 pontos percentuais superiores o resultado líquido antes de impostos da Sociedade em 31 de Dezembro de 2008 seria superior em cerca de 320.658,52 euros e se tivessem sido 0,75 pontos percentuais inferiores, o resultado líquido antes de impostos da Sociedade em 31 de Dezembro de 2008 seria inferior em cerca de 278.111,02 euros (em 31 de Dezembro de 2007 seria superior/inferior em cerca de 12 euros). O impacto em capitais próprios resultante da análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 é imaterial.

c) Risco de Taxa de Câmbio

A Sonae Capital, não tem exposição a risco de taxa de câmbio.

d) Outros Riscos de Preço

A Sociedade está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras. Contudo, esses investimentos são geralmente efectuados com objectivos estratégicos e não de transacção activa desses investimentos.

3.2 Riscos de Crédito

O risco de crédito, na Sonae Capital, resulta maioritariamente (i) do seu relacionamento com Instituições Financeiras, no decurso normal da sua actividade, e (ii) do risco de incumprimento de contrapartes em operações de gestão de portfolio.

- Instituições Financeiras : O risco de crédito está associado ao potencial incumprimento, por parte de Instituições financeiras, com as quais a Sociedade tenha contratado, no decurso normal das suas operações, depósitos a prazo, depósitos à ordem e instrumentos financeiros derivados.

Para mitigar este risco, a Sociedade:

- a) Só executa operações com contrapartes com *rating* mínimo de *Investment Grade*;
- b) Diversifica as contrapartes, de forma a evitar uma concentração excessiva de risco de crédito;
- c) Define um conjunto restrito de instrumentos elegíveis (visando a não contratação de instrumentos complexos cuja estrutura não esteja completamente conhecida);
- d) Regularmente monitoriza as exposições totais a cada contraparte, de forma a garantir o cumprimento da política estabelecida.

- Operações Compra/Venda participações : No desenvolvimento da sua actividade a Sociedade está exposta ao risco de crédito das contrapartes com as quais estabelece operações sobre participações sociais. Nestes casos, os mecanismos de mitigação de risco são determinados casuisticamente, de forma a acomodar as características da operação em estruturação, com a supervisão constante do Conselho de Administração. Apesar da variabilidade dos mecanismos utilizados, existe sempre o recurso a métodos normalmente utilizados no mercado, nomeadamente a realização de *due diligences*, obtenção de informação financeira relativa à contraparte da operação, entrega do activo condicionada à liquidação financeira da operação.

3.3 Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez tem por objectivo garantir que, a todo o momento, a Sociedade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis: (i) cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e (ii) garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

Para este efeito, a Sociedade pretende manter uma estrutura financeira flexível, pelo que o processo de gestão de liquidez no seu seio compreende os seguintes aspectos fundamentais:

- Planeamento financeiro baseado em previsões de *cash-flows*, e para diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- Sistema de controle financeiro no curto e no médio e longo prazo (baseado em sistemas de *Treasury* e *Cash Management*), que permita, atempadamente, identificar desvios, antecipar necessidades de financiamento e identificar oportunidades de refinanciamento;
- Diversificação das fontes de financiamento e contrapartes;
- Dispersão das maturidades de dívida emitida, visando evitar concentração excessiva, em determinados pontos no tempo, de amortizações de dívida;
- Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito *committed* (de pelo menos um ano) e Programas de Papel Comercial, com prazos de aviso de cancelamento suficientemente confortáveis e prudentes, procurando obter um nível adequado de liquidez otimizando o montante de comissões de *commitment* suportadas.

4. INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e em 31 de Dezembro de 2007 o detalhe dos investimentos era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2008</u>	<u>31.Dezembro.2007</u>
Investimentos em empresas do grupo e associadas	382.638.253	382.638.253
Investimentos em outras empresas (Sonae RE - 0,04%)	500	-
	<u>382.638.753</u>	<u>382.638.253</u>

4.1 Investimentos em empresas do grupo e associadas

Em 31 de Dezembro de 2008 o detalhe dos investimentos em empresas do grupo e associadas era o abaixo indicado.

Os investimentos registados ao custo de aquisição correspondem a investimentos não negociados em mercados regulamentados e para os quais o justo valor não é fiavelmente estimável.

Sociedade	31.Dezembro.2008				31.Dezembro.2007			
	% de detenção	Justo Valor	Valor de Aquisição	Ajustamentos em Reservas	% de detenção	Justo Valor	Valor de Aquisição	Ajustamentos em Reservas
Investimentos registados ao custo de aquisição:								
SC, SGPS, SA	100,00%	-	382.638.253	-	100,00%	-	382.638.253	-
Total		-	382.638.253	-		-	382.638.253	-

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 ocorreu a cisão da participação financeira da Sonae, SGPS, SA na SC, SGPS, SA (anteriormente designada Sonae Capital, SGPS, SA). A operação consubstanciou-se no destaque da totalidade das acções representativas do capital social da SC, SGPS, SA detida pela Sonae, SGPS, S.A. pelo seu valor contabilístico de 382.638.253 Euros, para com ela constituir a nova sociedade Sonae Capital, SGPS, SA.

5. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e em 31 de Dezembro de 2007 o detalhe dos outros activos não correntes era o seguinte:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Empréstimos concedidos a empresas do grupo :		
SC, SGPS, SA	116.153.000	49.749.000
	<u>116.153.000</u>	<u>49.749.000</u>

Não existiam activos vencidos ou em imparidade em 31 de Dezembro de 2008. O justo valor dos empréstimos concedidos a empresas do Grupo é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

6. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e em 31 de Dezembro de 2007 o detalhe dos outros activos correntes era o seguinte:

	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Empresas do grupo - Operações financeiras:		
SC, SGPS, SA	40.133.300	-
SC - Sociedade de Consultadoria, SA	1.235.000	-
Empresas do grupo - Juros:		
SC, SGPS, SA	2.802.326	-
Estado e Outros entes públicos	27.538	-
Acréscimos de proveitos	533.422	8.301
Custos diferidos	-	15.600
	<u>44.731.586</u>	<u>23.901</u>

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2008 e em 31 de Dezembro de 2007 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2008</u>	<u>31.Dezembro.2007</u>
Caixa	1.000	-
Depósitos bancários	<u>24.516</u>	<u>1.363</u>
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>25.516</u>	<u>1.363</u>
Descobertos Bancários	-	-
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>25.516</u>	<u>1.363</u>

8. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2008 o capital social está representado por 250.000.000 de acções ordinárias escriturais, com o valor nominal unitário de 1 euro.

9. OUTRAS RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica Outras reservas refere-se ao valor global da reserva de cisão (Nota 1), e corresponde ao diferencial entre o valor contabilístico da participação na SC, SGPS, SA (382.683.253 euros) que foi destacado da Sonae, SGPS, SA para a Sociedade e o valor do capital social da Sociedade (250.000.000 euros).

10. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e em 31 de Dezembro de 2007 estavam incluídos nesta rubrica os seguintes empréstimos:

	<u>31.Dezembro.2008</u>	<u>31.Dezembro.2007</u>
Empréstimos bancários - papel comercial	30.000.000	-
Custos de emissão ainda não amortizados	<u>(65.484)</u>	-
Empréstimos bancários não correntes	<u>29.934.516</u>	-
Valor nominal dos empréstimos obrigacionistas	50.000.000	50.000.000
Custos de emissão ainda não amortizados	<u>(174.455)</u>	<u>(234.000)</u>
Empréstimos obrigacionistas	<u>49.825.545</u>	<u>49.766.000</u>
Empréstimos não correntes	<u>79.760.061</u>	<u>49.766.000</u>
Empréstimos bancários - papel comercial	<u>21.850.000</u>	-
Empréstimos bancários correntes	<u>21.850.000</u>	-

Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS - 2007/2012 1ª emissão no valor de 20.000.000 euros, reembolsável ao fim de 5 anos, numa única prestação em 31 de Dezembro de 2012, salvo se ocorrer reembolso antecipado, total ou parcial, o qual poderá ocorrer em 31 de Dezembro de 2010.

Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS - 2007/2012 2ª emissão no valor de 30.000.000 euros, reembolsável ao fim de 5 anos, numa única prestação em 31 de Dezembro de 2012.

Estes empréstimos obrigacionistas vencem juros semestralmente a taxas de juro Euribor a 6 meses acrescidas de spreads que variam entre 0,50% e 0,60%.

A rubrica de empréstimos bancários não correntes, diz respeito a um Programa de Emissões de títulos de Papel Comercial, no montante máximo de 30.000.000,00 euros, com garantia de subscrição, iniciado em 14 de Março de 2008 e válido por um período de 5 anos.

A rubrica de empréstimos bancários correntes, diz respeito a um Programa de Emissões de títulos de Papel Comercial, no montante máximo de 60.000.000,00 euros, sem garantia de subscrição, iniciado em 28 de Março de 2008 e válido por um período de 10 anos, podendo ser prorrogado por iniciativa da Sonae Capital.

Os empréstimos acima referidos não se encontram garantidos e o seu justo valor é considerado como estando próximo do seu valor contabilístico tendo em consideração que o juro a pagar está indexado a taxas de mercado variáveis.

Os instrumentos derivados estão registados ao justo valor (Nota 11).

O valor nominal dos empréstimos e a estimativa do valor nominal dos juros a liquidar, apresentam as seguintes maturidades:

	31.Dezembro.2008		31.Dezembro.2007	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1	21.850.000	3.499.342	-	2.684.000
N+2	20.000.000	2.576.018	-	2.684.000
N+3	-	2.576.018	20.000.000	2.684.000
N+4	30.000.000	2.583.076	-	1.610.400
N+5	30.000.000	155.046	30.000.000	1.614.873
Após N+5	-	-	-	-
	<u>101.850.000</u>	<u>11.389.500</u>	<u>50.000.000</u>	<u>11.277.273</u>

À data de 31 de Dezembro de 2008, as linhas de crédito podem ser resumidas como segue:

	31.Dezembro.2008		31.Dezembro.2007	
	Compromissos		Compromissos	
	inferiores a 1 ano	superiores a 1 ano	inferiores a 1 ano	superiores a 1 ano
Montante de linhas disponíveis	14.150.000	15.000.000	8.750.000	-
Montante de linhas contratadas	36.000.000	15.000.000	8.750.000	-

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Derivados de taxa de juro

Os instrumentos financeiros de cobertura utilizados pela Sociedade existentes em 31 de Dezembro de 2008, respeitam, fundamentalmente a opções de taxa de juro (*cash-flow hedges*) contraídos com o objectivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos no montante de 50.000.000,00 euros cujo justo valor líquido era de -306.449 euros. Em 31 de Dezembro de 2008, todos os derivados são considerados de cobertura.

Estes instrumentos de cobertura de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data do balanço, determinado por avaliações efectuadas pela Sociedade com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e avaliações externas quando esses sistemas não permitem a valorização de determinados instrumentos. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base, para os swaps, a actualização para a data do balanço dos *cash-flows* futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do *leg* fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do *leg* variável do instrumento derivado. Para opções o justo valor é determinado com base no modelo de *Black-Scholes* e suas variantes.

Os princípios de cobertura de risco geralmente utilizados pela Sociedade na contratação destes instrumentos financeiros de cobertura, são os seguintes:

- *Matching* entre *cash-flows* pagos e recebidos, i.e., existe coincidência entre as datas de refixação da taxa de juro dos financiamentos contratados com o banco e as datas de refixação da taxa de juro no derivado;
- *Matching* perfeito entre indexantes: o indexante de referência no instrumento financeiro de cobertura e no financiamento ao qual o derivado está subjacente são coincidentes;
- Num cenário de subida extrema de taxas de juro, o custo máximo do financiamento está limitado.
- Selecção das contrapartes dos derivados com base na solidez financeira e no perfil de risco de crédito da mesma, sendo esse perfil de risco mensurado normalmente através de nota de *rating* atribuída por empresas de *rating* de reconhecido mérito. As contrapartes dos derivados são instituições financeiras de primeira linha, de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional.

Justo valor de instrumentos financeiros derivados

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

	Activos		Passivos	
	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2007
Derivados que não são de cobertura	-	-	-	-
Taxa de juro	-	-	-	-
Derivados de cobertura				
Taxa de juro	-	-	306.449	-
Outros derivados	-	-	-	-
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>306.449</u>	<u>0</u>

12. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2008 e em 31 de Dezembro de 2007 o detalhe destas rubricas era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2008</u>	<u>31.Dezembro.2007</u>
<u>Outras dívidas a terceiros</u>		
Empresas do grupo - Operações financeiras:		
SC - Insurance and Risk Services, SGPS, SA	38.793.000	-
Interlog, SGPS, SA	20.289.000	-
Spinarq Arquitectura e Projectos, SA	35.000	-
Pargeste, SGPS, SA	14.400	-
Outros credores diversos	99.578	1.994
	<u>59.230.978</u>	<u>1.994</u>

Os empréstimos recebidos de empresas do grupo, vencem juros a taxas de mercado, e são exigíveis num prazo inferior a 1 ano.

13. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e em 31 de Dezembro de 2007 o detalhe destas rubricas era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2008</u>	<u>31.Dezembro.2007</u>
<u>Outros passivos correntes</u>		
Estado e Outros entes públicos	28.326	25
Acréscimos de custos:		
Remunerações a liquidar	314.842	-
Juros a liquidar	800.023	7.457
Outros acréscimos de custos	33.569	-
Proveitos diferidos	6.788	-
Derivados de cobertura (ver Nota 11)	306.449	-
	<u>1.489.997</u>	<u>7.482</u>

Os instrumentos financeiros de cobertura utilizados pela Sociedade existentes em 31 de Dezembro de 2008, respeitam a *swaps* e opções de taxa de juro (*cash-flow hedges*) contraídos com o objectivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos no montante de 50.000.000 euros e cujo justo valor líquido ascendia a - 306.449 euros.

14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2008 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2008</u>	<u>31.Dezembro.2007</u>
Rendas e alugueres	12.864	-
Seguros	68.846	-
Deslocações e estadas	95.841	-
Honorários	11.020	-
Trabalhos especializados	361.433	2.011
Outros fornecimentos e serviços	10.644	468
	<u>560.648</u>	<u>2.479</u>

15. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2008 a Sociedade tinha celebrado, como locatária, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como segue:

	<u>31.Dezembro.2008</u>
N+1	13.834
N+2	13.834
N+3	13.834
N+4	13.834
	<u>55.336</u>

16. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2008 o detalhe dos custos com o pessoal era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2008</u>
Remunerações dos órgãos sociais	1.093.959
Encargos sobre remunerações	59.876
Outros custos com o pessoal	13.591
	<u>1.167.426</u>

17. RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2008 o detalhe dos resultados financeiros era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2008</u>	<u>31.Dezembro.2007</u>
Custos e perdas financeiras		
Juros suportados:		
Relativos a empréstimos bancários	(1.588.348)	-
Relativos a obrigações não convertíveis	(2.791.156)	(7.456)
Outros	(271.563)	(1)
Outros custos e perdas financeiras	<u>(247.877)</u>	<u>(122)</u>
	<u>(4.898.944)</u>	<u>(7.579)</u>
Proveitos e ganhos financeiros		
Juros obtidos	<u>5.544.698</u>	<u>8.301</u>
	<u>5.544.698</u>	<u>8.301</u>
Resultados financeiros	<u>645.754</u>	<u>722</u>

18. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2008 o detalhe do imposto sobre o rendimento era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2008</u>	<u>31.Dezembro.2007</u>
	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Imposto corrente	1.518	-
Imposto diferido	<u>(282.251)</u>	<u>-</u>
	<u>(280.733)</u>	<u>-</u>

18.1 Reconciliação da taxa efectiva de imposto

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é como segue:

	<u>31.Dezembro.2008</u>	<u>31.Dezembro.2007</u>
	Total	Total
Resultados antes de impostos	(1.129.004)	(2.012)
Acréscimos/(Reduções) à matéria colectável	11.361	(249.600)
Matéria colectável	(1.117.643)	(251.612)
Registo de perdas fiscais	1.117.643	251.612
Matéria colectável corrigida	-	-
Imposto à taxa de 25%	-	-
Tributação autónoma	1.518	-
Efeito da constatação/reversão de impostos diferidos	(282.251)	-
Imposto sobre o rendimento	(280.733)	-
Taxa média efectiva de imposto	-	-

18.2 Reportes fiscais

	<u>31.Dezembro.2008</u>	
	<u>Prejuízo fiscal</u>	<u>Data limite de utilização</u>
Gerados em 2007	251.612	2013
Gerados em 2008	1.117.643	2014

Em 31 de Dezembro de 2008 foram registados activos por impostos diferidos relativamente aos prejuízos fiscais gerados nos exercícios de 2008 e 2007, no montante de 342.314 euros.

19. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	<u>31.Dezembro.2008</u>	<u>31.Dezembro.2007</u>
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	(848.271)	(2.012)
Efeito das acções potenciais		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>(848.271)</u>	<u>(2.012)</u>
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	250.000.000	250.000.000
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>250.000.000</u>	<u>250.000.000</u>
Resultado por acção (básico e diluído)	<u>(0,003393)</u>	<u>(0,000008)</u>

20. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 25 de Março de 2009.

21. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-Lei nº 318/94 artº 5º nº 4

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2008 foram celebrados contratos de suprimentos com as seguintes empresas:

- SC, SGPS, SA

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2008 foram celebrados contratos de operações financeiras com as seguintes empresas:

- Interlog, SGPS, SA
- Pargeste, SGPS, SA
- SC - Insurance and Risk Services, SGPS, SA
- SC - Sociedade de Consultadoria, SA
- SC, SGPS, SA
- Sonae Turismo, SGPS, SA
- Spinarq Arquitectura e Projectos, SA

As respectivas posições credoras em 31 de Dezembro de 2008 são as seguintes:

Empréstimos Concedidos

<u>Empresas</u>	<u>Saldo Final</u>
SC, SGPS, SA	156.286.300
SC - Sociedade de Consultadoria, SA	1.235.000
	<u>157.521.300</u>

As respectivas posições devedoras em 31 de Dezembro de 2008 são as seguintes:

Empréstimos Obtidos

<u>Empresas</u>	<u>Saldo Final</u>
SC - Insurance and Risk Services, SGPS, SA	38.793.000
Interlog, SGPS, SA	20.289.000
Spinarq Arquitectura e Projectos, SA	35.000
Pargeste, SGPS, SA	14.400
	<u>59.131.400</u>

O Técnico Oficial de Contas

João Manuel Morais Pereira Russo

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

José Luís dos Santos Lima Amorim

Mário Pereira Pinto

Francisco de La Fuente Sánchez

Rafael Cerezo Laporta

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende



**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
31 DE DEZEMBRO DE 2008**

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Aos Accionistas da
Sonae Capital, S.G.P.S., S.A.

1. Relatório

a. Introdução

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que foi confiado ao Conselho Fiscal, submete-se à vossa apreciação este Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e as Demonstrações Financeiras consolidadas e individuais da Sonae Capital, S.G.P.S., S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, as quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade.


b. Fiscalização

Durante o ano de 2008, acompanhamos a evolução das operações da Sociedade e das suas principais participadas, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo estatutário e legal em vigor, a preparação e divulgação da informação financeira, e a eficácia e integridade dos sistemas de controlo interno, auditoria interna e gestão de risco. Realizámos reuniões com o Conselho de Administração e com o Administrador com o Pelouro Financeiro (CFO), com a periodicidade e extensão que considerámos adequadas, tendo obtido do Conselho de Administração e dos colaboradores da Sociedade e das suas principais participadas, envolvidos no processo de consolidação de contas, todas as informações e esclarecimentos necessários para a devida compreensão das variações na situação patrimonial e nos resultados.

No âmbito do mandato que foi confiado ao Conselho Fiscal, examinámos os balanços consolidados e individuais em 31 de Dezembro de 2008, as demonstrações dos resultados por naturezas consolidadas e individuais, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data e os correspondentes anexos. Adicionalmente, analisámos o Relatório de Gestão do exercício de 2008, e avaliamos as qualificações, independência e desempenho de funções do Revisor Oficial de Contas, tendo igualmente analisado a Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que mereceu o nosso acordo.

2. Parecer

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas e individuais supra referidas e o Relatório de Gestão, incluindo a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada dos activos e passivos, da situação financeira e dos resultados da Sonae Capital, S.G.P.S., S.A. e das suas principais participadas, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.



Desejamos manifestar ao Conselho de Administração da Sociedade e aos seus colaboradores, bem como aos órgãos sociais e colaboradores das empresas do Grupo, o nosso apreço pela colaboração na actividade por nós desenvolvida.

3. Declaração nos termos do Artigo 245, parágrafo 1, c) do Código de Valores Mobiliários

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, dos activos e passivos, da situação financeira e dos resultados consolidados e individuais da Sonae Capital, S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente os principais eventos ocorridos no ano de 2008 e os seus impactos, quando aplicáveis, a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sonae Capital, S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Maia, 25 de Março de 2009

O Conselho Fiscal

Armando Luis Vieira de Magalhães

Jorge Manuel Felizes Morgado

Carlos Manuel Pereira da Silva



**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E
RELATÓRIO DE AUDITORIA
31 DE DEZEMBRO DE 2008**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
E
RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada e individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 da Sonae Capital, S.G.P.S., S.A. (Empresa resultante da cisão simples da totalidade do capital social da então denominada Sonae Capital, S.G.P.S., S.A., actualmente denominada SC, S.G.P.S., S.A. – Nota Introdutória), as quais compreendem os Balanços Consolidado e Individual em 31 de Dezembro de 2008 (que evidenciam um total de 928.271.691 Euros e 543.896.879 Euros, respectivamente, e capitais próprios consolidados e individuais de 356.165.174 Euros e 381.483.724 Euros, respectivamente, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 21.393.605 Euros e um resultado líquido individual negativo de 848.271 Euros), as Demonstrações Consolidadas e Individuais dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e individual das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira consolidada e individual contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas e individuais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada e individual da Sonae Capital, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2008, o resultado consolidado e individual das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

6. Conforme mencionado na Nota Introdutória do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, em 14 de Dezembro de 2007 foi celebrada a escritura pública que formalizou a cisão simples da Sonae, S.G.P.S., S.A. por destaque do investimento financeiro representativo da totalidade do capital social da SC, S.G.P.S., S.A. (anteriormente denominada Sonae Capital, S.G.P.S., S.A.) para com ele constituir a nova Sonae Capital, S.G.P.S., S.A. Dado que, em substância, a actividade relativa ao exercício de 2007 das empresas que em 31 de Dezembro de 2007 constituem o Grupo Sonae Capital não foi alterada pela operação acima referida, as demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo naquela data, apresentadas para efeitos comparativos, foram preparadas no pressuposto de que aquelas empresas já se encontravam numa relação de grupo desde o início do exercício (Nota 1.1).
7. Conforme referido na Nota Introdutória do Anexo às demonstrações financeiras individuais, a Sonae Capital, S.G.P.S., S.A. foi constituída em 14 de Dezembro de 2007. Deste modo, as suas demonstrações financeiras individuais do exercício de 2007 correspondem ao período compreendido entre 14 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2007 facto pelo qual não são directamente comparáveis com as demonstrações financeiras do exercício de 2008.

Porto, 25 de Março de 2009

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por António Manuel Martins Amaral